

**FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO  
FACULDADE DE ECONOMIA**

**INSERÇÕES DIFERENCIADAS, RESULTADOS  
IDEM: OS CASOS DA ÍNDIA E DA CHINA**

ANDRÉ FIORDA SINGER

Monografia de Conclusão do Curso  
apresentada à Faculdade de Economia  
para obtenção do título de graduação  
em Relações Internacionais, sob a  
orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Corte.

São Paulo, 2010

SINGER, André Fiorda. INSERÇÕES DIFERENCIADAS, RESULTADOS IDEM: OS CASOS DA ÍNDIA E DA CHINA, São Paulo, FAAP, 2010, 85p.  
(Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)  
Palavras Chave: Desenvolvimento Econômico, Índia – Desenvolvimento Econômico – China, Reformas Econômicas, Índia – Reformas Econômicas, China.

*De acordo com Friedman (2009), é importante salientar que qualquer projeção que procure explicar o mundo no longo prazo só será provida de certeza quanto ao engano do senso comum. É ilusória uma força simplista que determine um padrão de comportamento, principalmente de economias e de um sistema internacional tão dinâmico. Os dogmas que nos parecem tão estáveis e indiscutíveis podem mudar com impressionante rapidez; as épocas só existem, pois possuem um fim. E este, é indeterminável.*

## **RESUMO**

A economia mundial passa por uma transformação estrutural na qual as economias emergentes com maior potencial de crescimento passam a ter um papel mais relevante no rumo das decisões e das tendências político-econômicas globais. Dentre essas economias, destacam-se a Índia e a China que, além de terem em comum elevadas taxas de crescimento, possuem um enorme contingente populacional, majoritariamente pobre, que permite o anseio desses países por um crescimento sustentável, a partir de políticas econômicas bem sucedidas voltadas para seu desenvolvimento interno. O entendimento da atual dinâmica dessas economias emergentes, e o modo com que elas passam a interagir no sistema internacional, passando inclusive, a ditar tendências, são de vital importância para uma orientação precisa sobre os rumos da economia global e, principalmente, para processos de tomada de decisão internos, uma vez que o desenvolvimento daquela passa a ser fortemente dependente do desempenho da China e da Índia.

## **ABSTRACT**

The world economy undergoes a structural transformation in which emerging economies with higher growth potential develop a more prominent role in the decisions and direction of political and global economic trends. Stood out among these economies, India and China share in common high growth rates, an enormous population, mostly poor, which allow them to aspire a more sustainable growth, based on successful economic policies directed to their internal development. The current understanding of Chinese and Hindu dynamics, which become more interrelated to the world economy, inclusively setting up trends and rules, are vital for an accurate prediction of middle and long term scenario of the global economy and especially for influencing domestic decision making processes, since its development became highly dependent on the performance of China and India.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA DA ÍNDIA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA – REFORMAS ECONÔMICAS .....</b>	<b>4</b>
1.1 A Herança do Colonialismo .....	4
1.2 O Processo de Transição Durante a Independência e a Estratégia de Planejamento com Metas de Desenvolvimento .....	6
1.3 Os Primeiros Planos Quinquenais e o Período de Crescimento Hindu .....	8
1.4 As Reformas Liberalizantes do Período 1985-1990 e a Aceleração do Crescimento nos Anos 1990 .....	16
1.4.1 O início da transição durante os governos de Indira e Rajiv Gandhi .....	16
1.4.2 As reformas estruturais da década de 1990 .....	20
1.5 Os Resultados das Reformas Liberalizantes e o Acelerado Ciclo de Crescimento .....	30
1.5.1 Os resultados imediatos das reformas econômicas .....	30
1.5.2 Os desafios do novo século .....	37
<b>CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PÓS MAO TSÈ-TUNG.....</b>	<b>40</b>
2.1 A Herança de Mao e de sua Revolução .....	40
2.1.1 O fim de um ciclo e o início de uma nova era.....	41
2.2 O Início do Processo de Reformas Econômicas de Deng Xiaoping e a Transição para a Economia de Mercado com Características Chinesas .....	43
2.3 O Aprofundamento das Reformas Econômicas e a Estruturação de um Mercado Competitivo.....	58
2.3.1 A continuidade das reformas sob o governo de Jiang Zemin e Zhu Rongji .....	60
2.3.2 A consolidação da nova economia de mercado e a situação dos excluídos .....	65
2.4 Os Desafios do Novo Século .....	67
2.4.1 O processo de abertura para o comércio internacional.....	68
2.4.2 O governo de Hu Jintao e Wen Jiabao .....	72
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>84</b>



## INTRODUÇÃO

A característica central do processo atual de acumulação nas economias capitalistas se relaciona a um movimento generalizado de liberalização e integração dos mercados, tanto no âmbito comercial, quanto – e sobretudo – no âmbito financeiro. Nesse novo contexto, os mercados financeiros organizados e as organizações financeiras bancárias e não-bancárias assumem importância decisiva.

Essas mudanças estão associadas aos movimentos de desintermediação, desregulamentação e integração dos mercados e responde a uma etapa do capitalismo em que a supremacia do capital, sobretudo sob a forma financeira, assume predominância.

Em um sistema financeiro globalizado, em que a mobilidade dos capitais é total, não há mais diferença significativa entre o mercado interno e o mercado internacional de ativos denominados em uma dada moeda. (Aglietta *et al*, 1990: 278).

Nos mercados não financeiros, o processo de integração econômica também é fortemente definido por um fluxo crescente de incremento no comércio internacional de bens e serviços.

Esse movimento de integração – comercial e financeiro – entre as nações contribui para o acirramento das pressões competitivas gerando tensões cada vez mais fortes que intensificam o movimento de desregulamentação e integração dos mercados. Cria-se assim uma tendência cíclica de forte autodeterminação.

Do ponto de vista comercial, o que se percebe é a criação de grandes redes de externalidades positivas entre os agentes que facilitam o fluxo de bens e serviços que se deslocam dos mais diversos mercados mundiais consagrando um mercado único, dado que o processo de concentração e centralização de capitais aprofundou-se e o que se percebe, é que os atores que definem o jogo são globais e se articulam em uma malha de fornecimento, produção e distribuição no entorno do globo.

Do ponto de vista financeiro, a lógica rentista acaba por prevalecer e o elevado risco associado ao processo produtivo é paulatinamente minimizado pelo desenvolvimento das chamadas inovações financeiras, com destaque para os instrumentos derivativos (securitizados) que permitem manter rentabilidade sem no entanto se colocar em posição fragilizada, com baixos prêmios de liquidez. Claramente o chamado efeito riqueza – geração de valor limitado a uma lógica puramente expectacional e sem quaisquer fundamentos econômicos – prevalece sobre o efeito renda (geração de massa de lucros e salários criados

nos mercados produtivos) e o resultado é uma dominância dos financistas, uma fragilização do Estado, concentração e centralização de capitais e elevação do risco de crises financeiras que potencializam crises sistêmicas.

O incremento das atividades para além das fronteiras nacionais acaba definindo o ordenamento mundial e o funcionamento de todas as economias. Tal aspecto vale para duas nações que têm assumido importâncias cada vez maiores: a Índia e a China. Avaliar como tem sido a trajetória de inserção econômica no sistema capitalista destas duas nações é o objetivo principal deste trabalho. O intuito é demonstrar que a despeito das condições gerais serem as mesmas para ambas, os interesses, características e o jogo de poder acabam definindo inserções muito distintas<sup>1</sup>.

A inserção da Índia – tratada no primeiro capítulo – ocorre em função de uma série de reformas que a aproxima cada vez mais da lógica de acumulação ocidental e a coloca como um elemento importante na lógica de geração de valor. A Índia insere-se sem alterar a lógica global: ao contrário, o país adapta-se claramente ao processo de acumulação prevalecente, criando condições para que tal espaço passe a interessar ao grande capital internacional, vendendo sobretudo serviços essenciais relacionados a revolução industrial atual – telemática e telecomunicações.

A inserção da China – objeto de avaliação do segundo capítulo – ocorre de maneira distinta: se em um primeiro momento o país adapta-se a lógica ocidental e inicia uma relação econômica pautada pelo comércio de bens e serviços de baixo valor agregado, ao longo do tempo ocorrem mudanças definitivas. É possível inclusive afirmar atualmente que a China não mais se posiciona de maneira subordinada ao grande capital internacional, mas o contrário: por uma série de permissividades, características e oportunidades, a inserção chinesa atual é de outra natureza, uma vez que se legitimou e inverteu a tendência. O país hoje, criou uma relação de dependência do resto do mundo contra si que não mais se restringe a uma forte interdependência (e dependência) no âmbito do comércio de bens e serviços das outras economias (centrais e em desenvolvimento). Trata-se também de uma dependência

---

<sup>1</sup> Importante assinalar que realizar trabalhos comparatórios é um empreendimento de alto risco, dado que as peculiaridades, limites e possibilidades são distintas e devem ser respeitadas. O que se intenta nesta pesquisa é tão somente analisar duas experiências de inserção na lógica de acumulação mundial distintas, com o intuito de ressaltar elementos intrínsecos a cada uma destas experiências aparentemente exitosas.

financeira que se faz evidente, sobretudo pela posição fragilizada do *hegemon* do sistema, Estados Unidos da América em relação a China.

Fica assim uma pergunta central que definiu a presente pesquisa: o que possibilitou a China a assumir e definir sua inserção de forma independente? Por outro lado, porque outro país também emergente, como a Índia, não o conseguiu? Esta é precisamente a pergunta que norteou a busca por uma resposta. Vamos a ela.

## **1 A ECONOMIA DA ÍNDIA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA – REFORMAS ECONÔMICAS**

O presente capítulo visa contextualizar o desenvolvimento da economia na Índia no período que vai de sua independência do Império Britânico, em 1947, até o período histórico da crise financeira internacional iniciada em 2007, com a degradação do sistema de hipotecas dos Estados Unidos da América. O panorama que será apresentado procurará dar ênfase às reformas e ao processo de transformação da economia indiana, capazes de justificar o progresso e a aceleração econômica que foram atingidos nas duas últimas décadas.

### **1.1 A Herança do Colonialismo Britânico**

O processo de dominação britânica sobre o território indiano na Ásia, região que hoje compreende o Paquistão, a Índia e Bangladesh, foi marcado por duas distintas fases de dominação colonial, sendo a primeira aquela que vai da criação da Companhia Britânica das Índias Orientais à Conquista de Bengala em 1757, e a segunda que parte desta conquista até a independência da Índia em 1947.

A primeira fase do colonialismo britânico nas Índias Orientais foi fortemente marcada pela emergência da classe de mercadores e comerciantes britânicos, que constituíram uma Companhia capaz de monopolizar todo o comércio que era feito entre a Grã-Bretanha, e posteriormente a Europa, e a região do sul da Ásia desde o início do século XVII. O início das relações comerciais da Grã-Bretanha tem início a partir de 1600, com a autorização da Rainha Elizabeth I sobre os direitos da Companhia Britânica das Índias Orientais acerca da exploração do mercado indiano. De início, a Companhia Britânica das Índias Orientais detinha todo o monopólio da venda de chá nas colônias britânicas e, somente mais tarde, esse monopólio expandiu-se para outros produtos comercializados entre a metrópole e a colônia indiana.

A primeira missão comercial enviada às Índias Orientais pela Companhia ocorreu em 1608, quando já havia o domínio da exploração dos comerciantes portugueses na região, exercido desde o século XV, principalmente ao Sul, em Goa, e com quem foi preciso batalhar para se ter o monopólio comercial sobre aqueles territórios. Durante as primeiras décadas do

século XVII a influência inglesa superou o domínio português sobre a região, fato que fez-se instaurar a preferência comercial de produtos ingleses junto aos governadores indianos.

Com a expansão das atividades da Companhia Britânica das Índias Orientais em território indiano, foi autorizado à Companhia o aumento do controle e do poder sobre aquilo que já se configurava como colônia britânica no Sul da Ásia. A partir de 1670, os comerciantes poderiam comprar territórios em nome da Companhia, organizar exército próprio na Índia, instituir sua própria moeda e prover-se do poder de justiça sobre a região ocupada. Com o respaldo do governo inglês, a Companhia se constituía como o pilar de poder do Império Britânico no território indiano.

A transição da primeira para a segunda etapa da colonização britânica na Índia é marcada pela invasão e conseqüente conquista da região de Bengala pelos comerciantes ingleses, graças aos exércitos que haviam organizado na colônia.

Este período foi marcante, pelo fato de haver uma profunda transformação no relacionamento entre a metrópole e a colônia, ao ponto em que as meras relações comerciais, fortificadas após a atuação da Companhia Britânica das Índias Orientais, foram substituídas por uma relação brutal de exploração. Os principais objetivos da Companhia eram o atendimento à satisfação dos comerciantes ingleses que iam a Índia fazer negócios, esperando ganhar fortunas da noite para o dia, além de instaurar medidas que desestimulassem ou eliminassem por completo as produções artesanais e industriais locais, tornando a Índia um mero fornecedor de matéria-prima para a indústria de manufaturados inglesa e, ao mesmo tempo, um mercado consumidor de destino para esses produtos. Segundo Hunt & Shermann (1990), a respeito das conseqüências desse tipo de exploração da Companhia Britânica das Índias Orientais:

A administração britânica na Índia empreendeu a destruição sistemática de todas as fibras e alicerces da economia indiana para que em seu lugar se instalassem parasitariamente, os proprietários de terra e os prestamistas. Sua política comercial resultou na destruição do artesanato indiano, e deu origem às infames favelas das cidades indianas, nas quais se aglomeravam milhões de indigentes famintos e doentes. Sua política econômica cortou pela raiz os rebentos de um desenvolvimento industrial autóctone, favorecendo a proliferação de especuladores, pequenos comerciantes e espertalhões de toda espécie que levavam uma vida miserável e improdutiva nas malhas de uma sociedade em decadência.

Foi, portanto, desde 1757, que começou o processo efetivo de colonização da Índia pela Grã-Bretanha. Em 1773, o governo inglês cria o cargo de Governador Geral (Vice-Rei) da Índia, nomeado pelo próprio governo e encarregado de supervisionar o controle da

Companhia das Índias Orientais sobre o território indiano. O controle sobre a colônia, a partir de então, tinha ingerência direta do governo inglês e, os Vice-Reis da Índia foram responsáveis por expandir ainda mais o controle político, com a conquista de novos territórios na região. Essa expansão teve como ponto limítrofe, a Conquista de Punjab, em 1858, que trouxe à Coroa Britânica o controle máximo sobre o território indiano, configurando todo o subcontinente como membro do Império do Reino Unido.

Mais tarde, com a revolta das lideranças regionais indianas, principalmente aquelas que ainda não estavam sobre o domínio da Coroa Britânica e da Companhia das Índias Orientais, além dos movimentos de resistência pacífica ao colonialismo Britânico pelos intelectuais Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru, a situação colonialista tornou-se insustentável, fazendo com que a Rainha Vitória, em 1947, assina-se o documento que torna a Índia independente da Coroa Britânica, culminando com a instauração da República da Índia, no mesmo ano.

## **1.2 O Processo de Transição Durante a Independência e a Implementação da Estratégia de Planejamento com Metas de Desenvolvimento**

Coincidindo com o período do final da Segunda Guerra Mundial e com os primórdios do que seria a Guerra Fria, o pós-Independência na Índia começava a ser delineado através das medidas e das políticas econômicas que seriam adotadas pelo país que agora caminhava sozinho. No processo de independência, todo o território que era considerado “indiano” foi dividido em, inicialmente, dois países distintos: a República Islâmica do Paquistão e a República da Índia. Mais tarde, o Paquistão perde uma Guerra com a Índia, que apoiava o movimento separatista do Paquistão Oriental e, cujos fins, criam a República Popular de Bangladesh. A Índia, apesar de sua multiplicidade étnica poderia, a partir de então, traçar o destino de seu país de forma unificada.

Logo de início, marcada pelas influências conflitantes, soviética e americana, comunista e capitalista, centralizadora e liberal, a Índia decide por tomar um rumo pragmático, não tanto para predicar a natureza das políticas, mas sim pela atitude de seus gestores (VELASCO, 2005. p.33).

Para as reformas econômicas que seriam adotadas a partir do primeiro governo indiano de Jawaharlal Nehru foi pensando um modelo que se aproximasse mais ao planejamento centralizado que era praticado na União Soviética, de modo a influenciar o modelo econômico indiano através de políticas protecionistas para incentivar o desenvolvimento da indústria nacional e proteger os pequenos e tradicionais produtores, que já tinham elevada importância no contexto econômico indiano.

Como será apresentado mais a frente, a principal característica das reformas econômicas da Índia foi o seu caráter gradual, que permitiu àquele país adquirir certa autenticidade e autocontrole em relação ao rumo de sua política econômica. Segundo Velasco (2005), esse caráter gradual é ambíguo no ponto em que pode tanto ser justificativa para um plano pré-estabelecido de forma escalonada, para dirimir os riscos que sua aplicação teria sobre uma economia recente, ao diluir os custos desses riscos ao longo do tempo, ou então uma condução compassada de um processo de mudança que fosse provido de consenso quanto a sua direção, mas não necessariamente de certeza a respeito dos caminhos a se tomar. No contexto indiano, ambas as acepções são convenientes, já que suas políticas econômicas pendiam em cada momento distinto para uma das discriminações acima descritas.

A afirmação de que a Índia do pós-Independência adota uma postura pragmática se mostra plausível pelo fato de que, apesar de definir-se como nacionalista e centralizadora, características marcantes do modelo econômico soviético, o país aplicou esses conceitos em uma economia marcadamente capitalista e em um contexto político democrático. Jawaharlal Nehru, discípulo político declarado de Mahatma Gandhi e primeiro Primeiro-Ministro da Índia, era adepto ao modelo planejado soviético e sempre atuou politicamente ao lado dos valores democráticos. Por isso, trabalhou para unir o que os dois modelos tinham de melhor, instituindo um Socialismo Democrático na Índia, adaptando esses modelos para as naturezas políticas e econômicas do país. Conforme afirmado por Prates e Cintra (2009), o modelo de desenvolvimento da Índia é peculiar ao ponto em que foi influenciado pela Economia do Desenvolvimento, porém em um ambiente democrático-liberal, com intensas disputas eleitorais, diferentemente daquilo que foi observado em outras economias emergentes, com processos de industrialização e desenvolvimento tardios, principalmente em contraste com o que foi observado na América Latina.

A economia indiana ao final da década de 1940 era uma economia extremamente dependente de capital estrangeiro, este predominantemente britânico, já que o controle das

políticas comerciais e industriais da colônia indiana, ainda estava submetido ao governo inglês. Mesmo ainda durante o Raj Britânico, em 1930, alguns planos econômicos, mesmo que rudimentares, já vinham sendo aplicados pelo governo colonial da Índia, como a instituição de um Órgão de Planejamento Econômico que operou entre 1944 e 1946, pelo qual seus membros, empresários e economistas constituíram ao menos três planos de desenvolvimento.

A herança deixada pelo controle colonialista britânico na Índia pode ser dividida em três fatores: primeiro, a baixa integração da economia indiana com o mercado internacional já que a dependência do império britânico, forjada ao longo de dois séculos, manteve um reduzido grau de relacionamento com o exterior. Em segundo, um fator considerado positivo, foi o fato de a Grã-Bretanha já ter atingido grau de maturidade industrial, permitindo a transferência e o acesso à parte da tecnologia desenvolvida no país, dando condições à Índia de desenvolver um setor de indústria pesada, que geraria emprego e crescimento para o país nas próximas décadas. Por último, permitiu que uma parcela significativa da população indiana tivesse acesso à educação e à língua inglesa, tornando-a um mercado potencial para a economia do país no futuro, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e o acesso à pesquisa e tecnologia.

### **1.3 Os Primeiros Planos Quinquenais e o Período de Crescimento Hindu**

Depois de passado o período da transição política do processo de independência do governo britânico, o governo indiano do Primeiro Ministro Nehru optou pelo modelo econômico planejado de desenvolvimento, baseado no planejamento com metas de desenvolvimento e nas práticas de liberalização comercial e flexibilização econômica. Essa política foi efetivamente iniciada com a Criação da Comissão de Planejamento - Planning Commission - em 1950 (PRATES; CINTRA, 2009). Esse departamento do governo, cujo presidente era o próprio Primeiro-Ministro da Índia, seria responsável por proporcionar a rápida elevação do padrão de vida dos indianos através da boa gestão dos recursos naturais do país, do ganho de produtividade e da criação de empregos para toda a população. Além disso, uma das principais atividades da Comissão de Planejamento deveria ser a constante análise da economia do país, para que fossem criados planos econômicos com metas de

desenvolvimento e ciclos quinquenais, priorizando os setores que mais precisassem de estímulo e que precisassem ser mais bem alocados.

O governo e a sociedade indiana, durante a transição do processo de independência, ainda repudiavam alguns aspectos do colonialismo britânico e, por conta disso, foi ainda mais enfática a decisão de instituir uma política econômica de isolamento comercial e desenvolvimento “voltado para dentro”, já que a sociedade indiana demonstrava forte aversão ao comércio, aos investimentos e às tecnologias estrangeiras. Além disso, era visto como essencial o elevado nível de controle estatal sobre a economia e a produção para garantir o crescimento econômico acelerado e o desenvolvimento social baseado na redução das disparidades econômicas entre as camadas sociais (PIANNA, 2007: 13).

Tendo estabelecido as políticas econômicas a serem seguidas pela Índia pelo menos nos primeiros anos de independência, tornou-se essencial instituir essas diretrizes através de órgãos governamentais capazes de regulamentar, coordenar e fiscalizar a execução das medidas propostas por todos os setores da economia indiana. Entre 1947 e 1962, além da Comissão de Planejamento, como previamente mencionado, foram criados o Comitê de Consultoria de Planejamento, além de organismos de controle dos mecanismos protecionistas e de coordenação das práticas industriais do país (NASSIF, 2006: 18).

Em suma esse modelo de desenvolvimento “voltado para dentro”, que vigorou na Índia, predominantemente entre sua independência em 1947 e a década de 1980, se sustentava sobre seis pressupostos, que moldaram o processo de construção da economia indiana independente nos primeiros passos do novo Estado que emergia. Eram eles: a determinação de estratégias de planejamento diretivo da economia, que seguiria os moldes soviéticos de planos de metas quinquenais, o controle ou propriedade estatal dos setores estratégicos da economia, com conseqüente restrição da participação do capital estrangeiro; no âmbito industrial, o governo priorizaria o desenvolvimento da indústria pesada, ao mesmo tempo em que, preservaria a pequena produção artesanal; por fim, promoveria uma regulamentação do sistema financeiro do país (PRATES; CINTRA, 2009: 400).

Tendo entrado nesse processo de desenvolvimento planejado, com forte condução e ingerência governamental, que passava a ser o agente controlador da atividade econômica, da sociedade e da afirmação exterior do país, o governo indiano assumia simultaneamente os papéis de regulador, investidor e financiador da economia de seu próprio país (PIANNA, 2007: 13).

Os principais instrumentos do governo para aplicação das medidas protecionistas seriam os Planos Quinquenais, que passam a efetivarem-se a partir de 1951, com o 1º Plano Quinquenal.

Esses Planos começaram a ser efetivamente praticados a partir de 1951, sendo o primeiro período de aplicação de 1951 a 1956. Com exceção do período da Guerra com o Paquistão, entre 1966 a 1969, foram promulgados em seqüência e são praticados até a atualidade. Desde 1951, foram dez planos concretizados sendo que, o décimo primeiro está sendo praticado atualmente. Os setores priorizados, modelos de desenvolvimento, regime de comércio e fatos estilizados de cada Plano Quinquenal, podem ser vistos na tabela a seguir:

Tabela 1 – Índia: Planos Quinquenais

Planos	Período	Setores Primários	Modelo de Desenvolvimento / Regime de Comércio / Fatos Estilizados
1º	1951-1956	Não houve.	Substituição de importações / Protecionismo comercial.
2º	1956-1961	Bens de capital, mineração e metalurgia básica; apoio a pequenas e médias empresas.	Substituição de importações / Elevado protecionismo comercial.
3º	1961-1966	Bens de capital, química e insumos básicos (aço, energia elétrica e combustíveis).	Substituição de importações / Protecionismo comercial.
4º	1969-1974	Metalurgia básica, metais não-ferrosos (alumínio, cobre e zinco), indústrias de engenharia pesada, química e petroquímica, fertilizantes e construção naval.	Substituição de importações / Protecionismo comercial.
5º	1974-1979	Metalurgia básica, exploração e refino de petróleo, fertilizantes.	Substituição de importações / Liberalização comercial em 1976 (fracassada) e recrudescimento protecionista logo a seguir.
6º	1980-1985	Educação, setores intensivos em ciência e tecnologia (energia nuclear e eletrônicos), infra-estrutura e setores intensivos em emprego (agricultura, têxteis, vestuários e outros segmentos para consumo de massa).	Substituição de importações / Liberalização comercial gradual / Reforma tributária.
7º	1985-1990	Setores intensivos em ciência e tecnologia, educação, infra-estrutura física e social (energia, transporte, comunicação, irrigação e saneamento).	Integração da economia indiana ao mercado global (“orientação exportadora”); reformas econômicas “estruturais” (liberalização comercial, mas com restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo – exceto para investimentos no mercado acionário); desregulamentação industrial; eliminação gradual dos controles de preços; abertura gradual a investimentos externos

			estrangeiros; reforma tributária; reforma do sistema financeiro e do mercado decapitais; e reforma das empresas estatais).
8º	1992 -1997	Infra-estrutura física e social; agricultura e setores intensivos em tecnologia (notadamente energia atômica e aeroespacial e tecnologias da informação); educação.	Continuidade das reformas econômicas “estruturais”, mas manutenção das restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo.
9º	1997-2002	Infra-estrutura física e social; agricultura e setores intensivos em tecnologia (notadamente energia atômica e aeroespacial e tecnologias da informação); educação.	Continuidade das reformas econômicas “estruturais”, mas manutenção das restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo.
10º	2002-2007	Infra-estrutura e “setores geradores de emprego” (como agricultura, construção, turismo e serviços de tecnologia da informação).	Continuidade das reformas econômicas “estruturais”, notadamente a liberalização comercial, e o projeto de privatização de empresas públicas “não-estratégicas” e o fortalecimento do mercado de capitais. Manutenção das restrições à abertura da conta de capitais de curto prazo.

Fonte: (NASSIF, 2006)

Quando o Primeiro Plano Quinquenal foi promulgado, não estava pressuposto nenhum modelo teórico ou de prévia experimentação que o balizasse de forma a prendê-lo a conceitos e medidas padronizadas, adotadas para se estabelecerem e fazer-se manter o processo de desenvolvimento econômico e social (NASSIF, 2006: 18). Apesar disso, as diretrizes políticas e econômicas estavam altamente convencidas de que uma Política de Substituição de Importações seria necessária para atingir os objetivos iniciais da economia indiana, tais como a implantação e o desenvolvimento da indústria pesada, de bens de capital, de caráter nacional.

Já a partir do 2º e 3º Planos Quinquenais, a economia indiana passou a estar intensamente sujeita às determinações e diretrizes propostas nos planos, que começavam a orientar as políticas econômicas de longo prazo, praticadas até a década de 1980 (NASSIF, 2006, 18). Portanto, depois de quase 10 anos de política econômica independente, a Índia já despontava como uma economia singular com forte ímpeto isolacionista e protecionista.

Enquanto os Planos Quinquenais eram os instrumentos do governo indiano para orientar a economia do país, o mecanismo efetivo de sua atuação no controle das propostas elaboradas pelos Planos, visando o alcance das metas estabelecidas por estes, foi principalmente a Política Industrial. As medidas implementadas por essa Política visavam o

alcance imediato dos objetivos iniciais do governo indiano, dentre eles o desenvolvimento da indústria pesada no país.

As medidas iniciais adotadas pelo governo dentro do escopo da Política Industrial foram a promulgação de leis e resoluções que garantiam total controle da União sobre o processo de industrialização do país. Dentre as leis e resoluções supracitadas, destacam-se: a *Industrial Policy Resolution*, em 1948, a Lei das Indústrias de 1951, o *Industries Development Resolution Act*, em 1952 e a *Industrial Policy Resolution*, promulgada em 1956 (PIANNA, 2007: 13). Estas leis instauraram dois novos mecanismos de Política Industrial que seriam regulados diretamente pelo governo para direcionar a economia e a industrialização de maneira estratégica. Eram eles: os sistemas de Licenciamento Industrial e de Licenciamento de Importações. Estes mecanismos seriam o âmago do modelo indiano de Substituição de Importações, até sua flexibilização com o processo de liberalização comercial em meados da década de 1980 (NASSIF, 2006: 20).

O primeiro sistema, o de Licenciamento Industrial, era um mecanismo que estabelecia um rígido controle sobre os investimentos industriais, mais especificamente sobre os investimentos em novas plantas ou em expansão da capacidade produtiva. O governo, através desse mecanismo, tinha o controle sobre os fluxos dos investimentos industriais, de maneira a direcioná-los para os setores estratégicos, eleitos como prioritários pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento (PRATES; CINTRA, 2009: 402). O Sistema de Licenciamento Industrial permitia ao Estado controlar, não apenas o destino dos investimentos e a escala dos empreendimentos, mas também o acesso à tecnologia, os conteúdos importados e todo o relacionamento dos agentes empresariais com o setor externo, que abrangem o acesso à transferência de tecnologia e ao crédito internacional (NASSIF, 2006: 20).

Com esse mecanismo incorporado, o Estado detinha pleno poder sobre a política industrial da Índia, determinando quais seriam as prioridades e o rumo do setor, de forma quase que subserviente ao que era proposto ser executado pelos Planos Quinquenais e alcançado pelas metas nele previstas. O órgão do governo que exercia a licenciatura em questão era a Comissão de Licenciamento Interministerial, responsável pela coordenação da política industrial com os sistemas de licenciamento praticados na economia indiana.

Nessa dinâmica política industrial, só ficavam excluídas do controle estatal as pequenas e médias empresas, por configurarem-se como parte de outro pilar da estratégia de desenvolvimento da economia indiana: a preservação da pequena indústria artesanal

(PRATES; CINTRA, 2009: 402). Segundo Nassif (2006), essa flexibilidade, ao invés de proteger as pequenas e médias indústrias, acabou por prejudicá-las, por conta da abrangência da política de licenciamento industrial, que atingia todo o setor de forma generalizada e, prejudicando em maior grau aquelas empresas com menor poder de monopólio e com setores menos intensivos em escala.

Quanto ao segundo sistema, o de Licenciamento de Importações, pode-se dizer que era utilizado quase como um mecanismo próprio do sistema de licenciamento industrial, já que serviu para controlar de forma mais direta a restrição à compra de produtos estrangeiros, incentivando a indústria local e atuando no sentido de desenvolvê-la. O principal objetivo do Licenciamento de Importações era, portanto, monitorar quantitativamente as importações de setores prioritários (eleitos pelos Planos Quinquenais vigentes), de modo a minar a concorrência externa e proteger a indústria doméstica (PRATES; CINTRA, 2009: 403). Ao contrário do Licenciamento Industrial, vigorado sob o modelo radicalmente restritivo, e que durou até o final da década de 1980, o Licenciamento de Importações, foi sendo flexibilizado até ser extinto em 1976, sendo que apenas equipamentos e máquinas continuavam sendo licenciados, cuja responsabilidade de monitoramento caberia, então, ao Sistema de Licenciamento Industrial.

Segundo Prates e Cintra (2009), os economistas discordam quanto ao resultado e as conseqüências da Política de Substituição de Importações, singular e característica, adotada pela Índia em sua trajetória de industrialização. Há consenso em torno da idéia de que essa estratégia de substituição de importações fora adotada não para superar uma crise econômica, mas sim para fortalecer o setor de bens de consumo e de capital. Cabe aqui, analisar os aspectos considerados positivos e negativos da aplicação das medidas dessa estratégia (VELASCO, 2005: 14).

Os economistas e teóricos favoráveis às políticas implementadas, afirmam que as medidas adotadas foram essenciais para a construção de uma estrutura industrial na Índia, com amplo setor de bens intermediários e de capital, cuja estrutura antecessora se caracterizava pela industrialização de bens com mínimo valor agregado. Além disso, permitiu que houvesse a construção de uma base diversificada de atividades de bens de consumo. Todos esses setores de bens foram responsáveis por impulsionar a economia de forma mais acentuada. Por outro lado, os negativistas e desfavoráveis à Política de Substituição de Importações, acreditam que o regime de licenciamento por ela praticado fora muito radical e

que faltou racionalidade nas políticas protecionistas, contidas nesse modelo. Por conta disso, alegam que esses fatores resultaram em uma economia praticamente anárquica com uma indústria ineficiente e com padrão de crescimento desequilibrado (PRATES; CINTRA, 2009, 403). Afirmam, também, que estes fatores foram prejudiciais a longo prazo, principalmente no momento quando a economia indiana passava a se abrir para a globalização e para a liberalização comercial, à medida que se viu diante de uma indústria obsoleta, de baixa produtividade e eficiência, e que teria sido determinante para a diminuição de sua competitividade externa.

Apesar dos pontos favoráveis à Política de Substituição de Importações, o período marcado por esse modelo, na economia indiana, ficou conhecido como o período de “crescimento hindu”. Esse termo fazia menção às baixas taxas de crescimento do PIB da economia da Índia - média de 3,7% ao ano (ver Tabela 2) - durante o período em que manteve rígido seu plano de desenvolvimento “voltado para dentro”, com uma economia fechada e, essencialmente protecionista. Segundo Prates e Cintra (2009), apesar da Política de Substituição de importações ter resultado em importantes transformações no setor produtivo indiano, aumentando o peso da indústria e de serviços no PIB do país, algumas metas pré-estabelecidas pelos Planos Quinquenais do período que compreende o crescimento hindu (1950-1980), não foram plenamente atingidas. Tais como, expansão do emprego, diminuição das desigualdades sociais e eliminação da pobreza.

Muito do “padrão de crescimento hindu” se deve ao fato de que, a monopolização dos setores de infraestrutura e a remoção da competitividade externa minaram a eficiência e a expansão da produtividade do setor privado, enquanto o setor público se destacava por sua elevada participação na economia (PIANNA, 2007: 18). Esses fatores estrangularam a economia indiana até os processos de liberalização e flexibilização econômica do governo de Rajiv Gandhi (1985-1990).

Ainda destacando o caráter *sui generis* do modelo de substituição de importações da Índia, apesar do baixo crescimento verificado, o governo indiano foi capaz de manter a importante estabilidade dos preços, caracterizada pelos baixos índices de inflação durante as três décadas em que esse modelo foi vigente. Esta estabilidade inflacionária foi possível graças ao rígido controle da oferta monetária e o reduzido endividamento externo no período (NASSIF, 2006: 28)

Tabela 2 – Indicadores Macroeconômicos da Índia: 1950-2005

**Índia: Indicadores Macroeconômicos Básicos**

Período	PIB real (variação média anual - em %)	PIB real per capita (variação média anual - em %)	Taxa de inflação	Exportações de bens (variação média anual - em %)	Importações de bens (variação média anual - em %)	Exportações de bens e serviços (variação média anual - em %)	Importações de bens e serviços (variação média anual - em %)
<b>1950 - 1980</b>	<b>3,7</b>	<b>1,5</b>	<b>Nd</b>	<b>4,0</b>	<b>5,8</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>
<b>1980 - 1990</b>	<b>5,8</b>	<b>3,6</b>	<b>8,9</b>	<b>9,8</b>	<b>5,8</b>	<b>5,2</b>	<b>6,0</b>
1980 - 1985	5,4	3,8	9,3	3,6	3,3	0,9	6,5
1985 - 1990	6,2	4,2	9,6	14,8	8,0	9,8	5,6
<b>1990 - 2000</b>	<b>5,7</b>	<b>4,1</b>	<b>10,6</b>	<b>9,7</b>	<b>8,0</b>	<b>14,0</b>	<b>13,5</b>
1990 - 1995	5,2	4,2	12,4	12,1	9,0	16,7	18,5
1995 - 2000	5,8	5,2	9,7	7,4	7,0	17,6	14,2
<b>2000 - 2004</b>	<b>6,2</b>	<b>4,7</b>	<b>4,9</b>	<b>15,3</b>	<b>20,5</b>	<b>18,0</b>	<b>12,0</b>
<b>2003</b>	<b>9,0</b>	<b>7,0</b>	<b>3,8</b>	<b>20,1</b>	<b>26,3</b>	<b>7,0</b>	<b>11,1</b>
<b>2004</b>	<b>7,0</b>	<b>5,4</b>	<b>3,8</b>	<b>26,7</b>	<b>40,2</b>	<b>13,0</b>	<b>19,2</b>
<b>2005*</b>	<b>8,0</b>	<b>nd</b>	<b>4,0</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>

Fonte: (NASSIF, 2006)

nd: não disponível

\* Estimativa

As reformas liberalizantes do governo de transição de Indira Ganhdi para Rajiv Gandhi foram necessárias para justamente superar os baixos índices de elevação da produtividade e do desenvolvimento econômico e social da Índia, observados ao longo das primeiras décadas da independência do país. Os mais claros fatores de que a economia indiana continuava debilitada e sofria com gargalos que impediam a aceleração de seu crescimento eram, dentre outros: a ineficiência microeconômica, o alto nível de degradação social, a debilidade do sistema de infraestrutura e a precariedade dos mecanismos de inserção internacional aliada à baixa competitividade externa da indústria indiana e o viés anti-exportador instaurado pela política de licenciamento (NASSIF, 2009: 29). Seria preciso, portanto, um processo de transformação completa nas políticas industriais, comerciais e de desenvolvimento do país, para que esse quadro fosse revertido e a Índia pudesse crescer em eficiência, no que tange a relação entre o seu potencial de recursos naturais, humanos e financeiros e a aceleração do crescimento de sua economia.

## **1.4 As Reformas Liberalizantes do Período 1985-1990 e a Aceleração do Crescimento nos Anos 1990**

Desde a implementação do modelo de desenvolvimento econômico baseado no Sistema de Substituição de Importações até a década de 1980, a sociedade indiana estava acostumada a uma filosofia econômica de elevada “autoconfiança” e por esse motivo, via como necessário produzir nacionalmente tudo aquilo que fosse estritamente essencial para o consumo da população, dentro dos limites produtivos do país, fossem estes territoriais, de recursos naturais, financeiros ou humanos. A questão principal do desenvolvimento desse pensamento econômico é o fato de que ele próprio se desgastou e passou a se mostrar impróprio para os patamares econômicos que a Índia havia atingido até então (PIANNA, 2007: 30).

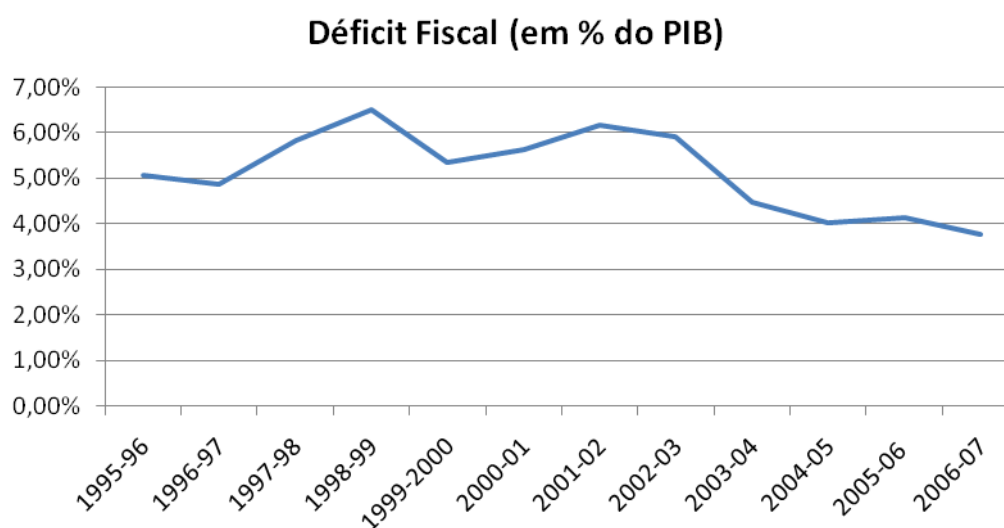
### ***1.4.1 O início da transição durante os governos de Indira e Rajiv Gandhi***

É neste contexto que, ainda sob o governo da Primeira Ministra Indira Gandhi, seu filho e então assessor de seu governo, Rajiv Gandhi, começa a perceber quão insustentáveis eram os mecanismos de licenciamento industrial e de importações e outras políticas restritivas e protecionistas adotadas até então, para a economia indiana. Como já dito, havia ineficiência em setores básicos da economia, como fatores microeconômicos, infraestrutura, degradação social e baixa inserção internacional. Estes fatores demonstraram a necessidade de mudanças nas políticas econômicas do país a partir daquele momento (NASSIF, 2006: 29).

Durante o segundo mandato de Indira Gandhi, entre 1980 e 1984, algumas propostas de flexibilização já haviam sido adotadas em sua política econômica, permitindo maior ênfase ao crescimento econômico pragmático. O principal exemplo dessa mobilização foi a promulgação da Declaração de Política Industrial, cujo objetivo era o alcance do aumento da produtividade e eficiência da indústria indiana (PIANNA, 2007: 24). Apesar disso, as reformas liberalizantes começam a ser efetivamente praticadas somente após a posse de Rajiv Gandhi como Primeiro Ministro, logo após o assassinato de sua mãe, em 1984.

Ao final da década de 1970, embora houvesse equilíbrio no Balanço de Pagamentos, baixas taxas de inflação e níveis confortáveis de reservas internacionais, alguns fatores ameaçavam desestabilizar a economia da Índia em um futuro próximo. Tais como: a indisciplina fiscal dos estados indianos, a seca de 1979, que devastou o setor de agricultura no período e, principalmente o segundo choque do petróleo, durante a Revolução Iraniana no mesmo ano. Este último foi responsável por elevar os níveis de inflação, puxada pelas altas no preço do barril de petróleo e intensificada pelo alto volume de importação dessa commodity pela Índia. Além disso, houve uma considerável elevação do déficit público para 2,7% do PIB, e um alarmante processo de escoamento de grandes quantias das reservas internacionais do país para sanar os desdobramentos da crise que se instaurava (NASSIF, 2006: 33). Essa elevação do déficit fiscal do governo indiano se manteve até o final dos anos 1990, acarretando em uma situação ainda pior das contas públicas, que só foi compensada a partir de meados da década de 2000, com planos de cortes de gastos públicos e com o incremento da receita em consequência do aumento da arrecadação decorrente do crescimento econômico acelerado. Essa tendência pode ser analisada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Evolução do Déficit Fiscal da Índia entre 1995 e 2007



Fonte: Asia Development Bank

Segundo Nassif (2006), aliado a esses fatores, os governos Indira-Rajiv, perceberam que a radical utilização dos mecanismos de licenciamento industrial e de importações havia

criado uma conexão de interesses extremamente complexa e truncada, cuja administração e utilidade pública se mostravam cada vez mais impraticáveis.

Com a conscientização da sociedade sobre a necessidade das mudanças a serem feitas na economia da Índia, após o assassinato de Indira Gandhi em 1984, as eleições convocadas imediatamente após o ocorrido deram a vitória a Rajiv Gandhi, do Congresso I (antigo Congresso Nacional Indiano) e, pela primeira vez na história da Índia independente, um partido conquistava maioria absoluta no Parlamento. Este importante fato permitiu que Rajiv Gandhi implementasse as reformas que eram necessárias ao país de forma plena e contínua (NASSIF, 2006: 34).

Segundo Pianna (2007), o período compreendido entre 1980 e 2000, fora dividido por duas fases de reformas na economia indiana. A primeira delas, durante a década de 1980, foi caracterizada pelo desmantelamento dos sistemas de licenciamento industrial e de importações, enquanto a segunda fase, na década de 1990, foi marcada por uma reforma mais abrangente de liberalização comercial, industrial e financeira.

Além do processo de redução dos Licenciamentos Industrial e de Importações, as reformas implementadas entre 1985 e 1990 também determinaram a reversão do viés anti-exportador que se instalou durante as décadas de fechamento da economia, a redução do monopólio do governo sobre importações de produtos estratégicos, e uma mini-reforma tributária capaz de diminuir os custos de produção e aumentar a competitividade do produto indiano. (NASSIF, 2006: 34). De forma mais detalhada, a Tabela 3 exemplifica as medidas adotadas pelas reformas econômicas do governo de Rajiv Gandhi.

Tabela 3 – As reformas econômicas do período 1985-1990

### As Reformas Econômicas do Período 1985-1990

<b>Licenciamento Industrial</b>	Aumento do número de indústrias isentas do regime, de 25 em 1985 para 31 em 1990; e permissão para aumento da capacidade potencial em até 133% do máximo de capacidade utilizada alcançado em qualquer dos cinco anos anteriores a 1986.
<b>Licenciamento de importações</b>	Aumento do número de itens de bens de capital incluídos na lista de Licenciamento Geral Aberto (isenção do regime de licenciamento de importações), de 1.007 itens em 1987, para 1.170 em 1988, e 1.329 itens em 1990; aumento do número de itens de bens intermediários incluídos na lista de Licenciamento Geral Aberto, de 620 itens em 1987 para 949 em 1988; e cobertura das importações isentas do regime de licenciamento em 1988: 30% do valor total das importações.
<b>Direitos de monopólio público na importação</b>	Redução expressiva dos direitos de monopólio do governo na importação de itens estratégicos; e cobertura total da participação de importações sujeitas a direitos de monopólio no valor total importado: 27% em 1987 (contra 67% em 1981).
<b>Incentivos à exportação</b>	Permissão para aumentas o valor de itens importados destinados à produção para exportação; isenção de até 100% (em 1988) de tributos incidentes sobre lucros derivados na exportação; redução das taxas de juros incidentes nos financiamentos às exportações; e garantia de manutenção dos incentivos concedidos à exportação por período mínimo de três anos.
<b>Minirreforma tributária</b>	Modificação do sistema de tributação sobre insumos produzidos no país ou importados para quase todos os segmentos manufatureiros (exceto derivados de petróleo, têxteis e fumo), acarretando uma expressiva redução da incidência de impostos e, portanto, do custo de produção industrial.

Fonte: (NASSIF, 2006)

Apesar de muitas vezes serem apontadas como as principais forças propulsoras da aceleração do crescimento da economia indiana nos anos que se seguiram, as reformas adotadas no período de 1985-1990 não foram suficientes para desobstruir o crescimento econômico da Índia. O relativo aumento do déficit fiscal observado durante a década de 1980, passando de 6,5% em 1980 para 9,1% em 1990 (NASSIF, 2006: 37) e o fato de que, mesmo com a flexibilidade adotada nos sistemas de Licenciamento Industrial e de Importações, grande parte do setor industrial continuava sujeito às práticas impostas por esse regime, que continuava a controlar indiretamente as grandes indústrias indianas, principalmente as que detinham maior parcela de participação no PIB do país, corroborava a tese de que para que a economia indiana pudesse experimentar um crescimento mais acelerado, ainda haveria algumas medidas estruturais a serem implementadas.

Voltando a questão do déficit fiscal da economia indiana na década de 1980, como mais um exemplo da peculiaridade de trajetória econômica da Índia, o governo do país conseguiu alimentar esse aumento do déficit não somente através do aumento da arrecadação fiscal, mas também através da emissão de títulos públicos e de financiamentos externos, captados em um período de escassa liquidez internacional que ainda sofria com os

desdobramentos do segundo choque de petróleo. Enquanto isso, a Índia conseguia atrair elevados fluxos de investimentos externos para o país, principalmente pelo fato de sua economia ser avaliada como sendo de baixo risco de crédito, o que a auxiliou em obter empréstimos de instituições financeiras internacionais, como o FMI (NASSIF, 2006: 37).

É justamente esse aporte voluptuoso de capitais estrangeiros na Índia que ocasionariam, mais tarde, a crise econômica de 1991, marcada, principalmente, pelas seguintes decorrências: crise cambial, elevação da inflação ao nível dos dois dígitos, déficits crescentes em conta-corrente e erosão do volume de reservas internacionais e dos influxos adicionais de capitais externos privados. Neste ponto, as reformas adotadas ainda na década de 1980 se mostram importantes pelo fato de terem sido parte do modelo gradual de reformas praticado na Índia, que permitiram adaptar a sociedade lentamente às novas transformações que se seguiriam adiante e que eram necessárias para manter o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país (NASSIF, 2006: 37-38). A Índia se via no momento adequado para optar pela modernização de sua economia e pela abertura de seu mercado ao capital estrangeiro, além de se desvencilhar do modelo de forte intervencionismo estatal praticado até então (PIANNA, 2007: 30). O mundo estava passando por uma fase drástica de grandes transformações, principalmente ocasionadas pelo fim da Guerra Fria, e a Índia precisaria acompanhá-las para poder manter níveis de crescimento suficientes para garantir o desenvolvimento sócio-econômico de sua população.

#### ***1.4.2 As reformas estruturais da década de 1990***

Em Junho de 1991, com a eleição do Primeiro Ministro Narasimha Rao, o Partido do Congresso I retomava o poder no Parlamento indiano, depois de dois anos em que o poder havia migrado para o Partido Janata Dal. Concomitantemente, eram implementadas as reformas econômicas mais marcantes da trajetória da Índia como país independente, pelo fato de terem propiciado a transformação do país na potência econômica que se tornou anos depois.

Como já mencionado anteriormente, as reformas econômicas na Índia foram caracterizadas por duas fases distintas, sendo a primeira durante o governo de Rajiv Gandhi (1985-1990) e baseada em reformas conjunturais, principalmente no setor industrial, e a segunda, que ocorre oficialmente a partir de Julho de 1991, cujo caráter é de uma reforma

estrutural de liberalização econômica em todos os seus sentidos, comercial, industrial, cambial e financeira. Segundo Pianna (2007), enquanto a primeira fase de reforma se caracteriza pelo foco *pro-business*, direcionadas no crescimento da rentabilidade do setor industrial, a segunda fase é marcada pelo caráter *pro-market*, já que o processo de liberalização econômica, nela contido, previa beneficiar a concorrência no mercado doméstico e, conseqüentemente, os consumidores. As principais diferenças de caracterização de ambas as reformas, podem ser visualizadas no quadro abaixo:

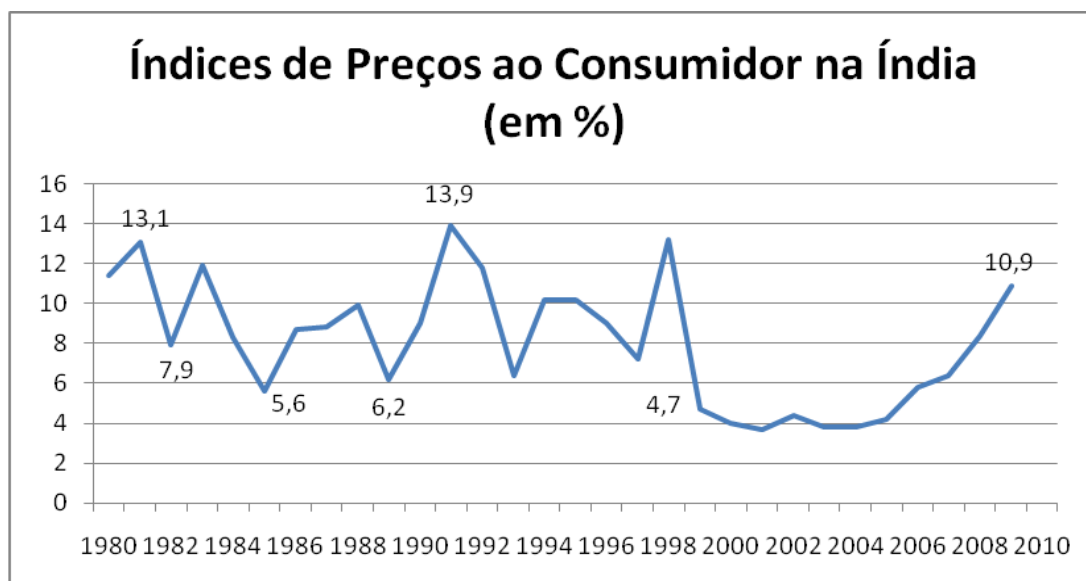
Tabela 4 – Diferenças entre as Reformas Econômicas de 1985 e de 1991

<b>Medidas pro-business (Anos 1980)</b>	<b>Medidas pro-maket (Anos 1990)</b>
Liberalização de importações, especialmente no setor de bens de capital e intermediários;	Abolição do licenciamento industrial e redução dos monopólios;
Aumento dos incentivos às exportações;	Liberalização do Investimento Estrangeiro Direto;
Redução das limitações à indústria;	Gradual liberalização do comércio exterior.
Diminuição do controle estatal dos preços administrados em insumos-chave;	Liberalização do sistema financeiro, com a privatização de bancos.

Fonte: (PIANNA, 2007)

O ponto limiar entra as duas ondas de reformas é facilmente identificado como sendo a crise cambial atravessada pela Índia e agravada em 1990. Já no início desse ano, alguns indicadores macroeconômicos demonstravam a grave deterioração da economia indiana, dentre eles a elevação abrupta dos déficits fiscais, os constantes déficits em conta corrente, que superavam os dois dígitos, a inflação elevada de 12% a.a., a fuga de capitais estrangeiros, que já eram escassos, e uma redução vertiginosa do volume de reservas internacionais do país (NASSIF, 2006: 39). No cenário externo, dois acontecimentos também foram decisivos para o recrudescimento da situação econômica da Índia, o primeiro foi a invasão do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein, que deram início à Guerra do Golfo e fez surgir a ameaça de um novo choque de petróleo, e o segundo foi a deterioração do clima econômico mundial durante o final da década de 1980 e início da década de 1990 (PIANNA, 2007: 33). Conforme observado no gráfico a seguir, a inflação na economia indiana, que mesmo elevada, vinha sofrendo retração ao longo da década de 1980, volta a se elevar por conseqüência dos choques ocorridos no início da década de 1990.

Gráfico 2 - Evolução do Índice de Preços ao Consumidor na Índia



Fonte: IMF International Monetary Fund Statistics 2009

Os fatores acima descritos foram responsáveis por fazer emergir o sentimento de conscientização a favor das mudanças e transformações que seriam necessários à economia da Índia nos próximos anos. Segundo Nassif (2006), há uma resistência cultural por parte da sociedade indiana em aceitar desequilíbrios fiscais permanentes e elevadas taxas de inflação. Apesar disso, aliado aos outros indicadores negativos da economia indiana na época, o debate acerca das reformas também se sobrepuiu sobre o terreno dos princípios econômicos, étnicos e políticos da sociedade e da elite política da Índia. Fator este, determinante para a implementação das reformas que viriam a seguir e que transformariam a economia do país (VELASCO, 2005: 37).

Em Janeiro de 1990, ainda sob o governo de Rajiv Gandhi, a situação econômica se deteriorava e a Índia decide recorrer ao FMI por um empréstimo compensatório capaz de proteger a economia do país temporariamente e sanar as questões mais agudas, como o baixo volume das reservas para cobrir as importações e o aumento do déficit fiscal. Tendo sido aprovada a ajuda do FMI, a Índia ganharia tempo para implementar as reformas estruturais que planejava e que previam a reversão da atual situação de maneira ágil e eficaz (NASSIF, 2006: 39).

Neste meio tempo, com o assassinato de Rajiv Gandhi e a eleição imediata de Narasimha Rao para Primeiro Ministro, com Manmohan Singh como Ministro da Fazenda, o clamor pelas reformas parecia aumentar entre a sociedade indiana e, em 1991 o governo fecha

um acordo adicional com o Fundo Monetário Internacional que, em contrapartida, exige a adoção de políticas econômicas heterodoxas e um amplo programa de liberalização econômica para os próximos anos, cujas medidas abrangiam políticas de curto e de longo prazo. O pacote de reformas econômicas elaborado pela elite política e econômica do país, já estava sendo inicialmente praticado e previa uma implementação muito mais abrangente do que aquilo que estava sendo exigido pelo FMI (NASSIF, 2006: 40).

A reforma liberalizante de 1991 foi oficialmente lançada com o chamado *New Economic Policy* (NEP), uma resolução do governo indiano cujo conteúdo reunia as diretrizes para as políticas econômicas que seriam adotadas a partir de então. Junto a essa medida, foi promulgado o Oitavo Plano Quinquenal de Desenvolvimento, que seria um instrumento de coordenação das medidas propostas pela Reforma Econômica. Focado na questão do gradualismo e do pragmatismo no processo de reformulação das políticas econômicas, o governo não visava apenas instituir quais seriam as diretrizes para cada setor, mas também determinar o papel do setor público na economia do país nos próximos anos (PRATES; CINTRA, 2009: 411).

As principais medidas do *New Economic Policy* visavam de maneira geral, inserir a economia indiana no comércio internacional e no fluxo de capitais mundiais. Para isso, propunham ações como o fomento do processo de abertura econômica, desvalorização da Rúpia como instrumento de aumento da competitividade das exportações indianas, compreensão das políticas fiscais e monetárias, novas regras para as entradas de IED, remoção de restrições às transações econômicas internacionais, aumento da taxa de juros para diminuir a demanda agregada do setor público e privado e a redefinição da participação direta e indireta do governo na economia e no sistema financeiro doméstico e internacional (NETO, 2008: 35).

De maneira geral, essas medidas podem ser destrinchadas em políticas distintas em âmbito industrial, cambial, comercial, de investimentos estrangeiros e fluxos de capitais e de regulamentação do setor financeiro. Estas classificações e as medidas adotadas para cada uma delas podem ser analisadas na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – As Reformas Econômicas Liberalizantes do pós-1991

### As Reformas Econômicas na Índia Pós-1991

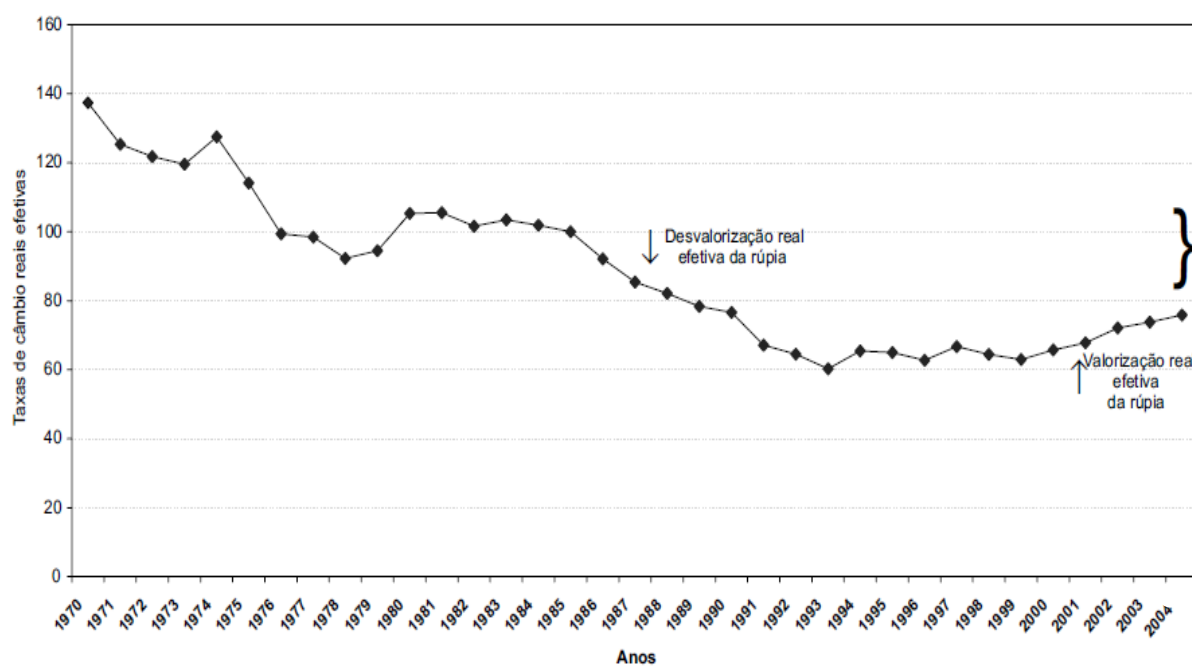
<b>Política Industrial</b>	Eliminação do regime de licenciamento industrial, salvo os casos especificados; abertura à competição privada em setores com notório monopólio estatal (por ex.: telecomunicações); e venda de ações de empresas públicas a agentes privados, contanto que continuasse assegurado o controle do governo.
<b>Comércio Exterior e câmbio</b>	Extinção do regime de licenciamento de importações, exceto para lista negativa de produtos (agricultura e bens de consumo) e redução gradual das tarifas de importação; incentivo à criação de Zonas Especiais de Exportação (ZEEs) e Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). sujeitas às restrições da política industrial indiana; e maxidesvalorização da Rupia e criação de mercado dual de câmbio, com um mercado de taxas oficiais e um mercado de câmbio flutuante (1991); unificação cambial com mercado de taxas flutuantes (1993).
<b>Investimento Estrangeiro Direto (IED) e movimento de capitais</b>	Liberalização para IED em té 100% do total de ações com direito a voto, salvo setores específicos, para os quais a participação acionária de estrangeiros é proibida ou limitada a um máximo permitido; permissão para investidores institucionais estrangeiros aplicarem em portfólio acionário de companhia indianas, limitado ao máximo de 30% do capital, mas sujeita à aprovação pela Comissão de Câmbio e Valores Mobiliários da Índia; e não-adesão à plena conversibilidade da conta de capitais, notadamente com respeito às restrições à entrada de capitais de curto prazo para aplicação em portfólio no mercado financeiro.
<b>Sistema financeiro e mercado de capitais</b>	Adequação gradual dos níveis de capitalização e padrões internacionais (Acordo de Basileia); permissão para licenciamento de novos bancos, condicionado ao requisito mínimo de 1 bilhão de rupias de aporte de capitais; e liberalização da emissão de ações no mercado primário e transferência da regulação do Ministério da Fazenda (pelo Controller) para a Comissão de Câmbio e Valores Mobiliários da Índia.

Fonte: (NASSIF, 2006)

No que tange a atuação do governo na Política Industrial adotada com a reforma liberalizante de 1991, o marco inicial da mudança de posicionamento neste setor é a promulgação do *Statement of Industrial Policy*. Esta resolução enunciava a extinção completa dos mecanismos de licenciamento industrial e flexibilizava o de importações, além de declarar o fim dos monopólios estatais nos setores estratégicos e a autorização automática para investimentos estrangeiros diretos com limite de até 51% da participação acionária com direito a voto. Com algumas poucas exceções, o regime de licenciamento estava extinto completamente para todas as indústrias, salvo os setores de saúde pública, segurança e meio ambiente. Esse processo de desestatização da economia também foi influenciado pela recorrente escassez de recursos estatais. Desta forma, o governo se viu diante da necessidade de realizar uma ampla abertura do processo de privatização de empresas estatais, incentivada pela permissão de venda de ações das empresas públicas para investidores estrangeiros (NASSIF, 2006: 41).

Em relação à Política Comercial no NEP, pode-se dizer que foi muito influenciada pelas deliberações do FMI, quando na assinatura do pacote de estímulos à economia indiana, que visavam a abertura comercial do país. De 1990 para 1993, a política comercial indiana passou de altamente restritiva para consideravelmente liberal. Isso se deve pela transição de um sistema onde a conversibilidade da Rúpia era ínfima, para outro em que houvesse uma política de câmbio dual, com taxas de câmbio flutuantes, além da eliminação das restrições ao comércio internacional, principalmente as barreiras às importações, com consequente desvalorização da moeda nacional (PIANNA, 2007: 36). No gráfico abaixo, essa desvalorização da Rúpia indiana frente ao dólar é claramente visível, com elevação considerável a partir dos anos 1990.

Gráfico 3 – Desvalorização da Rúpia Indiana frente a uma cesta de moedas estrangeiras entre 1970 e 2004



Fonte: (NASSIF, 2006)

O Sistema de Licenciamento de Importações havia sido praticamente eliminado, tendo sido mantida apenas uma restrita lista negativa de produtos que ainda sofreriam restrição e controle sobre sua importação, dando continuidade a alguns vícios do regime de licenciamento praticado anteriormente, e que só foram completamente eliminados em um novo programa de reformas em 2001. Até meados dos anos 2000, a Índia continuava

manipulando sua política comercial de forma a atender os interesses das indústrias locais (NASSIF, 2006: 42-43).

Houve também um processo de reforma da política comercial de tarifas aduaneiras praticadas pela Índia, que fez as tarifas médias de importação passarem de 355%, em 1990, para 40% em 2002. Mesmo ainda sendo considerada elevada pelos padrões da OMC, representa uma redução considerável nas restrições às importações impostas pelo país (NASSIF, 2006: 42).

No que tange o incentivo às exportações, foi instituído pelo governo indiano a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), onde alguns estados da Índia poderiam adotar leis mais liberais em relação àquelas adotadas em nível federal, com o intuito de atrair investimento estrangeiro e promover a transferência de tecnologia e *expertise* para o setor exportador daquela região. Essas zonas eram antes chamadas Zonas Especiais de Exportação, e depois foram instituídas como Zonas Econômicas Especiais, e adotadas para os setores público e privado (PIANNA, 2007: 38).

Como já mencionado, as principais ações em termos de política cambial pelo governo indiano foram a maxidesvalorização da Rúpia, inicialmente de 47% em relação ao dólar americano, além da instituição de um mercado de câmbio dual, onde duas taxas eram praticadas, sendo uma delas administrada pelo Banco Central da Índia e a outra regulada livremente pelo mercado. Posteriormente, em 1993, em uma segunda etapa da reforma, o mercado cambial unificou-se e foi estabelecido a prática de taxas flutuantes de câmbio (NASSIF, 2006: 44).

Outro fator importante é o fato de que, ao final da década de 1990, com a recuperação dos níveis das reservas internacionais da Índia, o Banco Central voltou a ter condições de regular o mercado cambial, com compra e venda de divisas para manter a estabilidade da Rúpia, contendo a tendência de apreciação em termos reais, verificada ao final da década de 1990 (NASSIF, 2006: 51).

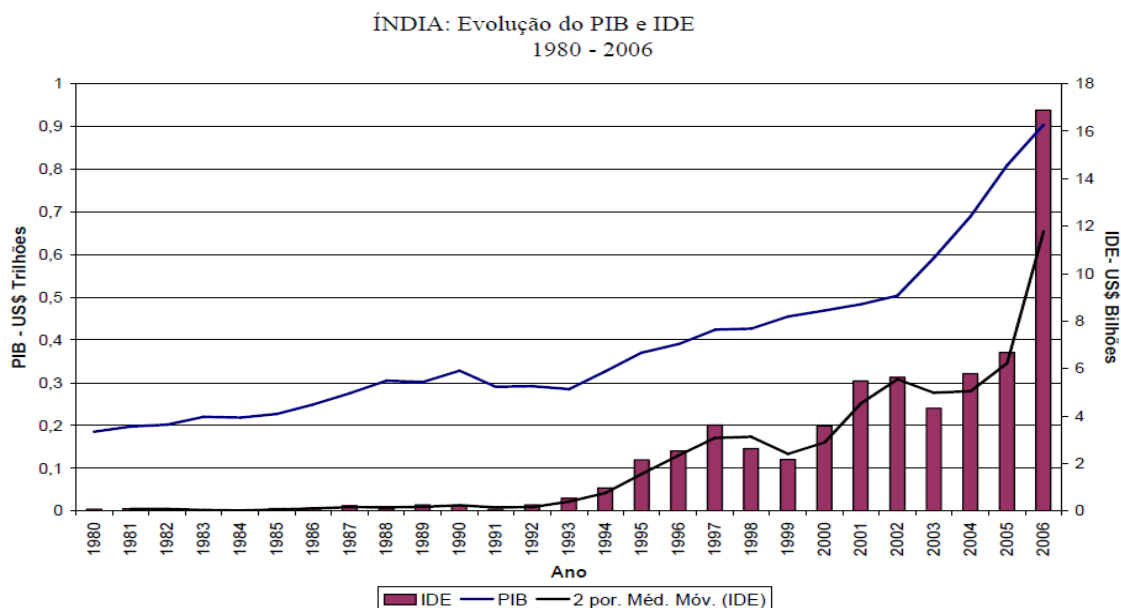
Pelo fato de ter sido responsável por assegurar a competitividade dos bens comercializáveis da economia indiana, essa medida é tida como a principal propulsora do *boom* exportador do país ao longo dos anos 1990 (NASSIF, 2006: 44).

Conforme considerado por Nassif (2006), o antigo modelo restritivo de controle de capital estrangeiro era um regime praticamente xenofóbico, por não permitir a entrada efetiva dos investimentos estrangeiros diretos e sob outras formas, no mercado indiano.

A política do governo indiano no setor de investimentos estrangeiros sempre foi muito restritiva, por questões provenientes dos tempos do colonialismo britânico, como já tratado anteriormente. Mesmo depois das reformas liberalizantes, o Estado continuou controlando a entrada de capitais no país, principalmente aqueles de curto prazo de caráter especulativo. As reformas visavam, portanto, reverter esse cenário e atrair cada vez mais investimentos produtivos, de médio e longo prazo, capazes de contribuir em maior grau com o desenvolvimento econômico da Índia (NETO, 2008: 36). Para melhor controlar o fluxo de capitais que entravam e saíam do país, além de coordenar o tipo de investimento que se direcionava ao mercado, foram instituídas seis categorias de capitais, diferenciados quanto sua natureza e grau de liberalização concedida. Eram eles: investimento direto, investimento em portfólio, empréstimos comerciais externos, depósitos de não-residentes, bancos comerciais e fluxo de capitais realizados (NETO, 2008: 36). Essa classificação se mostraria útil para melhorar a gestão dos fluxos de capitais no país, além de promover a entrada de capital produtivo, capaz de estimular a economia de forma mais eficaz.

É interessante observar que a liberalização dos investimentos estrangeiros diretos na economia indiana foi uma política muito bem-sucedida e foi, de fato, responsável pela indução do crescimento econômico verificado na Índia durante a década de 1990 e que, muito provavelmente, impulsionou o desenvolvimento econômico de vários setores da economia durante a década seguinte. Como é possível observar no gráfico 4, a curva de crescimento do Produto Interno Bruto indiano se mostra sinérgica em relação a trajetória anual de entrada de IED na Índia (NETO, 2008: 36-37).

Gráfico 4 – Evolução do PIB e do fluxo de IED na Índia



Fonte: (NETO, 2008)

Em relação à regulamentação da entrada de capitais externos de curto prazo para aplicação em portfólio de títulos financeiros ou representativos de capital acionário, depois de forte resistência do governo indiano e de setores privados locais, o FMI entrou em acordo com a Índia para permitir a entrada de investidores estrangeiros para aplicação em carteira de ações de companhia indianas, mesmo que com grandes ressalvas por parte do governo daquele país, que ainda limitaria a participação acionária dos investidores estrangeiros nas empresas indianas (NASSIF, 2006: 46). O mais importante a se observar em relação a essa elevada proteção do mercado indiano contra capitais especulativos, é que a Índia, por ter adotado essas políticas restritivas, foi capaz de se blindar contra choques externos da década de 1990, que abalaram fortemente as economias e o fluxo de investimentos estrangeiros diretos de outros países emergentes, como foi o caso da Crise do México, em 1994, da Asiática, em 1997 e da Rússia, em 1998 (NASSIF, 2006: 48). Analisa-se, portanto, que essas medidas fazem parte da estratégia de desenvolvimento econômico da Índia, como instrumento de diminuição da vulnerabilidade externa do país, capaz de permitir a manutenção das elevadas taxas de crescimento da economia de forma sustentável. Esse baixo grau de vulnerabilidade também se justifica pela não adesão à plena conversibilidade da conta de capital da Índia, assim como a estabilidade da Rúpia durante as crises econômicas e aos expressivos superávits das contas capital e financeira (NASSIF, 2006: 50).

As principais medidas tomadas na reforma do sistema financeiro da Índia foram: a adequação do mercado de crédito doméstico aos padrões internacionais, determinados pelo Acordo da Basileia; o saneamento e a redução do risco bancário existente, através da restrição aos créditos com elevado risco de inadimplência; a instituição de mecanismos de desregulamentação bancária, que permitiam a cobrança de juros distintos das taxas praticadas pelo governo; e o incentivo à competição no setor financeiro, por meio da permissão de entrada de novos bancos no setor, fossem eles nacionais ou estrangeiros (NASSIF, 2006: 51).

Em relação ao mercado de capitais, as medidas mais relevantes foram: a eliminação das restrições impostas à emissão de ações no mercado primário, em relação aos preços de papéis praticados, e a permissão de entrada de capitais estrangeiros para aplicação em carteiras de ações de empresas indianas. O incremento do mercado acionário a partir da implantação das reformas liberalizantes foi muito importante para o crescimento do setor privado na Índia, à medida que as empresas se beneficiaram do acesso aos recursos provenientes do mercado de ações, dirimindo a dependência dos empréstimos bancários e de passivos correntes (NASSIF, 2006: 53).

Tendo compreendido a trajetória das reformas aplicadas na economia indiana a partir da década de 1980, é importante observar que a Índia, nesse processo de liberalização de sua economia, nunca teve como intuito executar essa transformação a curto prazo e de maneira definitiva, já que sempre adotou cautela quanto à aplicação de novas medidas de flexibilização e procurou ser pragmática no sentido de que sempre objetivou a adoção de políticas que visassem o desenvolvimento social e econômico do país, principalmente direcionado a melhora na qualidade de vida de sua população e a eliminação da pobreza.

O sucesso observado pela execução dessas reformas pode ser dado, principalmente, ao distanciamento da Índia de modelos teóricos pré-estabelecidos e ao gradualismo das transformações de seu pensamento econômico, intensificada pelo fato de ser uma sociedade de multiplicidade étnica e religiosa, onde a base para o desenvolvimento se mostra na habilidade de obter o consenso para levar o país ao progresso.

## 1.5 Os Resultados das Reformas Liberalizantes e o Acelerado Ciclo de Crescimento

### 1.5.1 Os resultados imediatos das reformas econômicas

Já na década de 1990, o comércio exterior foi um dos fatores de principal transformação da economia indiana. Com aumento expressivo das exportações e importações, que cresceram 146% e 107%, respectivamente, entre 1990 e 2000 (BARBOSA, 2008: 52), indicava-se que as reformas liberalizantes aplicadas até então estavam surtindo efeito direto no comércio exterior. Esse expressivo aumento fez com que a participação das exportações e importações na composição do PIB da Índia aumentasse significativamente, para 14% e 16,6% em 2000 (BARBOSA, 2008: 52). As importações eram o principal fator de expansão do comércio exterior do país, motivadas, principalmente, pela elevada inflação que se instaurava na economia indiana no início da década de 1990, que provocou uma apreciação real da rúpia que, por sua vez, estimulou as importações e minou a competitividade das exportações. O recrudescimento dos níveis inflacionários neste período acabou resultando na crise cambial indiana de 1991 (PRATES; CINTRA, 2009: 409). Esse processo se mostrou ainda mais acentuado durante a década de 2000, tendo mantido o padrão de crescimento superior das importações em comparação as exportações o que contribui para o um aumento do déficit comercial da Índia, desde meados da década.

Segundo Barbosa (2008), sobre o aumento do déficit comercial da Índia:

Os déficits comerciais não decorrem somente da liberalização comercial, mas também representam claramente o caráter pró-cíclico das importações que habitualmente tendem a aumentar quando uma economia apresenta expressivo crescimento econômico.

É notável a conclusão de que, o crescimento acelerado apresentado pela Índia nas últimas décadas foi acompanhado por um aumento expressivo dos déficits na balança comercial. Esses desequilíbrios no Balanço de Pagamentos da Índia foram sustentados pelo crescente endividamento do país junto a instituições multilaterais e credores privados (PRATES; CINTRA, 2009). Além disso, houve essencial participação dos crescentes superávits na Balança de Serviços e pelos saldos positivos das transferências unilaterais privadas, que contribuíam para um maior equilíbrio da conta corrente (BARBOSA, 2009: 57).

A principal transformação ocorrida nas exportações e importações indianas, em decorrência das reformas liberalizantes, foi a mudança na configuração da pauta exportadora do país. Os produtos primários tiveram sua participação diminuída de 23,83% em 1990, para 15,47% em 2007; enquanto as manufaturas sofreram redução de 71,64% para 65,56% no mesmo período (BARBOSA, 2009: 56). Com esses dados fica claro concluir que houve aumento da participação dos serviços na pauta exportadora da Índia nas duas últimas décadas. Em geral, a pauta exportadora da Índia é concentrada em produtos simples, de baixo valor agregado, e pouco diversificados, principalmente do setor têxtil, o que faz com que a principal vantagem comparativa do país torna-se a mão de obra barata. A demanda internacional por esse tipo de produtos cresce de forma muito lenta, por isso, não há uma força propulsora que possa acelerar o crescimento do comércio exterior indiano de forma mais acentuada. A mudança aparente nesse panorama é o desenvolvimento das indústrias químicas, farmacêuticas e de engenharia, que de forma ainda gradual, tem aumentado as exportações indianas de produtos intensivos em tecnologia, capital e economia de escala (BARBOSA, 2009: 78-80).

Apesar do crescimento da participação do comércio exterior no PIB da Índia, seu percentual não passa de 10% do total, demonstrando que, em comparação com outros países asiáticos que cresceram apoiados no comércio exterior, a Índia ainda é um país relativamente fechado nesses termos. O que não quer dizer que as exportações e importações tiveram papel pouco significativo no crescimento econômico do país, mas sim que existe um potencial enorme para um ainda mais acentuado crescimento. Ainda aqui, destaca-se o papel das Zonas Exportadoras criadas pelo governo indiano e que de forma significativa, alavancaram as exportações e o setor produtivo do país, principalmente por terem atraído grandes empresas estrangeiras; mas estas ainda se mostram aquém de seu potencial, uma vez que o mesmo tipo de experiência de Zonas Especiais voltadas para a exportação em outros países asiáticos, como na China, tem representado uma participação em torno de 20% do total exportado pelo país, enquanto na Índia não passam de 3% a 4% (BARBOSA, 2009).

A economia indiana logo até as reformas liberalizantes sempre teve forte participação do setor primário em sua composição. Logo após a independência da Índia, o setor tinha participação de 50% na economia, tendo sofrido uma relativa redução ao longo de meio século, tendo alcançado 27% no ano 2000. Essa transformação fez com que a agricultura também perdesse participação na renda nacional, o que representava um fator de alarde para o governo, uma vez que a agricultura ainda empregava no início da década de 2000, em torno

de dois terços da população economicamente ativa do país (BARBOSA, 2009). Desta forma, caso não houvesse equilíbrio na mudança da composição da economia indiana, que passava a se industrializar e a desenvolver o setor de serviços, capaz de absorver a mão de obra do campo, o governo indiano teria que lidar com um considerável aumento do desemprego.

É importante sinalizar que o setor primário indiano, desde a independência da Índia, passou por duas fases consideravelmente distintas de transformação. A primeira delas, ainda sob um regime autárquico, durou em torno de três décadas, entre 1960 e 1990, sob o governo de Indira Gandhi, tendo sido marcada por políticas auto-centradas, que buscavam alcançar a auto-suficiência produtiva através de fortes incentivos do governo e de um controle excessivo para manter o setor sob um regime fechado, com restrições a produção, controle de preços e barreiras contra a importação e exportação de produtos agrícolas (PIANNA, 2009).

A segunda fase de transformação foi marcada por reformas estruturais na agricultura, cujo setor havia sido o mais afetado pela bonança trazida pelas reformas liberalizantes dos anos 1990. As altas taxas de crescimento da economia e da renda da população da Índia faziam com que houvesse uma aceleração da demanda por produtos alimentícios e, conseqüentemente, pelos subsídios ao setor, que agora deveriam cobrir os preços em ascensão dos produtos agrícolas. Para permitir um contínuo desenvolvimento do setor, o governo indiano implementou duas ondas de reformas de liberalização direta da agricultura, iniciando por uma relativa abstenção gradual do controle estatal sobre os fluxos de comércio da Índia com o resto do mundo, e por último, já no início da década de 2000, o governo passou a regulamentar algumas questões internas do setor primário, como uma maior regulamentação do mercado agrícola doméstico e incentivos para o aumento da produtividade do setor; mesmo assim, manteve níveis de proteção e subsídios (PIANNA, 2009: 43).

Voltando a questão da essencialidade do bom desempenho do setor agrícola, que ainda possui grande participação na economia e na renda da população da Índia, as reformas aplicadas principalmente a partir dos anos 1990 se mostram naturais ao ponto que ainda representam a base fundamental do emprego e da renda da população e que, portando, são naturalmente consideradas como prioritárias pelo governo indiano.

No que tange o desenvolvimento do setor industrial indiano entre as décadas de 1990 e 2000, os resultados das reformas econômicas liberalizantes não foram tão efetivos para esse

setor, assim como foram para o comércio exterior. A política industrial adotadas nas reformas econômicas não foi suficiente para alavancar o fraco crescimento do setor no período.

Segundo PIANNA (2007), a indústria havia se beneficiado das políticas de deslicenciamento promovidas pelas reformas liberalizantes que, por sua vez, eliminaram o controle do Governo sobre o desenvolvimento industrial e teria, portanto, maior acesso às novas tecnologias, cuja importação agora havia se tornado mais barata, e aos insumos estrangeiros. Apesar das reformas terem sido altamente direcionadas para o desenvolvimento desse setor, sua média anual de crescimento caiu de 6,8% durante a década de 1980, para 6,4% nos anos 1990. Esse descompasso pode ser justificado por três importantes fatores da economia indiana nesse período: o emprego ser altamente onerado pela legislação trabalhista, o desestímulo causado pelas leis trabalhistas na atração para o mercado indiano de empresas estrangeiras com economias de escala e os elevados e contínuos déficits fiscais do setor público (BARBOSA, 2009: 54).

O setor industrial da economia indiana cresceu na década de 1990 a uma taxa média de 5,7%, enquanto até 2007, esse crescimento chegou a 7,0%. Apesar dessa aceleração ser contínua e cada vez mais acentuada, a indústria ainda corresponde somente a 20% do PIB indiano, e sua participação na renda nacional demonstrou queda nas duas últimas décadas. É verdadeiro também afirmar, que a produtividade total de fatores da indústria indiana está muito aquém das grandes economias industriais, como a China, uma vez que seu nível está entre 33% e 40% do seu potencial (BARBOSA, 2009:76). Desde sua independência, a Índia já vinha implementando políticas industriais visando o desenvolvimento do setor, apesar disso, quase a totalidade do setor foi privado do acesso às novas tecnologias e bens de capitais, e acabou tendo um desenvolvimento voltado para o mercado interno, estando aquém do processo de globalização, que fez com que o setor englobasse toda a cadeia produtiva e não se apoiasse na complementaridade das vantagens comparativas de outros países. Ao invés da economia se especializar na produção de componentes ou do produto final do processo produtivo, a indústria indiana abrangia todo esse processo. Este fator, fez com que a indústria da Índia fosse voltada para bens com baixa intensidade de capital e tecnologia, se especializando, portanto em produtos intensivos em mão de obra e materiais brutos. Com as mudanças observadas pela liberalização do comércio exterior na Índia, alguns setores tiveram um desempenho destacado na indústria. Os setores farmacêutico, químico e de engenharia se aproveitaram do acesso à tecnologia estrangeira e à maior abertura para entrada de investimentos estrangeiros diretos na economia indiana, para então se estruturarem e

permitirem o alcance de superávits comerciais durante os anos 1990. O perfil da indústria seria transformado com a emergência desses setores, uma vez que a demanda internacional por seus produtos cresce de maneira mais acelerada do que aqueles de baixa intensidade de capital e tecnologia, como a indústria têxtil (BARBOSA, 2009: 80).

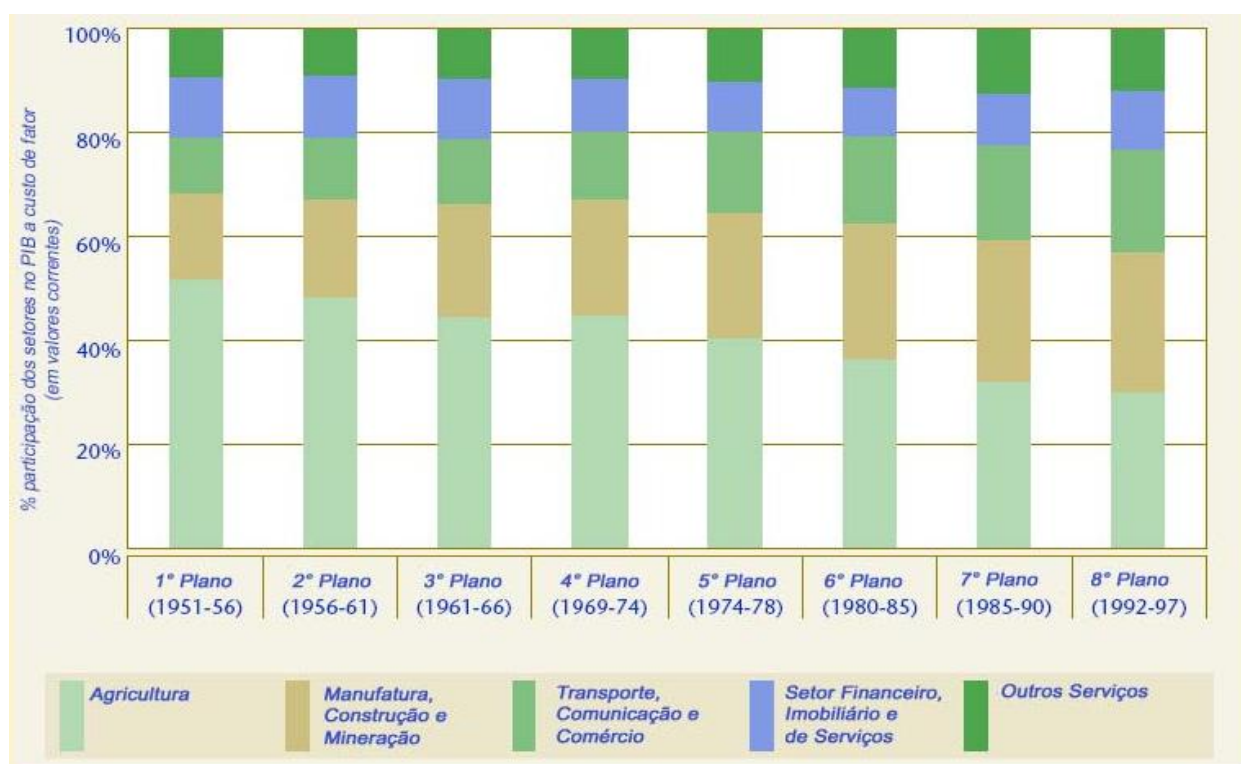
Aliado aos fatores acima atribuídos, mesmo com a recente transformação da indústria indiana, fortalecida pelos setores químico, farmacêutico e de engenharia, existem alguns gargalos estruturais que precisam ser superados para que o setor industrial se desenvolva de forma mais acelerada e sustentável. Os principais obstáculos são as condições precárias da infraestrutura e a ainda pequena capacidade de atração de investimentos estrangeiros diretos em comparação com outras economias emergentes da Ásia, que os atraem com muito mais ênfase (BARBOSA, 2009: 82).

A mais notória peculiaridade da economia indiana é, sem dúvida, o fato de seu crescimento econômico ser fortemente, e essencialmente, puxado pelo setor de serviços. O crescimento anual médio do setor passou de 6,9% na década de 1980, para 8,1% nos anos 1990, representando cerca de 60% do crescimento global dos serviços neste último período. Na Índia o setor foi impulsionado, principalmente, pelo desenvolvimento da Tecnologia da Informação (TI), mas também pelos setores de pesquisa, telecomunicações e sistema financeiro (BARBOSA, 2009).

As reformas econômicas liberalizantes mostravam ter sido eficientes para o desenvolvimento do setor terciário da economia indiana, tanto em âmbito do fortalecimento doméstico, como na significativa transformação da pauta exportadora da Índia, cujas exportações de serviços vinham tendo um desempenho superior ao de manufaturas. Segundo Pianna (2007), o acelerado desenvolvimento do setor de serviços pode ser explicado por alguns importantes fatores da economia indiana: o baixo nível de salários mesmo em um setor avançado, aliado ao fato de contar com um considerável contingente de pessoas com bom nível de escolaridade e domínio do inglês, o que, por sua vez, contribuiu para atrair as operações de grandes empresas estrangeiras, principalmente americanas; o tratamento liberal concedido ao setor de serviços, antes e durante as reformas liberalizantes, permitindo certa flexibilidade das importações, fato este que permitiu a modernização do setor; e a menor sensibilidade do setor de serviços em relação às deficiências em infraestrutura e à escassez de capitais, presentes na Índia.

Essa transformação na configuração da economia indiana por consequência das reformas liberalizantes praticadas nas décadas de 1980 e 1990, pode ser vista no Gráfico 5 a seguir, que evidencia a diminuição da participação da agricultura na composição do PIB e o processo de industrialização da economia do país que, por sua vez, também permitiu a alavancagem do setor de serviços, através da modernização do estoque de capital das empresas e do maior acesso à tecnologias importadas.

Gráfico 5 – Participação dos setores no PIB a custo de fator



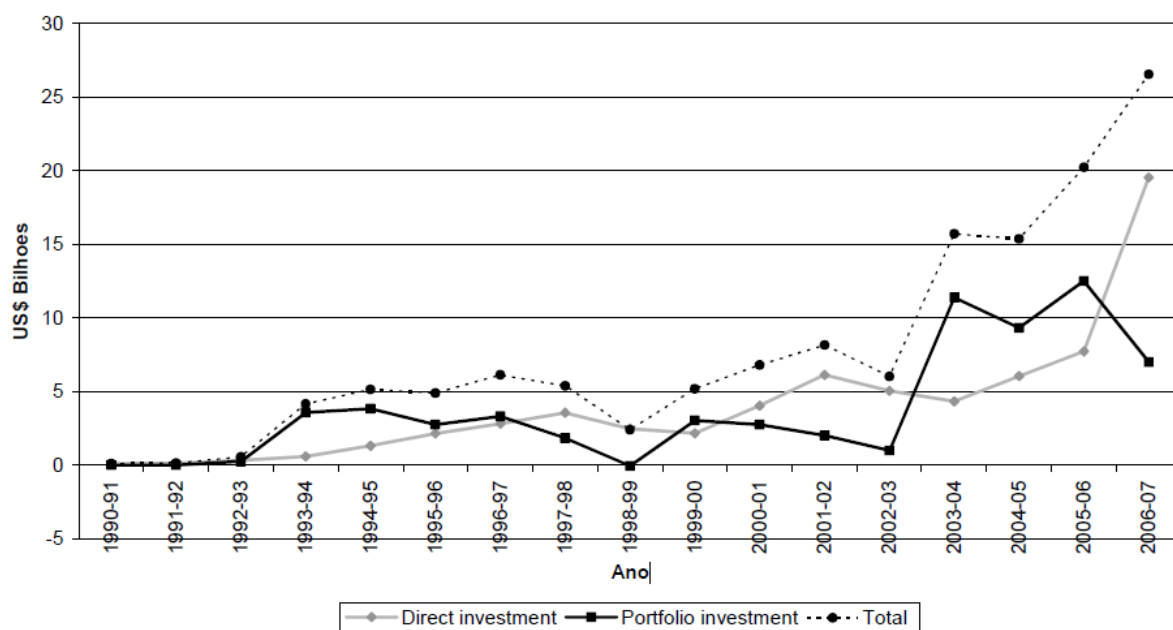
Fonte: (BARBOSA, 2008)

Estando clara a transformação da composição da economia indiana, impulsionada principalmente pelas reformas liberalizantes, podemos passar a analisar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos absorvidos pela Índia, antes e depois dessas reformas estruturais.

Quando se refere às reformas econômicas praticadas pela Índia nas décadas de 1980 e 1990 como reformas liberalizantes, visa-se abordar principalmente as transformações ocorridas no campo dos investimentos estrangeiros diretos (IED) e do restrito controle de capitais praticado pelo governo até então. Nesse sentido, podemos afirmar que as reformas foram bem sucedidas, uma vez que enquanto em 1991 a Índia teve um influxo de capitais da

ordem de USD 103 milhões, já em 2006, esse volume atingiu os USD 17 bilhões. (BARBOSA, 2008: 56). Outra mudança relevante foi na característica desses capitais. No início da década de 1990, o governo indiano ainda exercia rígido controle sobre a entrada de capitais de curto prazo e investimentos em portfólio na economia indiana, com o aumento do influxo de capitais na Índia, aliado às pressões de órgãos internacionais como o FMI, que pressionavam por uma maior liberalização no setor financeiro indiano, houve considerável aumento da participação de investimentos em portfólio dentre o total de capitais que ingressava, principalmente a partir da década de 2000 (BARBOSA, 2008: 57). A análise do gráfico a seguir nos permite concluir sobre o significativo aumento dos investimentos estrangeiros na economia indiana, tanto em relação aos IED como em Investimentos em Portfólio.

Gráfico 6 – Entrada de Investimentos Estrangeiros na Índia entre 1990 e 2007



Fonte: (NETO, 2008)

Em compensação, foi graças a esse rígido controle do governo indiano sobre a entrada de investimentos de curto prazo, que permitiu com que houvesse baixa vulnerabilidade da economia indiana em relação a instabilidades externas, como provado pela rápida recuperação do influxo de investimentos logo após a crise asiática em 1997, e a russa em 1998 (NASSIF, 2006: 47-48).

O caráter gradual das reformas liberalizantes é um dos fatores que faz da Índia o destino de uma parcela ainda muito reduzida do total de IED investidos na Ásia. Enquanto a

China recebeu em torno de 46% do total de investimentos estrangeiros diretos em países em desenvolvimento asiáticos, o montante investido na Índia é equivalente a apenas 4,5%. Aliado a esse fator, pode-se elencar alguns outros obstáculos a uma mais enfática entrada de capitais estrangeiros no país, como a falta de infraestrutura da economia indiana em geral e de um ambiente regulatório confiável e o alto nível dos impostos indiretos, que oneram os investimentos produtivos no país (BARBOSA, 2008: 82).

### ***1.5.2 Os desafios do novo século***

Tendo analisado as transformações na economia da Índia ao longo das últimas três décadas, ainda não é possível se ter um consenso sobre o papel exclusivo das reformas liberalizantes no acelerado desenvolvimento econômico do país. A questão principal é entender se houve um processo de transformação estrutural da economia indiana, a ponto de entender se o seu crescimento será sustentável no longo prazo.

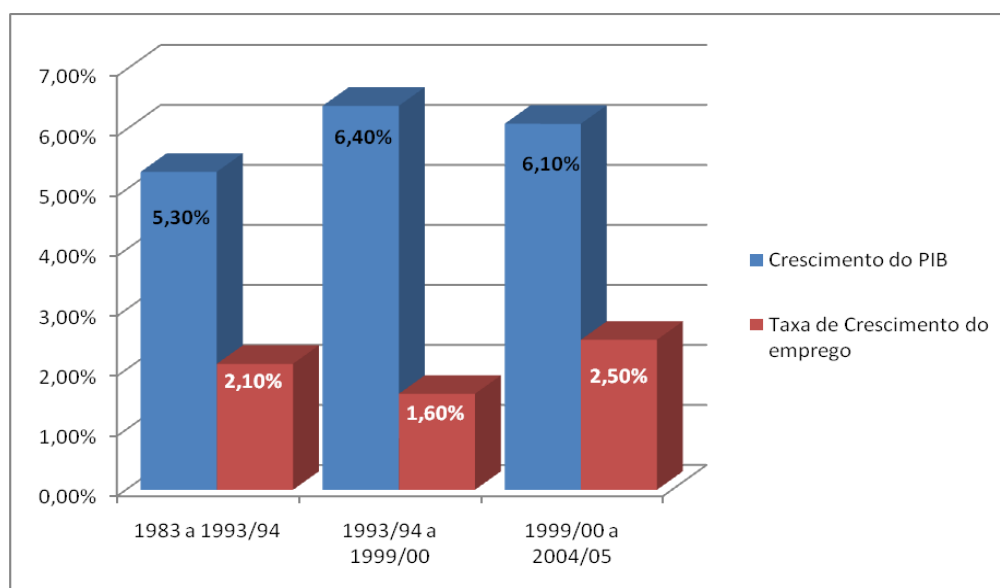
Segundo Nassif (2006) sobre a sustentabilidade desse crescimento:

A teoria do desenvolvimento econômico sugere que processos de crescimento deflagrados em países com oferta ilimitada de mão de obra só tendem a ser bem-sucedidos no longo prazo se as taxas de incremento do valor adicionado nos setores mais dinâmicos (em geral da indústria e do setor de serviços) implicarem não apenas um avanço expressivo da participação destes no PIB, como também a absorção do excedente da força de trabalho procedente dos setores menos dinâmicos (do primário, principalmente da agricultura).

Desta forma concluí-se que para que haja uma transformação estrutural da economia de um país, é necessário que o desenvolvimento dos setores econômicos mais dinâmicos, a indústria e os serviços, seja capaz de além de aumentar sua participação na renda nacional e de seu valor adicionado no PIB, consiga absorver a mão de obra que se desloca dos setores menos dinâmicos, que conseqüentemente, tem sua participação na composição do PIB diminuída, como o setor primário.

Conforme observado no gráfico abaixo, existe um enorme descompasso entre o crescimento do produto interno bruto em contraste com a criação de empregos pelo setor privado.

Gráfico 7 – Descompasso entre o crescimento do PIB e a taxa de crescimento na economia indiana



Fonte: (BARBOSA, 2008)

Essa disparidade tem sua situação piorada, se levado em conta que o crescimento da força de trabalho na Índia também tem sido superior à capacidade de criação de empregos de novos empregos. O governo indiano estima que durante o 11º Plano Quinquenal, entre 2007 e 2012, deverão ser criados em torno de 65 milhões de empregos não-agrícolas para que haja redução da taxa de desemprego (BARBOSA, 2008: 84).

Após quase três décadas sob as reformas econômicas, a economia indiana ainda não logrou reduzir de forma significativa a participação do setor primário na economia. Apesar de ser indiscutível o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, estes ainda não acarretaram uma transformação estrutural na economia da Índia, pelo fato de não terem conseguido absorver de forma dinâmica a oferta de mão de obra proveniente da agricultura. É verdade que o desenvolvimento econômico provoca alguns desequilíbrios intersetoriais, mas o caso da Índia é único, ao ponto em que o setor com maior dinamismo e maior parcela do crescimento do PIB, o de serviços, não consegue produzir esses efeitos dinâmicos nos outros setores, porque depende fortemente de seus próprios insumos. A transformação observada na economia indiana mostra-se, desta forma, conjuntural e não estrutural, arriscando a sustentabilidade de seu crescimento (NASSIF, 2006).

Junto à melhora na capacidade de atração de capitais estrangeiros, o aumento das taxas de investimentos do governo e de acumulação de capitais é, sem dúvida, o principal obstáculo da economia indiana nas próximas décadas para que possa apresentar taxas de crescimento

mais expressivas, cujo objetivo, exigirá da economia uma maior capacidade de acumulação de capital enquanto o governo da Índia devera melhor coordenar os investimentos setoriais no sentido de sanar esses desequilíbrios (BARBOSA, 2008).

Apesar desses desafios, o modelo de desenvolvimento da economia indiana põe abaixo alguns paradigmas econômicos que sustentam a sua capacidade de manter o seu crescimento a taxas elevadas, através de um sistema que combina reformas liberais com elevada presença do Estado no rumo da economia, com o objetivo de aumentar a eficiência produtiva e proporcionar o crescimento econômico (NASSIF, 2006: 69). Esse modelo é comumente caracterizado como o modelo asiático de desenvolvimento, onde se busca alcançar uma cooperação ideal entre governo e sociedade, moldada pelos objetivos econômicos e sociais traçados pela coletividade (BARBOSA, 2008: 73).

## **2 A ECONOMIA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PÓS MAO TSÉ-TUNG**

Este capítulo busca apresentar o processo de transformação econômica e social da China desde as reformas impostas pelo líder Deng Xiaoping, após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, até a continuidade e expansão da experiência da economia de mercado com características chinesas que tem se aprimorado até a atualidade. Através de uma análise da herança ideológica deixada pela ditadura de Mao, busca-se justificar o sucesso das reformas econômicas graduais, consolidadas desde então.

### **2.1 A Herança de Mao e de sua Revolução**

É importante iniciarmos a análise das reformas econômicas que modificaram a China ao final do século XX sob a ótica da estrutura que foi consolidada e herdada pelas forças reformistas ao final da década de 1970. A importância da liderança de Mao Tsé-Tung foi fundamental para o futuro da China, seja pelo que construiu de base para que as reformas pudessem acontecer, seja porque as motivou de forma antitética.

É comum pensar que o desastre das políticas de Mao Tsé-Tung, como a Revolução Cultural e o Grande Salto pra Frente, foi o fator principal de motivação para que as reformas econômicas desenvolvimentistas pudessem ser aplicadas com tamanha ênfase pelo seu opositor político Deng Xiaoping após a sua morte, e para o próprio sucesso das mesmas. Apesar disso, é mais conveniente analisar essa influência sob o prisma do espírito e da postura de liderança demonstrado por Mao, no âmbito de pela primeira vez na história milenar da China, ter conseguido unir as diversas etnias e sociedades do Império do Meio, em uma única nação. Até 1949, a China havia sido palco de diversas guerras e disputas que retaliaram seu território e humilharam sua sociedade. Com a revolução que proclamou a República Popular da China, Mao havia logrado em unificar toda a população, no sentido de reconstruir o conceito de sociedade e de Estado para aquela “nova” nação, que agora se consolidava como tal.

O fato de, a partir dos anos 1980, a China ter deixado para trás seu passado recente de políticas irracionais e ter adotado uma postura de reformas pró-mercado, não foi em consequência direta dos fracassos da ideologia maoísta, mas sim algo que seria exigido do país de qualquer maneira, uma vez que ele possuía as configurações e as características de uma nação populosa e pobre, mas com ímpeto de uma grande potência. Ao mesmo tempo,

havia sido modificadas as antigas estruturas hierárquicas e tracionais chinesas, socialmente burocráticas e desagregadoras, dando vez a uma nova estrutura social mais igualitária focada na efetivação de uma transformação social que pudesse garantir melhores condições de vida para a sociedade, o que por si só justificaria a continuidade de um governo totalitário e autocrático.

Mesmo durante o governo de Mao, o socialismo soviético idolatrado pelo líder, já havia sofrido algumas transformações em sua aplicação no contexto da China, principalmente, no sentido de que o socialismo chinês se basearia na força dos camponeses, não dos operários.

Desse socialismo maoísta, após o “desaparecimento” de Mao, restou seu conceito de “direção coletiva” instaurado durante sua liderança. A luta de classes não seria totalmente abolida, mas passaria por uma reformulação na qual seus princípios seriam orientados por uma luta pela produção, através do pensamento coletivo (MEZZETTI, 2000: 111). Mesmo Deng Xiaoping, proporia dar continuidade ao pensamento de Mao como um sistema integral para o Partido, aproveitando da legitimidade política construída por seu predecessor. Deng enxergava que a confiança do povo no poder, construída por Mao Tsé-Tung, havia sido uma conquista e tanto, capaz de permitir que as reformas econômicas pudessem ser tocadas. Apesar disso, alterou o foco da liderança no poder, passando do líder unitário para o conjunto de um governo, do qual fazia parte o Partido Comunista Chinês, e não o inverso.

Apesar de conclusivo o fato de que as reformas de Deng Xiaoping foram um marco do sucesso econômico recente da China, a herança da Revolução de 1949, liderada por Mao, traduzida na estrutura social igualitária, na construção de uma infraestrutura urbana e rural básica e uma burocracia meritocrática, foram os principais fatores viabilizadores dos efeitos provenientes das reformas econômicas das décadas de 1980 e 1990 (OLIVEIRA, 2007: 2).

### ***2.1.1 O fim de um ciclo e o início de uma nova era***

O ano de 1976 pode ser considerado um marco histórico para a China, seja pela interpretação de acontecimentos que marcaram o início de uma transformação benéfica para o país, seja porque o marcou com acontecimentos trágicos.

Em janeiro de 1976, morre o então primeiro-ministro Zhou Enlai, o mais popular membro do Partido Comunista Chinês e fiel escudeiro de Mao Tsé-Tung durante os anos de governo do líder. Zhou era a imagem respeitada da China no exterior e, segundo historiadores, a personalidade neutralizadora dos excessos messiânicos de Mao. Este fato, aliado a

deterioração da saúde de Mao Tsé-Tung, tornava a escolha do sucessor de Zhou, uma decisão de vital importância para o futuro do país. Dentre as várias opções, Hua Guofeng foi o membro do PCC escolhido para o cargo de Primeiro-Ministro, uma vez que, segundo o pensamento de Mao, ele seria a pessoa indicada para dar continuidade à revolução comunista na China, ao mesmo tempo em que protegeria a imagem do líder chinês e não criticaria as políticas fracassadas adotadas por ele até então. Ao final de sua vida, Mao (e grande parte do Partido Comunista Chinês) tinha consciência de que havia cometido excessos na condução das políticas comunistas, principalmente durante a Revolução Cultural (1966-1976). A escolha de Hua, não foi aceita unanimemente pelos membros do PCC, principalmente porque o Partido não era um grupo unânime, com facções internas disputando constantemente pelas rédeas do poder e pela liderança do país. Além de Hua Guofeng, outros dois grupos internos do PCC, disputavam pela ascensão dentro do Partido. Um deles era liderado por Deng Xiaoping, que havia sido convocado de volta do exílio pelo próprio Mao, por falta de bons administradores na política, e que tinha ao seu lado Liu Shaoqi. Deng e Liu acreditavam que incentivos materiais para os trabalhadores seriam mais assertivos do que ideologia para acelerar o processo de crescimento econômico, e já propunham reformas estruturais na política econômica do país. Este grupo foi fortemente confrontado por Hua Guofeng e pela Gangue dos Quatro, que os acusavam de direitistas. A Gangue dos Quatro, era o extremo oposto do PCC, com um pensamento ultra-esquerdista, visavam o total rompimento com o confucionismo e com o pensamento burguês. O grupo era composto por quatro líderes dentro do PCC, a terceira esposa de Mao, Jiang Qin, o então prefeito de Xangai, Zhang Chunqiao, o ex-crítico literário Yao Wenyuan e o vice-presidente do PCC Wang Hongwen (QUAGIO, 2009: 19).

A segunda grande tragédia do ano de 1976 foi um terremoto de 7,8 graus na escala Richter com epicentro a 140 quilômetros de Pequim. O número de mortos oficiais era de 242 mil, mas estima-se que mais que o dobro tenha perdido suas vidas na tragédia, uma vez que o governo mascarou os dados para evitar maior comoção nacional. O episódio foi fatídico para evidenciar a fragilidade do país. A ajuda internacional foi impedida de auxiliar as vítimas no país, uma vez que Mao pregava a total auto-suficiência da China, e que não haveria grande desastre natural que não pudesse ser superado com a orientação ideológica de Mao e com o espírito comunista (QUAGIO, 2009: 21).

Por fim, em 9 de Setembro de 1976, morre o líder Mao Tsé-Tung, cujo fato, apesar de já esperado, fez surgir um grande sentimento de tristeza na população. Com o passar dos dias,

o vácuo do poder precisava ser preenchido, e a disputa interna entre Hua Guofeng, Deng Xiaoping e a Gangue dos Quatro, tornou-se intensa. Com o pensamento explícito de Mao, antes de sua morte, de que Hua seria o mais indicado para seguir com a ideologia maoísta, o PCC decide a portas fechadas culpar a Gangue dos Quatro pelos excessos da Revolução Cultural, enquanto Deng era considerado um direitista anti-revolucionário e que por isso, não poderia liderar o país nesse momento de transição, mas acaba assumindo um posto de menor liderança, como vice-primeiro-ministro.

## **2.2 O Início do Processo de Reformas Econômicas de Deng Xiaoping e a Transição para a Economia de Mercado com Características Chinesas**

A situação política da população naquele momento se dava pela falta de liberdade individual e ausência de privacidade, uma vez que a delação era incentivada pelo governo. No plano social, o indivíduo pertencia à sociedade e deveria agir de acordo com a moral coletiva ditada pelo PCC, e qualquer comportamento em descompasso com os bons costumes era abertamente condenado. Economicamente, para se garantir o padrão idêntico de consumo, os trabalhadores ganhavam cupons que serviam como moeda de troca por alimentos e outros produtos considerados de necessidade básica. Esses produtos eram todos produzidos nacionalmente, e o sistema de cupons impedia que faltassem no mercado aquilo que era de primeira necessidade para as famílias chinesas. A parte do salário dos trabalhadores que era recebida em dinheiro servia apenas para o pagamento do aluguel, creche e alguns alimentos não racionados. A saúde e a educação eram gratuitas, mas estavam em péssimas condições após os fracassos das políticas da Revolução Cultural (QUAGIO, 2009: 25).

A população da China em 1976 era 82% rural e apenas 18% urbana. Por conta dessa configuração, era essencial que o governo sucessor adotasse políticas voltadas para as famílias camponesas, à medida que já tinham passado pelo fracasso do sistema das comunas nos campos e a desastrosa experiência do Grande Salto para Frente, ambos implementados durante a ditadura de Mao Tsé-Tung. No sentido de modernizar a agricultura, o governo passou a introduzir um sistema de maior responsabilidade familiar sobre as atividades do setor, o sistema de comunas, em 1983, já havia sido substituído em 93% das áreas rurais, onde a concessão de terras continuava sob responsabilidade do Estado, porém o produtor rural arcava com quotas de produção, que eram decrescentes ao longo do tempo (OLIVEIRA,

2007: 3). Ainda era claro que a força do campo era essencial para a cauda socialista chinesa. Segundo Quagio (2009) a respeito dessa utilidade dos camponeses:

Eram a mais útil ferramenta do PCC (...), pois eram virgens vítimas da política; pobres e vazios ideologicamente; coisas bonitas e revolucionárias poderiam ser escritas em suas almas. Enquanto a Revolução Russa se baseava na força do operário, os comunistas chineses contavam com a força do campo.

O resultado direto da reformulação das políticas para a agricultura, foi um imediato ganho em produtividade, cujo aumento da produção de alimentos permitiu a elevação proporcional do emprego e da renda dos trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2007: 3).

Antes mesmo dessas reformas, Hua Guofeng resistia no sentido de dar continuidade às políticas Maoístas, e sobre a sociedade chinesa pairava uma dúvida se a morte de Mao havia realmente encerrado um capítulo da história do país. Hua defendia a continuidade plena das diretrizes do Maoísmo, enquanto Deng Xiaoping propunha um revisionismo das políticas do governo de Mao, onde se aprenderia com os erros cometidos para buscar vias alternativas ao crescimento econômico da nação. Foi com a proposta das “quatro modernizações” que Deng passou a ter forte apoio dentro do PCC (QUAGIO, 2009: 28). A proposta afirmava que a sociedade deveria enriquecer-se de acordo com o seu trabalho, e se apoiava no desenvolvimento de quatro pilares da economia: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Aproveitando-se do ímpeto dessas modernizações, o governo decide ampliar o espectro das reformas, através de reformas mais estruturais, como a abertura à entrada de investimentos externos e ao comércio internacional, mesmo que ainda sob a forma de uma economia planificada.

Ficou claro também, o caráter teórico evolucionista das medidas adotadas pelas modernizações de Deng, sob a perspectiva de que capital, mão de obra e recursos naturais, não seriam suficientes para garantir um desenvolvimento econômico de longo prazo, realçando a importância do conhecimento e da inovação, possíveis através de investimentos em educação avançada (AQUINO, 2004: 8).

Apesar da força reformista que surgia sob a liderança de Deng Xiaoping, aliada ao, conforme Mezzetti (2000) se refere ao período, “desaparecimento” de Mao e de sua forte ideologia comunista, o sistema de planejamento econômico através dos Planos Quinquenais, criado por Mao Tsé-Tung em 1953 e fielmente atrelado ao modelo soviético, continuou a ser praticado de maneira ainda mais estruturada e estratégica pelo Partido Comunista Chinês até a atualidade. Apesar disso, a China acabou tendendo por um modelo mais característico e menos centralizado de planejamento, dando continuidade ao estabelecimento de metas para o

desenvolvimento social e econômico do país, capazes de orientar, principalmente, os investimentos em setores estruturais e carentes de recursos. Nesse sentido, para afastar-se desse planejamento centralizado, a China passava a incorporar de forma gradual os mecanismos de mercado e as políticas de abertura, sem que abdicar-se da política de propriedade e do planejamento do Estado (AQUINO, 2004: 31, OLIVEIRA, 2007: 2). Na tabela 6 a seguir, são apresentados os planos quinquenais desde sua criação por Mao, até o 12º plano em elaboração, com as prioridades e metas estabelecidas por cada um deles.

Tabela 6 – China: Planos Quinquenais

Planos	Período	Prioridades
1º	1953-1957	Foco no modelo soviético de planejamento econômico, visando alcançar altas taxas de crescimento da economia através dos investimentos na indústria pesada, principalmente no setor de capital intensivo.
2º	1958-1962	Através do Programa do Grande Salto para Frente, visou expandir ainda mais a indústria pesada no país, acelerar a coletivização das propriedades rurais e urbanas, fortalecer o setor de defesa nacional e elevar os padrões de vida da população, principalmente rural.
3º	1966-1970	Desenvolvimento da agricultura para suprir as necessidades alimentícias da população mais necessitada, suprir a população com produtos de outras necessidades básicas como vestuário, fortalecer ainda mais a defesa nacional, tendo em vista a iminência de conflitos e alavancar a auto-suficiência econômica do país.
4º	1971-1975	Estabelecer metas de crescimento da indústria e da agricultura a taxas anuais de 12,5%, investir maciçamente em infraestrutura.
5º	1976-1980	Parte de um Plano de Dez Anos de Planejamento Econômico. Visou continuar com a expansão da indústria e da agricultura, e tendo estas entrado em uma nova fase de expansão e consolidação, adaptá-las para modelos econômicos pré-estabelecidos, visando a sustentabilidade do crescimento desses setores.
6º	1981-1985	Segunda etapa do Plano de Dez Anos. Metas de crescimento anual de 5% para a indústria e a agricultura. Equalização da oferta e da demanda do setor produtivo. Investimentos no setor energético, em educação com foco científico e em novas tecnologias e na defesa nacional. Controle dos gastos governamentais. Desenvolvimento do comércio e forte controle populacional .
7º	1986-1990	Foi o Primeiro Plano a ser claramente delineado e efetivamente ratificado no início do período que o consistia. Determinou o controle restrito do orçamento governamental, equalização da oferta pela demanda, sem que houvesse excedentes, qualificação da produção e incentivos ao comércio internacional e modernização da infraestrutura. Visou também reafirmar os valores sociais e econômicos da China reforçando a ideologia socialista.
8º	1991 -1995	Elevação dos investimentos em infraestrutura, reafirmação das metas de elevadas taxas de crescimento econômico, reformas no sistema econômico, principalmente na modernização do sistema tributário. Incentivos ao comércio internacional, principalmente no setor exportador.
9º	1996-2000	Estagnar ainda mais o crescimento populacional, dar continuidade aos projetos de modernização da economia, redução drástica da pobreza e estabelecimento da meta de quadruplicar o PIB da economia chinesa em relação a 1980.

10º	2001-2005	Metas de crescimento anual do PIB a taxas mínimas de 7%, controle inflacionário e orçamentário, diminuição do desemprego nas regiões urbanas, modernização da indústria e investimentos no setor de TI, expandir o processo de urbanização de regiões menos desenvolvidas, reduzir a poluição e investir na conservação dos recursos naturais do país e aumentar o acesso da população à educação de boa qualidade, moradia, meios de comunicação e saúde.
11º	2006-2010	Novas metas de crescimento econômico anual de 9%, expansão do processo de urbanização do interior e investimento em práticas ambientalmente sustentáveis, principalmente no setor energético e na conservação dos recursos naturais. Continuidade dos incentivos ao acesso à educação qualificada.
12º	2011-2015	Ainda em processo de elaboração*, pretende abordar metas concretas para o crescimento econômico, reestruturação econômica, preços dos bens de consumo, aumento da renda familiar compatível com o crescimento da economia, aumento dos padrões de vida do povo, proteção ambiental e desenvolvimento de baixa emissão.

Fonte: Chinese Government's Official Web Portal

\* Os planos são lançados oficialmente entre Dezembro do último ano do Plano Quinquenal vigente e Janeiro da vigência do próximo Plano Quinquenal, apesar disso, durante sua elaboração o Partido determina diretrizes gerais sobre as quais o próximo Plano será estruturado

O episódio do Muro da Democracia em Outubro de 1978, foi o apoio popular que Deng precisava para ganhar apoio político e destituir Hua Guofeng do poder. O fato consistiu no aumento das críticas públicas aos excessos das políticas de Mao e a descrença de que a Gangue dos Quatro havia agido sozinha, o que seria considerado como uma forte crítica ao posicionamento de Hua. O movimento ganhou força e envolvia cada vez mais uma porção maior da sociedade que clamava por mudanças e apoiava em certo grau a proposta das quatro modernizações de Deng. Uma das personalidades mais ativas da manifestação foi Wei Jingsheng, o *Garganta de Ouro*, que proclamou um dos textos mais famosos do movimento:

O povo deve ter democracia. Quando o povo pede por democracia, ele não está pedindo mais do que um direito inerente. Aquele que se recusa a devolver a democracia ao povo é um ladrão sem-vergonha e mais repugnante que o capitalista que rouba o valor que o operário produz com seu suor e sangue.

Por ter alcançado tamanha proporção e por incitar movimentos pró-democracia, o PCC passou a olhar o movimento com maus olhos, uma vez que apesar de dispostos em aceitar as reformas econômicas de Deng, não estariam preparados para aceitar uma abertura política. Hua, ao invés de aproveitar-se do momento para responsabilizar Deng pelas conseqüências do Muro da Democracia, acabou sendo atacado por todos os lados pela bancada de Deng que, vitoriosa, consegue o rebaixamento de cargo gradual de Hua Guofeng no PCC e no governo, ao mesmo tempo em que classificava a manifestação pró-democracia como “anti-revolucionária”. Deng reafirmou a proposta das “quatro modernizações” condicionando-as a

“quatro princípios”: o caminho socialista, a ditadura do proletariado, a liderança do Partido Comunista Chinês e as filosofias marxista-leninista e Maoísta. (QUAGIO, 2009: 31).

Com isso, o ano de 1978 é tido como um marco histórico na transformação econômica da China nas próximas décadas, pois foi o ano em que Deng subiu oficialmente à liderança do PCC. É importante salientar que apesar do reconhecimento de que as propostas de Deng seriam o caminho ideal para o desenvolvimento econômico do país nas próximas décadas, a transformação econômica que se segue não é resultado de um plano audaz de Deng, planejado a longo prazo, mas sim de decisões pontuais testadas em pequena escala, antes de serem implementadas no plano nacional. O próprio Deng Xiaoping afirmava sobre os rumos das reformas econômicas: “Atravessar o rio tocando (uma a uma) as pedras”, ou seja, aplicar algumas experiências internacionais bem-sucedidas e adaptá-las ao contexto econômico e social da China (OLIVEIRA, 2007. 3). O líder reformista tinha plena convicção de que uma das principais medidas a serem tomadas pelas reformas que tomariam curso adiante, a abertura ao comércio internacional, era como uma experiência que testaria o grau da capacidade competitiva do país, através da concorrência com outros países, a partir do momento em que não havia fontes de recursos internamente capazes de sustentar um regime político centralizado, assim como o desenvolvimento econômico e social da China (AQUINO, 2004: 8);

Por outro lado, o PCC confessava publicamente os fracassos da Revolução Cultural, afirmando-se as conseqüências que essa política desastrosa havia deixado para a sociedade chinesa, cuja solução seria a prioridade do governo de Deng Xiaoping. Os principais problemas enraizados na sociedade por conta da Revolução Cultural eram: a pobreza extrema em grande escala, principalmente no campo; anulação dos ganhos com a Reforma Agrária; privação da população por uma boa alimentação; condições paupérrimas de saneamento; aumento populacional elevado (em 1982, a população já era de 1 bilhão); conflitos religiosos com as minorias étnicas repreendidas durante a Revolução Cultural; o baixo nível de escolaridade da população; e, principalmente o vácuo ideológico deixado pelo fim abrupto das políticas enfáticas do Comunismo Maoísta (QUAGIO, 2009: 33-35).

O vácuo ideológico deixado pelo fim do regime de Mao Tsé-Tung, uma vez que a população percebeu o fim da ingenuidade romântica do ideal comunista pregado pelo líder até então, era motivo de preocupação para o PCC, uma vez que a crença no regime e no partido estaria para sempre abalada. A população não tinha uma verdade política, religiosa ou moral,

para se apoiar e grande parte da sociedade acabou por se tornar materialistas amorais, que seguiam as diretrizes das reformas econômicas implantadas pelo governo, enquanto outros faziam renascer o budismo e o confucionismo como alternativas para suas crenças (QUAGIO, 2009: 35).

No âmbito populacional, a superpopulação era vista por Mao como a força que moveria a China para o desenvolvimento, porém passou a preocupar o governo que adotou medidas que incentivassem a redução da taxa de natalidade, sendo a mais famosa a Política do Filho Único, adotada em 1979, explicada como um encorajamento fiscal para se reduzir o número de filhos por família chinesa, mas que mais tarde traria drásticas consequências sociais, como a disparidade entre filhos homens e mulheres, uma vez que o homem era mais valorizado na sociedade chinesa e, segundo Starbatty (2010), o governo chinês não toma medidas corretivas para impedir que essa política possa se transformar numa armadilha demográfica. Conforme verificado na Tabela a seguir, o crescimento populacional sofre uma elevação durante os anos do governo de Mao Tsé-Tung, até sua morte e a implementação de medidas de controle demográfico, principalmente através da Política do Filho Único, cuja eficácia é demonstrada na significativa redução da taxa de crescimento populacional a partir da década de 1980 (VIEIRA, 2006: 404).

Tabela 7 – Crescimento Populacional da China entre as décadas de 1950 e 2000

Crescimento Populacional na China (em %)	
Anos	TCPOP
1950/1959	1,71%
1960/1969	2,19%
1970/1979	1,86%
1980/1989	1,54%
1990/1999	1,05%
2000/2009	0,67%

Fonte: (VIEIRA, 2006) – TCCPOP: Taxa de Crescimento Populacional

Apesar de seu caráter controverso, havia outro programa que preocupava os líderes do Partido de forma mais enfática: a transformação do sistema econômico, a fim de estimular a produção e o rendimento, como ferramenta para aliviar a pobreza. Apesar dessa necessidade,

era plausível a consequência que a transformação dos pilares socialistas até então implantados no setor produtivo, poderia ter na sociedade em relação ao governo, uma vez que a população desacreditaria de tudo aquilo que havia sido pregado pelo mesmo partido governante até então. Portanto, Deng Xiaoping, se conscientizou que a alternativa viável para a economia do país seria uma transformação econômica gradual para um sistema de economia de mercado com fachada marxista, que acabou sendo denominado como socialismo com características chinesas e economia de mercado com características chinesas. Deng adotou em 1982, um *slogan* que seria um afagador da abrupta transformação econômica no setor produtivo:

A verdade universal do marxismo precisa ser integrada à realidade da China, e a China deve traçar um caminho próprio construindo o socialismo com características chinesas.

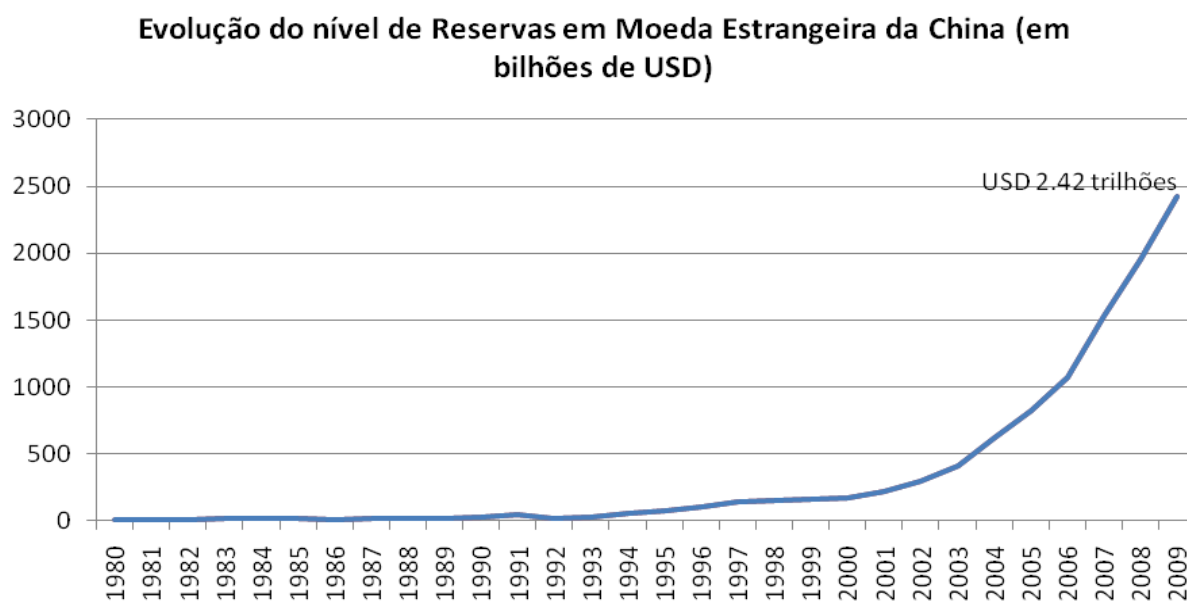
Segundo Quagio (2009), sobre esse tipo de socialismo, o setor privado deveria ser adequadamente fomentado como um complemento do setor público, e não como um substituto. Na mesma oportunidade sobre as reformas estruturais que viriam a seguir, Deng afirmava que algumas pessoas e regiões poderiam enriquecer primeiro que outras, o que representava uma ruptura com o pensamento de Mao, que defendia um nível de riqueza padrão para toda a população e que o crescimento econômico deveria ser igualmente distribuído (QUAGIO, 2009: 38).

As reformas econômicas estruturais sob a liderança de Deng Xiaoping tiveram início em três grandes frentes: no setor agrícola, onde estavam concentrados mais de 80% da população; na atração de investimentos estrangeiros através da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs); e no sistema de duplo valor monetário, baseado ainda no sistema de cupons. No âmbito do setor primário, já discutimos as principais reformas baseadas nas transformações do sistema de comunas em um modelo baseado em responsabilidade familiar. A influência dessa reforma, no mercado, foi uma melhor alocação dos recursos e diminuição da escassez de produtos, além do aumento da eficiência produtiva no campo que, entre 1978 e 1984, foi de 33% sobre o volume de produção agrícola. Essa nova dinâmica produtiva, fez com que o governo não pudesse mais suprir o crescimento da demanda da população por bens e serviços, e que fez surgir os EDVR (Empreendimentos de Distritos e Vilarejos Rurais), uma nova categoria de empresas na economia chinesa, de propriedade conjunta entre famílias locais e governos distritais, possível devido às novas políticas de ampliação da autonomia dos governos locais, orientadas racionalmente ao crescimento econômico. Surgiam assim, as primeiras empresas não-estatais de bens de consumo na China, que permitiriam a diminuição

da migração dos camponeses para as cidades, uma vez que faziam surgir melhores oportunidades no campo. A importância observada pelo surgimento da EDVR foi o fato de terem sido responsáveis pela absorção de 18% da força de trabalho e 40% da produção industrial chinesa (QUAGIO, 2009: 43, MASIERO, 2006: 425).

No plano teórico, o surgimento das EDVR pode ser considerado como uma adaptação à cenário econômico de um mercado ainda em desenvolvimento, onde ainda reinavam algumas restrições à propriedade privada (MASIERO, 2006: 428). A política que mais representou a passagem dessa economia planificada e restritiva em relação às propriedades privadas para uma economia de mercado na China foi a criação das ZEEs, que representavam um palco de múltiplas experiências capitalistas que permitiriam a abertura da economia do país ao investimento estrangeiro. Essas Zonas permitiam a implantação de empresas e fábricas estrangeiras em regiões determinadas pelo governo chinês, em sua maioria, regiões costeiras próximas aos mercados asiáticos dinâmicos de Hong Kong, Taiwan e Japão, onde era concedida uma série de benefícios fiscais para esse processo, além de uma abertura mais ampla ao capital estrangeiro e o incentivo à produção de bens de consumo. Todos esses fatores, amparados por facilidades logísticas e de infra-estrutura para exportação, além de benefícios em financiamentos estatais, considerável concessão de autonomia administrativa e liberdade cambial (OLIVEIRA, 2007: 4). O principal objetivo dessa política era aumentar significativamente as exportações chinesas, para aumentar o volume das reservas em moeda estrangeira, além de a longo prazo, modernizar o parque industrial do país. O aumento do volume de Zonas Econômicas Especiais determinadas pelo governo, já no início da década de 1990, junto a consolidação daquelas criadas entre 1980 e 1984, pode ser relacionado ao início da alavancagem das reservas em moeda estrangeira da China, financiadas pelo aumento das exportações e, conseqüentemente, pelo aumento do superávit comercial da economia chinesa. A evolução dessas reservas, que em 2009 já superavam os USD 2,4 trilhões, pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Evolução anual das Reservas em Moeda Estrangeira da China



Fonte: IMF International Monetary Fund Statistics 2009

Juntamente com a política das ZEEs, o governo implementou um sistema híbrido que permitia a criação de *joint-ventures* entre empresas multinacionais e empresas chinesas (OLIVEIRA, 2007: 4). Segundo Pei (2010), essa política foi fortemente influenciada pela bancada conservadora do PCC, impedindo que houvesse uma abertura ainda mais expressiva para a entrada de empresas estrangeiras no país, e que de início fez com que o volume de investimento estrangeiro direto ainda fosse pequeno. Apesar disso, mais adiante, essa relativa abertura foi de extrema importância para o desenvolvimento da indústria nacional, através da aquisição de *know-how* estrangeiro para a produção das empresas chinesas, sob um processo seletivo de importações no sentido de modernizar o parque industrial e alcançar competitividade, principalmente no setor de bens de capital. As empresas chinesas, mais tarde, se desvincilhavam da parceria com as empresas estrangeiras e passavam a produzir de maneira independente (OLIVEIRA, 2007: 4, QUAGIO, 2009: 44).

As primeiras ZEEs foram escolhidas na costa sul da China, o que permitiu que grande parte do investimento nessas Zonas, fosse proveniente de chineses de fora da China, pela posição estratégica que essas regiões representavam (estavam próximas a regiões autônomas como Macau, Hong Kong e Taiwan). Esse capital estrangeiro, foi o principal responsável pela modernização da infraestrutura básica dessas regiões, e que permitiu uma segunda onda de investimentos estrangeiros de outras regiões do mundo. A consequência do sucesso dessa política econômica, foi a reformulação das leis empresariais da China, que por sua vez,

permitiram o surgimento de mais empresas privadas e do setor de crédito para novos empreendimentos (QUAGIO, 2009: 49-50).

A reforma no sistema de duplo valor monetário foi marcada pela decadência do sistema de cupons que caracterizavam grande parte das transações econômicas e que ameaçavam o crescimento da economia em um próximo estágio. Anteriormente, alguns produtos eram comprados exclusivamente através dos cupons fornecidos pelo governo. As medidas tomadas pelo PCC para reformar esse sistema, foi um sistema duplo de precificação em que os mesmos antigamente comprados somente através de cupons, também passariam a ter um preço em Yuan, maior do que o valor em cupons. Esse novo sistema permitiu a acumulação de maiores lucros por novos empreendimentos, que compensavam as perdas com a baixa capitalização dos cupons. Assim houve uma nova onda de surgimento de empreendimentos privados, principalmente de serviços básicos, que também se tornavam lucrativos. O comércio apresentou um crescimento significativo em decorrência dessa nova política monetária, que por sua vez, aumentava a demanda da população em níveis exponenciais e, conseqüentemente, criava mais empregos (QUAGIO, 2009: 51).

Enquanto o setor privado representava o verdadeiro Grande Salto para Frente, as empresas estatais sofriam com a ineficiência gerencial de seus comandos. Por conta do atraso educacional ocasionado pela Revolução Cultural, empregava-se pessoas sem o mínimo conhecimento técnico, que acarretavam na ineficiência produtiva e financeira do setor público. A economia estava carente de mão de obra qualificada e de *know-how* tecnológico. A situação só não era pior, ou era, pois a ineficiência das estatais era suprida pelos subsídios do governo que cobriam suas perdas, além de que o indicador de eficiência de uma empresa não era medido por sua lucratividade ou sustentabilidade, mas sim, pela quantidade bruta de produção. Com esse ciclo de ineficiência do setor público e, mais tarde, com o fim do subsídio do governo às estatais, essa doença acabaria por contagiar todo o setor bancário, que seria no futuro o credor das perdas dessas empresas (QUAGIO, 2009: 54).

No que tange ao suprimento de energia para o desenvolvimento econômico da China, era necessário encontrar uma solução para se sustentasse a atividade econômica em aceleração e o consumo de mais de 1 bilhão de habitantes. Com a ineficiência do governo em alocar recursos financeiros para a exploração dos recursos energéticos, permitiu-se a exploração de recursos minerais por empresas privadas. A partir daí, o carvão aparecia como a alternativa mais viável (barata), e mais poluente, para sustentar o crescimento da economia chinesa. O governo não estava preocupado com os riscos ambientais e sociais que a

exploração do carvão como fonte energética poderiam trazer, mas sim em encontrar fontes energéticas capazes de suprir as necessidades da economia (QUAGIO, 2009: 55).

Deng Xiaoping e o PCC se conscientizaram de que o setor educacional precisava ser reabilitado, primeiro pela devastação e o atraso causados pelos excessos da Revolução Cultural e, segundo para suprir a escassez de mão de obra qualificada que a economia apresentava. Como uma geração inteira havia sido prejudicada pela Revolução Cultural, no que tange o acesso à educação qualificada, as reformas durariam ainda alguns anos para fazerem efeito. Por conta disso, a indústria, a ciência e o comércio teriam que se virar por muitos anos com a escassez de capital intelectual. Para sanar o problema de forma mais ágil e objetiva, Deng declarou que o setor educacional deveria se desenvolver de acordo com as necessidades do desenvolvimento econômico. E assim foi feito. Medidas do governo de Deng restabeleceram o ensino universitário, restituindo os cursos de graduação, mestrado e doutorado e implementando medidas de incentivo à adesão às universidades. O ensino fundamental e médio também foram restituídos. Professores e intelectuais, perseguidos durante a Revolução Cultural, eram chamados de volta para os centros de ensino e reconhecidos por sua importância na economia e na sociedade – nas novas notas de Yuan emitidas na época, apareciam rostos de profissionais que se remetiam aos intelectuais. Programas de incentivo ao ensino no exterior também foram criados, mas muitos chineses acabavam não voltando ao seu país, por enxergarem melhor padrão de vida, no local onde iam estudar – a grande maioria ia para a América do Norte e Europa (QUAGIO, 2009: 60).

O sucesso das ZEEs, aliado à gradual mecanização dos campos e o aumento da produção agrícola, desencadeou o maior processo de êxodo rural na história da China. Os camponeses, com a conseqüente redução no valor dos grãos, devido à mecanização dos processos de cultivo, passaram a ter que alcançar a eficiência no campo para sobreviverem, ou então buscar alternativas nas cidades. Apesar de ainda viver sobre o sistema de *hukou*, implementado por Mao na década de 1950 com a intenção de distinguir cidadãos rurais e urbanos, sendo considerado, portanto, como um *apartheid* social, o governo decidiu flexibilizar o sistema de controle migratório, permitindo certo grau de fluxo do campo para as cidades. Estima-se que aproximadamente 10 milhões de pessoas emigrem legalmente por ano dos campos para as cidades, e que a população flutuante, neste caso os camponeses que não possuem registro legal para morar nas cidades, alcance 150 milhões de pessoas, atualmente (MEDEIROS, 2010). A conseqüência desse êxodo rural não fora planejada pelo governo, mas foi benéfica para uma relativa diminuição da pobreza nos campos, uma vez que os ex-

cidadãos rurais que conseguiam boas oportunidades de emprego nas cidades acabavam remetendo dinheiro às suas famílias nos campos. Este fenômeno de migração foi o principal motor dos volumes expressivos de investimento fixo chinês no processo de construção residencial e comercial nas áreas urbanas e que faz acelerar o processo de urbanização dos grandes conglomerados populacionais (MEDEIROS, 2009: 11).

Além do êxodo rural, havia também o êxodo de cidadãos para Hong Kong em busca de um futuro mais próspero e que muito preocupava o PCC. A colônia britânica era a antítese da China Socialista, tendo vivido mais de 100 anos em um sistema de Estado mínimo e baixos impostos, que permitiam o enriquecimento da população e caracterizou como uma sociedade liberal. Por isso, o temor do Partido em permitir que os cidadãos chineses pudessem ter contato com outro tipo de desenvolvimento econômico e sistema político. Depois de anos de pressão por parte de Deng pela devolução da ilha ao controle do governo chinês, em 1984 o Reino Unido acaba cedendo, e Hong Kong passaria a fazer parte do território da China a partir de 1997. Apesar disso, seu sistema econômico e sua autonomia política se manteriam intactos, apenas sendo subordinada à Pequim nas questões de diplomacia e defesa nacional (QUAGIO, 2009: 61-63).

Durante todos os anos após a sucessão de Mao Tsé-Tung por Deng Xiaoping, as decisões e os rumos tomados pelo PCC nunca haviam sido unânimes internamente. Deng, apesar de nunca ter ocupado o posto mais alto dentro do governo era o líder absoluto e a última palavra no Partido e seu posicionamento ao longo da década se configurou como um pêndulo político, ora aliado aos conservadores, liderados por Chen Yun e Li Peng, ambos contra os rumos da economia de mercado e em defesa da volta à economia planificada e os valores socialistas e a ideologia comunista clássica; ora pendia para os da esquerda moderada e reformista, como Hu Yaobang e Zhao Ziyang, inicialmente nomeados Secretário Geral do PCC e Primeiro Ministro da China. Apesar de adotar oficialmente as políticas reformistas na economia, através da nova constituição do país, proclamada em 1982, o PCC ainda não estava disposto a fazer concessões no âmbito político e, por isso, apesar de dar maior autonomia e liberdade aos cidadãos e rejuvenescer a cúpula do Partido, Deng fez questão de reforçar a posição do PCC como líder do governo, reformando a antiga estrutura política de culto a um único líder. É importante entender que apesar do Partido Comunista Chinês ser o líder do Estado, este não era propriamente o Estado, como no caso da União Soviética. Ambas as

estruturas (do Estado e do PCC) não devem ser confundidas, apesar de que o líder do Partido era, na prática, o líder do Estado (QUAGIO, 2009: 73).

As oscilações que se seguiram no governo se deram por conta da linha tênue entre a abertura econômica e a abertura política. As inúmeras manifestações que surgiam em defesa de maior liberdade e democracia eram apoiadas pela ala moderada. Quando estas se intensificavam e ameaçavam a posição do PCC no governo, Deng passava a condená-las, influenciado pelas críticas da bancada conservadora liderada por Chen e Li, e temendo que aqueles movimentos pudessem por em risco as reformas econômicas em curso. As manifestações mais relevantes foram àquelas contra a Campanha contra a Poluição Espiritual, quando o governo passou a reprimir o culto às práticas antimarxistas e liberais, e o episódio do massacre da Praça da Paz Celestial (Praça Tiananmen) após a morte de Hu Yaobang. A manifestação contra a Campanha contra a Poluição Espiritual acabou surtindo efeito e deu poder à ala reformista de Hu e Zhao, que deram nova guinada às reformas econômicas, como o fim definitivo do sistema de cupons como valor monetário, e a concessão de maior autonomia às empresas estatais, além da oficialização do modelo econômico do país como uma Economia de Mercado Planificada. Foi neste momento que Deng proclamou uma das mais famosas de suas frases: “Não importa a cor do gato, o importante é que pegue ratos!”, que demonstrava a crença e a aposta do líder no desenvolvimento econômico a qualquer custo (QUAGIO, 2009: 83).

Esse novo momento de derrocada das reformas econômicas foi acompanhado por uma maior liberdade de expressão artística, que permitiu o ressurgimento da indústria musical, da cultura científica e da influência dos intelectuais. Permitia-se em certo grau a discussão política nas universidades outras instituições. No governo, Deng permitiu o ingresso de mais jovens líderes e todos esses fatores somados, desagradavam a bancada conservadora do PCC, que alertava para os riscos desse novo rumo do país, pois essa relativa liberdade de expressão poderia gerar levantes contra o governo. E, estavam certos. Os primeiros protestos estudantis acabaram por culminar na saída de Hu Yaobang do poder, que fora substituído por Zhao Ziyang, enquanto Li Peng assumia como Primeiro Ministro. Deng era forte defensor de Zhao Ziyang, por acreditar que daria continuidade às reformas econômicas, mas sua mais importante contribuição foi para com a filosofia do PCC, que enfrentava problemas com a contradição entre as reformas econômicas e a teoria marxista. O novo panorama econômico do país precisava apoiar-se em uma nova teoria que abrangesse tanto a abertura econômica

quanto a legitimidade do Partido no poder. Para tanto, Zhao cria o conceito de “primeira etapa do socialismo”, caracterizada por Quagio (2009), como a seguir:

Para se chegar a uma sociedade socialista eficiente, primeiro seria necessário que o país construísse uma economia forte e sustentável por outros meios, para então ser bem sucedida numa segunda etapa de construção. (...) O salto direto da pobreza sem a passagem por um processo de desenvolvimento econômico e capitalização era, segundo Zhao, o maior erro teórico de muitos pensadores comunistas.

A condição da China era única e o país não poderia seguir o exemplo de nenhuma outra economia ou modelo teórico, mas sim caminhar no sentido do socialismo com características chinesas, através da crença do desenvolvimento econômico como meta central, que seria alcançado por meio das reformas econômicas e dos quatro princípios de Deng Xiaoping (QUAGIO, 2009: 91). O fato dos princípios de Deng estarem focados na alavancagem de investimentos estrangeiros, comércio exterior e produção agrícola, contribuíam para a denominação de um novo modelo desenvolvimentista: a economia socialista de mercado (AQUINO, 2004: 8).

O aumento do desemprego ao final da década de 1980, em decorrência do aumento das demissões pelas empresas estatais que passavam a focar em lucratividade, fez com que uma onda de criminalidade e violência surgisse nas grandes cidades. Esses fatores, aliados ao aumento da demanda interna, da inflação causada pela abdicação do controle sobre os preços de produtos básicos e da corrupção, fizeram surgir novos protestos populares e uma nova pressão da bancada conservadora do PCC pela saída de Zhao Ziyang do poder e pelo breque nas reformas econômicas. A morte do ex-líder carismático Hu Yaobang, intensificou as reivindicações populares, que passam a se acumular na Praça da Paz Celestial, em frente à sede do governo. Os manifestantes queriam o debate pessoal com Li Peng, o que fora negado pelo PCC. Assim, as manifestações aumentavam e envolviam cada vez mais classes da sociedade, principalmente os trabalhadores que pediam soluções para os problemas da inflação, do desemprego, da segurança e do combate à corrupção. A visita do líder soviético Mikhail Gorbachev em 1989 foi a oportunidade para as manifestações se fazerem ouvir pela imprensa mundial que estava em Pequim para cobrir o encontro bilateral. No auge do movimento, mais de um milhão de pessoas participavam do movimento, que após a visita do líder soviético, havia sido decidido pelo PCC que seria combatido através da Lei Marcial imposta em Pequim. O resultado do confronto é mais do que sabido por todos, tendo ocorrido o massacre pelo exército de entre mil e dois mil manifestantes nas ruas de Pequim ao final do

ano de 1989. Com a vitória do PCC sobre as manifestações, Zhao Ziyang tornou-se insustentável no poder, para onde emergiu a bancada conservadora, liderada por Li Peng (QUAGIO, 2009: 102).

O verdadeiro resultado das grandes repressões sociais e políticas do Partido Comunista Chinês sobre a sociedade e a economia foram o desencorajamento temporário do empreendedorismo dos setores privado e do investimento estrangeiro, além das pressões internacionais e as sanções comerciais impostas pelos países ocidentais em resposta à clara e devastadora violação dos direitos humanos pelo governo chinês, na condução daqueles protestos.

Após os episódios do massacre da Praça da Paz Celestial, os membros do Partido Comunista Chinês haviam aprendido que era fundamental ter o apoio das forças armadas, para impedir que manifestações daquela natureza pudessem por em risco à continuidade do sistema político comunista. Ao mesmo tempo, internamente, as discussões e as divisões entre os membros do PCC não poderiam mais transparecer ao público e deveriam ser conduzidas de forma extremamente confidencial, para manter a imagem de união no governo (QUAGIO, 2009: 107). Deng Xiaoping estava mais uma vez incumbido em nomear um sucessor para o posto de Secretário Geral do Partido, em substituição à Zhao Ziyang, condenado à prisão domiciliar por ter sido acusado de ter influenciado as manifestações populares e por ter responsabilidade no descontrole inflacionário da economia, nas conseqüências sociais como o aumento da criminalidade e da corrupção e por ter instaurado um racha dentro do governo. Apesar do clamor dos conservadores, principalmente de Li Peng e Chen Yun pela nomeação de um membro conservador para o cargo, Deng tinha consciência de que isso frearia as reformas econômicas e permitiria que houvesse uma recentralização do poder, principalmente na diminuição da autonomia das províncias, e um redirecionamento da economia para o modelo socialista clássico. Deng Xiaoping acaba por optar por um membro do PCC que não fosse da ala conservadora ou discípulo político dos moderados Hu Yaobang e Zhao Ziyang, nomeando o prefeito de Xangai, Jiang Zemin como novo Secretário Geral do PCC. Jiang havia logrado na dispersão dos movimentos populares em Xangai sem ser necessário o uso da força e era filho de um líder revolucionário da guerra contra o Japão, o que agradava a todos por sua posição no governo. Deng sabia que Jiang teria que agradar os conservadores no início de seu governo, e que não seria forte o suficiente para manter as reformas econômicas

em curso, mas o líder ainda tinha representatividade e força suficiente para manter a abertura e o desenvolvimento econômico do país (QUAGIO, 2009: 107-109).

### **2.3 O Aprofundamento das Reformas Econômicas e a Estruturação de um Mercado Competitivo**

Depois de alguns meses da re-estabilização política do PCC, a imprensa começava a noticiar a necessidade de retomarem as reformas econômicas para alavancar o crescimento observado nos últimos anos, a medida que a economia sofria as consequências da péssima imagem do país após os episódios da Praça da Paz Celestial, que abalaram o fluxo de investimento estrangeiro e acarretaram em sanções comerciais do Ocidente, além da redução da demanda interna que, por sua vez, prejudicou fortemente as empresas estatais, e mesmo as EDVR.

Outro problema enfrentado pelo governo chinês no início da década de 1990 foi o fim do bloco oriental, com o encaminhamento da dissolução da União Soviética e o fim dos regimes comunistas da Europa. A *perestroika* de Gorbachev inspirou os conservadores chineses, acreditando que o país deveria seguir aquele modelo para que se consolidasse uma modernização das práticas socialistas. Os chineses deram nome a sua própria *perestroika*, denominando-a “evolução pacífica”, que nada mais era do que a idéia de frear as reformas econômicas em curso (QUAGIO, 2009: 111). Por outro lado, apesar dessa instabilidade econômica, o controle aparente da inflação permitiria a retomada das reformas de combate à desaceleração da economia, como a criação de um programa emergencial de financiamento do governo de mais de 270 bilhões de yuans para socorrer as empresas estatais.

Deng Xiaoping, buscando reforçar suas alianças políticas, resolve sair do ambiente claustrofóbico de Pequim para inspecionar as províncias ao centro e ao sul do país, onde haviam sido implementadas as políticas de maior autonomia para o desenvolvimento das economias regionais, sob a liderança de Hu e Zhao, e que demonstraram enorme eficácia. Em Shenzhen, o líder chinês pode verificar o maior exemplo de sucesso das políticas de desenvolvimento econômico regional. A cidade era a mais moderna da China, uma vez que por influência de Hong Kong, alienou-se da política e focou em sua política desenvolvimentista baseada no empreendedorismo. Em suas visitas; após essa visita Shenzhen seria tomada como modelo para as outras províncias do país. Deng reforçava a importância

daquelas reformas como armas do socialismo com características chinesas no desenvolvimento do país e enaltecia os governantes locais por adotarem o modelo das reformas econômicas estruturais, permitindo o enriquecimento da população. Em apoio à visita do líder, esses governantes passaram a fazer coro contra as políticas centralizadoras de Li Peng. O enriquecimento pessoal, até tão pouco tempo, um fenômeno repudiado pelo governo chinês, passou a ser enaltecido por Deng sob a égide do empreendedorismo, alegando que qualquer método vantajoso para o desenvolvimento das forças produtivas socialistas e para a melhora do padrão de vida da população, seria validamente socialista, reforçando o ataque aos conservadores do PCC (QUAGIO, 2009: 112).

Essa postura adotada por Deng Xiaoping permitiu a volta da confiança dos investidores estrangeiros na economia da China, que aliada à estabilidade da inflação, deu nova guinada às reformas econômicas. A economia do país, que crescia a “miseros” 4% em 1989 e 3,8% em 1990, passou a acelerar-se a 14,2% já em 1992. Esse fato relacionado a Deng Xiaoping é considerado como um marco na história moderna da China, pois impulsionou as reformas econômicas do país e absolveu o movimento empreendedorista daqueles que buscavam o até então condenado, enriquecimento. O vácuo ideológico da população estava preenchido depois de muitos anos, pelo sentimento da ambição (QUAGIO, 2009: 113).

O empreendedorismo nascente na economia chinesa era caracterizado por empresas que haviam se aproveitado das oportunidades de uma economia em transição, onde as regras do mercado eram escritas pelo governo conforme o surgimento de novos problemas. Portanto, eram mais bem sucedidas as empresas que tivessem melhor jogo de cintura para atuar no mercado do que aquelas com um plano de negócios melhor estruturado. Desprovido de competitividade estrangeira, o mercado naquele momento era preenchido por uma geração de empresários com ótimo *guanxi* no governo e experiência prévia em empresas estatais e, apesar de serem desprovidos de conhecimento técnico (a Revolução Cultural havia exterminado a educação avançada), eram extremamente hábeis em driblar a ideologia marxista do governo para conceder eficiência às suas fábricas. O modelo de *joint-ventures*, incentivado por Deng Xiaoping através das reformas de abertura econômica, permitiram o desenvolvimento da indústria nacional, que após anos de produção de baixíssima qualidade, estabeleciam uma parceria com empresas estrangeiras para distribuição de seus produtos em nível nacional, e depois os copiavam e abandonavam a parceria. Esse exemplo, apesar de se

tornar a grande preocupação das multinacionais para entrarem no mercado chinês. Era observado em toda a cadeia produtiva em desenvolvimento na China, e mostrou a necessidade de absorção do *know-how* estrangeiro para a construção de uma indústria competitiva nacional, o que, por sua vez, mostrou a importância da abertura econômica implementada por Deng Xiaoping nos últimos anos. Por ter tido a coragem e a persistência em afirmar a importância das reformas de abertura econômica do país, Deng foi louvado durante o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, e suas políticas endossadas como a linha de pensamento a ser seguida nas próximas décadas. O enriquecimento pessoal seria um pré-requisito para o desenvolvimento da Nação. Deng Xiaoping havia entrado oficialmente para a história da China, ao lado de seu antecessor Mao Tsé-Tung (QUAGIO, 2009: 116).

### ***2.3.1 A continuidade das reformas sob o governo de Jiang Zemin e Zhu Rongji***

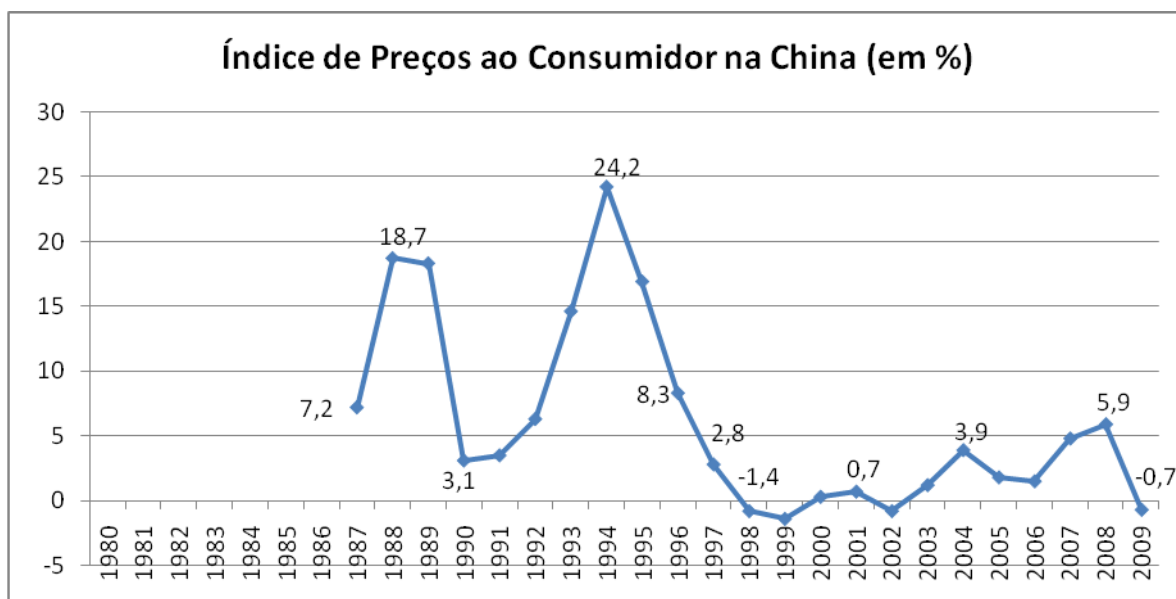
A estabilidade econômica e a cauterização das pressões políticas dos conservadores da China permitiram, a partir de 1993, que o primeiro presidente-líder do governo da China – o cargo foi criado em 1982, mas só então acumulado a função de chefe de Estado e Secretário Geral do PCC – Jiang Zemin e o recém empossado vice-primeiro-ministro Zhu Rongji dessem rumo às reformas econômicas, adotando políticas de profissionalização da economia do país. Zhu Rongji era tido por Deng Xiaoping como o mais hábil economista do PCC, por suas competências administrativas bem sucedidas quando aliado de Jiang no governo de Xangai. De início, em 1993, Zhu lançou uma campanha de reforma das estruturas bancária, financeira e fiscal, para abater os problemas crescentes da ineficiência da arrecadação de tributos pelo governo, aumento da corrupção, perda do controle do governo central sobre as políticas das províncias, decadência do setor estatal, déficit entre a arrecadação e os gastos públicos e o aumento da disparidade entre ricos e pobres.

A proposta de Zhu Rongji para o sistema de arrecadação visava reformar o modelo de arrecadação implementado na segunda metade da década de 1980, que visava promover os interesses regionais no desenvolvimento econômico, mas que acabou secando a principal fonte de renda do governo. O novo sistema beneficiaria tanto o governo central como os governos locais, através de uma divisão da arrecadação em que o governo central seria responsável pela arrecadação dos impostos sobre circulação de produtos (semelhante ao ICMS brasileiro), enquanto os governos locais arrecadariam os impostos mercantis

(semelhantes ao IPI brasileiro), um outro imposto sobre valor agregado seria dividido entre as duas instâncias administrativas. Com isso, o governo central aumentava sua arrecadação e impunha maior controle sobre as províncias, que insatisfeitas com a redução de suas receitas, protestaram contra a nova política de arrecadação (QUAGIO, 2009: 118).

No que tange às políticas de recuperação do setor estatal, Zhu Rongji implementou, de forma ousada e perigosa, o fim do subsídio direto às empresas estatais, que deveriam, a partir de então, recorrer à empréstimos bancários. Até então, os rombos causados pela ineficiência do setor produtivo estatal eram cobertos pela alta impressão de dinheiro pelo Banco Central, que só não acarretou em alta da inflação por conta do baixíssimo índice de monetização da economia chinesa, que só alcançou saturação em 1994, quando a inflação atingira 24% ao ano (QUAGIO, 2009: 119). A evolução da inflação ao longo das últimas décadas pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Evolução do Índice de Preços ao Consumidor na China



Fonte: IMF International Monetary Fund Statistics 2009

Com o fim da impressão de moeda, o setor bancário se viu obrigado a utilizar o dinheiro em circulação e acabou contagiado pela doença do setor estatal, que quebrado, aumentava o índice de inadimplência dos empréstimos contraídos. O setor só não entrou em colapso, pois eram supridos pelos depósitos à vista e pelos elevados índices de poupança, que eram uma das únicas opções de investimento proporcionado no país. Essa tendência poupadora da economia real da China pode ser atestada na tabela a seguir, que retrata o nível

de poupança e de formação bruta de capital fixo, sempre muito elevados em comparação com outras economias em desenvolvimento (VIEIRA, 2006: 405).

Tabela 8 – Taxas de Formação Bruta de Capital Fixo (Investimentos) e Poupança na China

Investimento e poupança na China (1980 a 2003) em % do PIB		
Anos	FBKF	POUP
Média 1980 a 1990	28,62	35,01
1991	27,48	38,11
1992	31,22	37,72
1993	37,48	41,78
1994	36,05	43,06
1995	34,71	43,13
1996	34,38	41,73
1997	33,78	42,98
1998	35,27	42,34
1999	35,92	40,50
2000	36,46	39,00
2001	37,83	40,88
2002	40,24	43,37
2003	42,16	43,17

Fonte: (VIEIRA, 2008) – FBKF: Formação Bruta de Capital Fixo. POUP: Taxa de Poupança.

Essa elevada taxa de poupança da economia chinesa era justificada tanto pela cultura tradicional de poupar, como pela ineficiência do sistema previdenciário e de outros serviços públicos da população, que incentivavam a população a poupar como garantia de bem estar. Apesar de ter a poupança como principal financiador da falta de liquidez e insolvência do sistema financeiro, ainda era elevado o risco de colapso do sistema, uma vez que houvesse uma corrida aos bancos, por isso a imprensa estava proibida de mencionar quaisquer crises financeiras. A especulação imobiliária também se apresentava como um agravante ao sistema de crédito da economia. Como medida de correção do sistema financeiro e prevenção de grandes danos à economia, Zhu Rongji adotou medidas de restrição à aprovação de créditos, seguindo a linha de bancos ocidentais. Outro fator que motivou a continuidade das restrições no sistema bancário chinês é o fundamento de que a elevada participação dos depósitos em dólar, em decorrência dos influxos de investimentos estrangeiros diretos e das taxas elevadas das exportações, faria com que, no caso de uma maior liberalização do setor financeiro, aumentassem as forças especulativas por uma valorização do Yuan, diminuindo assim a

autonomia da política monetária chinesa, algo que o governo ainda não enxerga como uma medida viável (QUAGIO, 2009: 120, MEDEIROS, 2006: 6).

A principal questão sobre a flexibilização do regime cambial chinês, reside no argumento de que com uma maior inserção na economia mundial, principalmente impulsionada pelo ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, faria com que o país esbarrasse no dilema conhecido como a Trindade Impossível, quando uma economia mais globalizada, passa a ter de escolher dois dentre três objetivos, impossíveis de atingir em sua totalidade, os quais seriam: o alcance da estabilidade da taxa de juros, a independência de suas políticas monetárias ou uma integração mais enfática no mercado financeiro. Ao ponto que a China não está disposta a uma abertura de seu sistema financeiro, e desejando manter a sua independência monetária, a economia chinesa teria então, que optar por abrir mão de sua rigidez cambial em ordem de alcançar essa maior integração com a economia mundial, o que não é o que se observa principalmente entre 1994 e 2004, quando a taxa se mantém constante, conforme observado na tabela abaixo (VIEIRA, 2006: 411):

Tabela 9 – Evolução da Taxa de Câmbio Yuan/Dolar Americano entre 1981 e 2004

Taxa de câmbio (Yuan/US\$)												
Anos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
	1,75	1,92	1,98	2,80	3,20	3,72	3,72	3,72	4,72	5,22	5,43	5,75
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	5,80	8,45	8,32	8,30	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28

Fonte: (VIEIRA, 2006)

A mais popular medida de Zhu Rongji no governo fora o combate a corrupção, com duras penas aos condenados. Apesar de eficazes, muito se duvidava sobre a real intenção do combate à prática, uma vez que a maioria dos condenados era de inimigos políticos daqueles que tinham cargos no alto-escalão do governo, e pela real intenção de Zhu em ganhar prestígio dentro do partido.

O consumismo e o poder aquisitivo eram declaradamente as novas forças e a nova ambição da sociedade, que sentia claramente o aumento do padrão de consumo. Em pouco tempo, o herói da nação havia passado de um comunista leal à sua pátria para o homem de negócios bem sucedido. Apesar dessa revolução e do distanciamento da população do discurso político, não havia consenso de apoio às novas liberdades por todos os membros do

Partido. Li Peng era um dos poucos que ainda faziam voz de oposição a Zhu Rongji, e acabou por se restringir à campanha anticorrupção, ao lado de Jiang Zemin, e ao apoio incondicional à construção da usina hidrelétrica de Três Gargantas, como supridora da demanda energética do país nos próximos anos (QUAGIO, 2009: 124-131).

Zhu Rongji desfrutava de grande prestígio entre a sociedade, o partido e a comunidade internacional, pelo sucesso de suas políticas que melhoraram a imagem da China no exterior e aumentou significativamente a qualidade de vida da população chinesa, principalmente nas cidades. Na economia, o único ponto passível de crítica às medidas de Zhu era a inflação, que passou a ser controlada a partir de 1996, quando caiu para 6% ao ano e para 3%, em 1997, conforme observado no gráfico 9. A razão do controle inflacionário se dava na recuperação do sistema de crédito e, principalmente, pelos investimentos estruturais no setor público, como na construção de rodovias por todo o país, que permitiu um escoamento da produção da indústria nacional que, por sua vez, barateou o preço de suas mercadorias e eliminou as empresas ineficientes (QUAGIO, 2009: 132).

Enquanto isso, a saúde do líder Deng Xiaoping se deteriorava e por ainda estar ligado à repressão da Praça da Paz Celestial, sua morte poderia representar um aumento das pressões pela falta de liberdade do povo chinês. Por conta disso, e para poupar o PCC de novas manifestações o governo de Jiang e Zhu aumentou às perseguições aos dissidentes daquele episódio. Enquanto internacionalmente aumentavam as pressões pelo respeito aos Direitos humanos pela China, a “Declaração de Bangkok”, assinada na Tailândia em 1993, cunhou o termo “valores asiáticos”, os quais teriam a mesma validade do conceito ocidental de direitos humanos e, por pregarem honestidade, respeito hierárquico, trabalho e busca do bem estar coletivo, seriam melhor aplicáveis às sociedades orientais. Com o aumento da importância econômica da China no contexto internacional, as discussões e pressões acerca do desrespeito às liberdades individuais e dos direitos humanos no país tendiam à diminuir, uma vez que a influência dos atores econômicos com interesse no mercado de mais de um bilhão de consumidores se sobrepunham às pressões por respeito aos direitos humanos, através de sanções comerciais impostas à China. Com o tempo, a China sabia que não sofreria mais nenhuma sanção, pelo enfraquecimento do discurso humanista, sobreposto pelos interesses comerciais (QUAGIO, 2009: 134).

### 2.3.2 A consolidação da nova economia de mercado e a situação dos excluídos

Internamente a economia chinesa só não via o desemprego aumentar, pois o país estava em ritmo acelerado de crescimento econômico. A cada instante surgiam novas oportunidades e nichos de mercado que logo eram preenchidos pelo novo empreendedorismo do país, que parecia estar aprendendo com a nova dinâmica da economia.

No âmbito internacional, as outras economias e as empresas multinacionais perceberam que seria impossível competir com a China na questão de preços, seja porque o país desfrutava de uma massa de mão de obra muito barata, seja por causa da sobrevalorização do Yuan. Desta forma, era impossível para as grandes empresas multinacionais excluir a China de seus planos estratégicos e, por conta disso, passaram a entrar no país subcontratando suas produções e comprando mercadoria local. Para os chineses, essa alta de demanda estimulava novos empreendimentos, que se beneficiavam também da elevada demanda nacional. Uma vez que algumas regiões subiam na curva do aprendizado, as cidades chinesas passaram a se especializar na produção de um ou alguns produtos específicos, tornando-se capitais nacionais de um determinado segmento da indústria que, por sua vez, facilitava toda a logística das cadeias de produção (QUAGIO, 2009: 147).

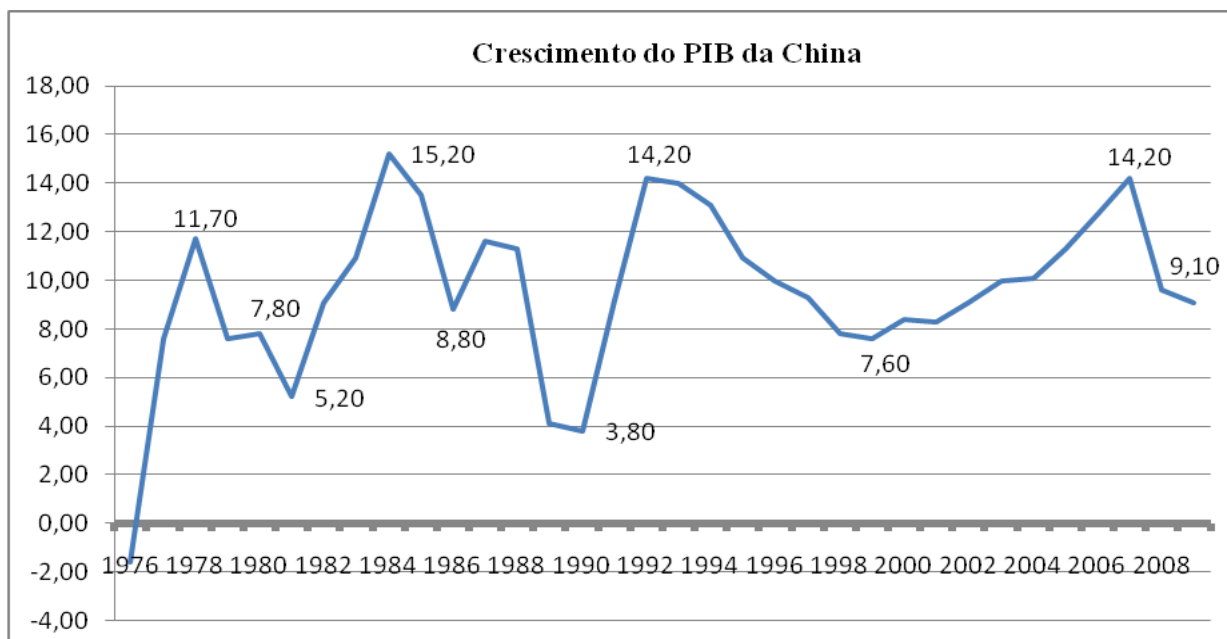
Ao mesmo tempo em que o setor industrial crescia aceleradamente, ocorria um fenômeno que representava uma total ruptura com o modelo socialista clássico de investimento e foco da economia na indústria pesada: o setor de serviços na China passou a se desenvolver freneticamente, estimulando o consumo e promovendo a competitividade entre as empresas. Apesar de, ao contrário da indústria, não poder contar com o *know-how* estrangeiro do setor terciário, uma vez que a alta burocratização impedia a fácil entrada de empresas estrangeiras de serviços no país, a elevação do consumo fazia com que a população gastasse cada vez mais com serviços, que apesar de surgirem com condições precárias de atendimento e planejamento, permitiu o desenvolvimento do setor, que já representava 30% do PIB nacional na segunda metade da década de 1990. Essa nova realidade era importante para a China, principalmente porque diversificava as oportunidades de emprego para a população (QUAGIO, 2009: 149).

A morte de Deng Xiaoping em fevereiro de 1997, fez pairar um novo sentimento de incerteza na China, principalmente porque era inegável o seu papel como grande líder, mentor e condutor do desenvolvimento econômico do país. Apesar disso, não tinha deixado um

legado forte o suficiente para sobreviver à sua morte, o que poderia permitir um retorno do conservadorismo e a reversão do rumo das reformas até então praticadas. A crise asiática no mesmo ano, com a super desvalorização do Baht tailandês, poderia ser o gancho para a volta do conservadorismo. Apesar disso, a crise afetou em baixo grau a economia chinesa, diminuindo moderadamente o nível de investimento estrangeiro no país. Aproveitando o vácuo de liderança deixado por Deng, Jiang Zemin e Zhu Rongji, agora promovido a Primeiro Ministro, decidiram lançar novos programas ambiciosos de reforma econômica, que tiveram início na reforma do setor público, com a promessa de fechamento, fusão ou privatização das empresas estatais deficitárias, que representavam o principal problema para a administração pública até então. Foi implementado também, uma reforma na estrutura do PCC, que criou meios mais meritocráticos para a contratação de profissionais para administrar a economia do país. Ao mesmo tempo, o governo concedia maior controle sobre a economia às forças do mercado. Aliado à essas reformas, o país se preparava para ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), e para isso, Zhu Rongji preparou um programa de desburocratização do comércio no país, condição essencial para a entrada plena do país na organização (QUAGIO, 2009: 153).

O Pensamento de Deng Xiaoping havia sido oficialmente teorizado e perpetuado pelas políticas de Jiang Zemin e Zhu Rongji, e ditariam o rumo da economia da China a partir de então. O resultado de suas reformas pode ser avaliado pelas taxas de crescimento do PIB chinês, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 10– Taxas de Crescimento do PIB da China entre 1976 e 2009



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

## 2.4 Os Desafios do Novo Século

Deng Xiaoping não havia sobrevivido para vivenciar a devolução das províncias de Hong Kong e de Macau ao governo chinês. Ambas haviam sido acordadas entre a China e o Reino Unido e Portugal, respectivamente, de forma pacífica e suas transições subordinaram-se ao princípio do “um país, dois sistemas”, o que deu relativa tranquilidade ao processo de repatriação. Por outro lado, o caso de Taiwan ainda representava um tema de grande preocupação por parte do PCC, principalmente pelas últimas políticas e processos democráticos instaurados no governo autônomo de Taipei. Para impedir que houvesse qualquer postura de declaração de independência por parte da ilha, o governo de Jiang aproveitou-se da comemoração dos 50 anos da Revolução de 1949, para expor o seu poderio militar e declarar indiretamente que se Taiwan declarasse independência, haveria guerra (QUAGIO, 2009: 167).

Apesar de levantar tensões entre os dois governos, a questão de Taiwan não era a mais preocupante para Pequim. Mas sim, a possibilidade do renascimento da insurreição rural, o aumento do desemprego pela falência das empresas estatais e o aumento da disparidade entre ricos e pobres. Com total domínio sobre os meios de comunicação, o PCC demonstrava ter controle sobre a psique social da população. Apesar disso, o surgimento da internet

representou um grande desafio ao governo para controlar as discussões e as críticas pró-democráticas e liberais que poderiam se dissipar na sociedade. O crescimento acelerado do número de usuários da internet, já em 17 milhões de usuários em 2000, incitava a ocorrência de discussões anti-governo, pró-democráticas e liberais, nos mais de 90 mil sites chineses já em funcionamento no período, mas foi logo contrabalanceado pelas políticas implementadas por Zhu Zongji de controle e censura absoluta sobre o conteúdo veiculado não somente na internet, mas em todos os meios de comunicação. Através de um mega projeto, chamado *Golden Shield*, que na prática era um software cujo sistema se concentrava em uma base de dados de todos os cidadãos chineses, com vários ramos de vigilância, e que seria a principal ferramenta de censura do governo sobre os meios de comunicação, principalmente a internet. Mesmo sob esse forte esquema de controle sobre informação, foi possível observar alguns casos de sucesso entre empresas de serviços chinesas, que se encaixavam nas limitações impostas à internet, para atender à demanda por serviços de busca, informação, comércio e da indústria de entretenimento no mercado chinês (QUAGIO, 2009: 175).

Enquanto isso, no âmbito do planejamento econômico, o aprofundamento das reformas no início dos anos 1990 aproximou a China do modelo das economias capitalistas, apesar de manterem-se duas particularidades essenciais para a continuidade do desenvolvimento econômico verificado antes e após esse período. Primeiro, destaca-se o peso das empresas e bancos estatais como os pilares do planejamento do governo sobre atividades estratégicas, como infraestrutura e energia. Segundo, a elevada autonomia dos governos sub-nacionais sobre as decisões sobre investimentos (MEDEIROS, 2009: 12).

#### ***2.4.1 O processo de abertura para o comércio internacional***

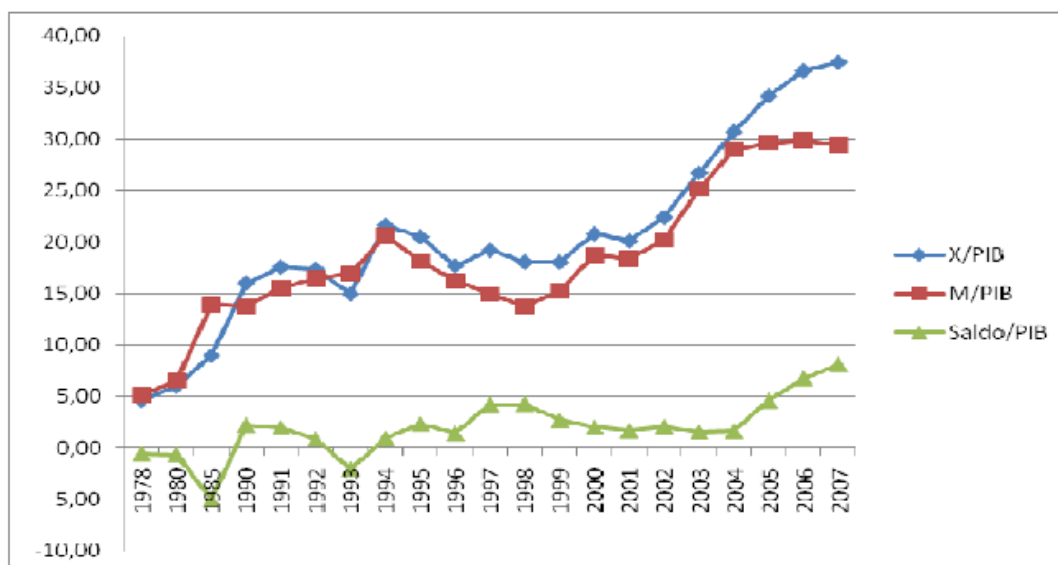
Após anos de negociação, e incentivadas como um projeto pessoal do Primeiro Ministro Zhu Rongji, a China finalmente era aceita na OMC e teve seu ingresso oficializado em dezembro de 2001. Apesar de ter se adaptado às normas da organização para o comércio internacional, muito ainda restava a ser feito para que a China atendesse aos padrões internacionais, além de que o ingresso na OMC não representou em uma alavancagem imediata de investimentos estrangeiros diretos (IED) no país, uma vez que esse indicador vinha crescendo em média a 34%, na década de 1990, e passou a crescer 8% em média nos anos seguintes à adesão à OMC. O governo chinês havia prometido liberar o investimento

estrangeiro em setores até então pouco explorados, por conta da elevada burocratização do sistema, tais como bancário, petrolífero, varejista, empresas de mídia, internet e telecomunicações. O mesmo não ocorreu, pois não houve reforma significativa em prol da desburocratização, mesmo nos anos seguintes. Junto a isso, o Yuan continuava controlado fortemente pelo governo em relação ao dólar americano; não houve cumprimento devido da cláusula do Tratamento Nacional da OMC que afirmava o tratamento igualitário entre as empresas e produtos estrangeiros e nacionais, uma vez aqueles devidamente nacionalizados. Além disso, uma das principais reclamações das empresas estrangeiras era a falta de combate à pirataria no mercado interno. Na época, o comércio de cópias ilegais de material de entretenimento e bens de consumo representava elevados 97% do mercado total na China, e por empregar um grande contingente de trabalhadores, as autoridades faziam descaso com o combate a esse tipo de comércio, para não causar um desemprego em massa. A principal alegação que justificava essa lenta adaptação da China aos padrões internacionais, era de que “As leis na China caminham, em vinte anos, uma trilha que levou mais de cem anos para os países ocidentais percorrerem” (QUAGIO, 2009: 176).

A principal motivação de Zhu Rongji para a adesão da China à OMC era permitir a modernização dos órgãos econômicos nacionais, para melhorar o sistema de comércio tanto interno como externo. Porém, a OMC pouco interferia nas políticas domésticas de seus países membros, ao contrário do que ocorria com o Fundo Monetário Internacional (QUAGIO, 2009: 176).

Desta forma, a principal oportunidade em relação à abertura da economia chinesa era voltar-se para o comércio internacional. As exportações e importações já haviam sido alavancadas em mais de 30% ao ano, após 2001, enquanto cresciam em média 15,5 e 13,9% ao ano, respectivamente, desaceleradas pelas consequências da crise asiática de 1997. As empresas estrangeiras passavam a ser obrigadas a subcontratar e terceirizar suas produções para a China, que podia produzir quaisquer produtos a preços hipercompetitivos (QUAGIO, 2009: 177). A substancial elevação das exportações e importações da China, após o ingresso na OMC, pode ser verificado no gráfico 3, abaixo:

Gráfico 11 – Evolução da participação das exportações (X), importações (M) e Saldo Comercial no PIB (1978-2007)



Fonte: (MEDEIROS, 2010)

Já com grande força dentro da nova dinâmica econômica os grandes empresários se destacavam. A partir de 2000, os 20% mais ricos dentre a população urbana tiveram um crescimento de suas rendas em quase 10%, em apenas um ano. Com as reservas já em alta, e as taxas de juros reduzidas, os empreendedores precisavam de alternativas para o investimento, e encontraram a melhor delas no setor imobiliário que teve um crescimento extraordinário em poucos anos, principalmente na província de Xangai (QUAGIO, 2009: 182).

O setor educacional, que nas duas últimas décadas havia sido fonte de maciços investimentos por parte do governo, principalmente no setor terciário, com foco na formação de mão de obra qualificada, passava a formar mais de 5 milhões de novos profissionais por ano, que precisariam ser absorvidos pelo mercado. Ao mesmo tempo, a erradicação do sistema da “tigela de aço”, no qual o trabalhador estaria garantido nas empresas estatais por toda sua vida aliado às políticas de falência, fusão e privatização do governo, criaram um enorme contingente de desempregados no mercado. Essa nova frente de insatisfeitos, tanto de recém-formados sem emprego e dos recém-demitidos do setor público, passou a preocupar o governo que temia uma movimentação contra as reformas econômicas recentes e um clamor pelas antigas políticas maoístas. Para tentar desviar a população dessa confusão ideológica do socialismo com características chinesas além de justificar a permissão pela adesão de

empreendedores no partido, Jiang Zemin proclamou a Teoria das Três Representações, a qual consistia em afirmar:

As políticas do PCC deveriam representar três esferas: os requerimentos das forças produtivas, os interesses fundamentais da grande maioria da população e a orientação da cultura chinesa.

Essa alegação legitimava, ao mesmo tempo, o empreendedorismo na economia, o uso da força e da censura e a defesa ao governo no embate sobre a falta de democracia, que segundo o PCC, era um valor ocidental que não se aplicava a sociedade chinesa. Ao mesmo tempo, Jiang justificou as demissões e o desemprego alegando que as estatais não vinham se adequando à nova economia de mercado e que a oferta por mão de obra era maior que a demanda, mas que essa seria suprida com o tempo pelo fortalecimento do setor privado (QUAGIO, 2009: 184).

Com o crescimento da economia, surgiam novos problemas para as empresas estatais e privadas, que tinham que lidar com o aumento do padrão de vida da população, que reivindicava maiores salários e condições de trabalho mais seguras. Porém, para que a competitividade do produto chinês fosse preservada, as empresas não fizeram tais concessões aos trabalhadores, pois isso acarretaria em um aumento do preço de suas mercadorias, diminuindo o volume de suas vendas. As violações dos direitos trabalhistas, ambientais e autorais, além da elevada sonegação fiscal dos mais ricos, que através de seus *guanxi* escapavam do pagamento de tributos, continuava a ser uma prática comum nas empresas e na sociedade chinesa. Visando minimizar esses problemas conjunturais, o governo de Jiang Zemin e Zhu Rongji, em um dos últimos atos sob a liderança do partido - as reuniões do 16º Congresso Nacional do PCC se aproximavam e a liderança seria encaminhada para o então vice-presidente e pró-reformista Hu Jintao e para o vice-primeiro-ministro Wen Jiabao – aprovou medidas de forte repressão e condenação dos sonegadores e foi dada maior responsabilidade às lideranças locais para tratar o tema do desemprego (QUAGIO, 2009: 184-186).

#### ***2.4.2 O governo de Hu Jintao e Wen Jiabao***

Apesar de ter sido a transição mais tranquila do poder central da China, em sua história, uma vez que antecessor e sucessor eram ambos pró-reformistas, o início do governo sobre a liderança de Hu foi conturbado pelo surgimento da SARS (em inglês, Síndrome Respiratória Aguda Grave). A doença, que acredita-se ter sido primeiramente contraída na província de Cantão (Guangdong), tornou-se uma epidemia na China, graças ao descaso do governo com a situação e à proibição de qualquer relato relacionado à doença por toda a imprensa, para impedir a instalação de uma situação de pânico na população, mas que acabou por permitir o alastramento da epidemia e o aumento do número de mortos. O fato não-declarado de que as autoridades estavam mascarando os dados dos contaminados, acabaram por minar a credibilidade do governo de Hu logo em seu início, minado também pelas conseqüências que o descaso com a SARS haviam tido na indústria, pela redução no consumo e pela proibição do transporte interdistrital, no turismo e no setor de serviços, indiretamente. O fato evidenciou também a fraqueza do sistema de saúde pública, que buscou ser justificada pelas políticas do governo anterior de Jiang Zemin. O controle da epidemia já em junho de 2003 e as políticas emergenciais adotadas por Hu, como a demissão do Ministro da Saúde, acabaram por amenizar as críticas ao governo (QUAGIO, 2009: 195).

Enquanto isso, nas cidades o crescimento econômico e estrutural estava visivelmente acelerado, e já vinha impondo significativas mudanças em suas dinâmicas e no comportamento da sociedade urbana, que já beirava os 40% da população em meados da década de 2000. Mais de 100 cidades chinesas já possuíam, pelo menos, 1 milhão de habitantes, e esse número crescia com significativa rapidez. O êxodo rural, apesar de não oficialmente permitido, passara a ser flexibilizado pelo governo central, e mesmo o caso dos migrantes ilegais era ignorado pelas autoridades. A sociedade chinesa passava a viver em um ambiente de alta competitividade, e adotava essa conduta desde a educação escolar, que os preparava para o mercado altamente competitivo. Ao mesmo tempo, a indústria da moda e de cosméticos, até pouco tempo atrás inexistentes por serem caracterizadas como supérfluas, desempenhavam os melhores resultados do mercado, impulsionadas pela transformação do comportamento da sociedade. A indústria automobilística também apresentou resultados de expansão expressivos, com participação tanto de empresas estrangeiras, como de novas empresas nacionais, que vendiam carros a partir de 3.600 dólares; e cujas previsões indicavam

que, já em 2020, a China seria o maior mercado de automóveis do mundo (QUAGIO, 2009: 196-199).

Nas grandes cidades o processo de verticalização e modernização urbana era tremendo, que em um ano, algumas regiões já estavam irreconhecíveis, também pelo fato da rapidez do processo de crescimento e modernização. Pequim era a face da nova China urbana, com a mistura de ícones tradicionais, socialistas e modernos presentes em um mesmo ambiente. Xangai foi oficialmente caracterizada como o centro financeiro da China e onde o dinheiro de investidores de todo o mundo se concentrou para a construção de várias novas edificações, 26 delas com mais de 200 metros espalhadas por toda a cidade, além da construção da Bolsa de Valores de Xangai. Ao sul do país, Guangzhou era a cidade com maior renda per capita da China, e que concentrava os empreendedores que buscavam oportunidades com a exportação de produtos chineses. As cidades mais ao interior também começaram a demonstrar sinais de rápido crescimento econômico, impulsionadas principalmente pela mão de obra mais barata do que nas grandes cidades litorâneas, pelas isenções fiscais dos governos locais para incentivar a instalação de empresas na região e pelo programa do governo central de expansão do desenvolvimento econômico para as cidades mais ao interior (QUAGIO, 2009: 203).

Os grandes obstáculos para a China, que eram também as maiores preocupações do PCC, já em meados da década de 2000, continuavam sendo as reivindicações, principalmente da população rural, por melhorias na legislação trabalhista, diminuição da taxa abusiva, combate à corrupção de autoridades locais e ao aumento da poluição e degradação ambiental. No que tange às questões trabalhistas, os governos locais, com maior responsabilidade e autonomia sobre o tema, não contribuía para uma melhora e pelo respeito aos direitos dos trabalhadores, pois temiam a perda de competitividade das empresas. Enquanto isso, a questão ambiental, agravada principalmente pela poluição proveniente da indústria do carvão, que representava 70% de toda a fonte energética do país, havia um conflito de interesses mesmo por parte de membros do PCC, que impedia a regulamentação e a adoção de medidas contundentes que diminuíssem a degradação ambiental. Apesar disso, tendo conscientizado sobre o agravamento da questão, Hu Jintao pediu maior consciência ecológica aos líderes do PCC, enquanto Wen Jiabao cunhou o conceito de PIB Verde, que mediria o desempenho econômico dos municípios através de uma análise que levasse em conta a questão da preservação ambiental. (QUAGIO, 2009: 205-210).

No plano econômico, Wen Jiabao deu continuidade às políticas de seu antecessor Zhu Rongji, ampliando a desburocratização e implementando mais meios de contratação de especialistas independentes, além de ter instituído também, órgãos independentes de supervisão das atividades econômicas. Hu Jintao, tendo acumulado os três mais altos cargos dentro como líder do país (Presidente, Secretário Geral do PCC e líder da Comissão Militar Central) considerou como prioridade chave para o governo nos próximos anos a diminuição das disparidades econômicas do país, entre leste e oeste, ricos e pobres, o combate mais firme à corrupção, a melhoria dos sistemas de saúde e educação e a solução da questão da propriedade rural, cujas terras para o cultivo ainda não pertenciam a quem cultivava. Dedicou também, considerável empenho no desenvolvimento do poderio militar do país, aumentando em 12% o orçamento do exército, fosse para ganhar apoio político das forças armadas ou para demonstrar ao mundo a ascensão da China como potência mundial. Apesar de tal postura e demonstração ter sido considerada internacionalmente como a “ameaça da China”, o governo chinês reforçou o conceito de “ascensão e desenvolvimento pacíficos da China”, baseado nos valores orientais da paz, como meio para solidificar o poder da China beneficiando todos os países (QUAGIO, 2009: 210-216).

O Congresso Nacional do Povo de 2006 teve importante papel na discussão de alguns temas básicos para a economia chinesa; democracia e abertura política ainda não seriam colocadas em pauta. Segundo Pei (2010), essa falta de abertura política é justificada se forem comparados alguns aspectos estruturais, como infraestrutura, de economias em acelerado crescimento, como China e Índia. Nesse caso, verifica-se que os modelos políticos distintos de cada um atuam em sentidos opostos no desenvolvimento desse setor. Enquanto Pequim ergue o setor de transportes em ritmo acelerado, Nova Délhi sofre para modernizar sua infraestrutura em decorrência dos embates com a oposição democrática.

O primeiro, e mais controverso, tema do Congresso de 2006, foi a formalização de alguns aspectos da propriedade privada, que ainda não estavam claros na Constituição da China, mesmo depois de duas décadas de experiências capitalistas, com altos investimentos em indústrias, elevada expansão imobiliária e transações consideráveis entre empresas. Até então o direito à propriedade e terras compradas por quem quer que fosse não era garantido pela lei, podendo o Estado, teoricamente, confiscá-las quando lhe conviesse em nome do interesse público. Hu Jintao defendia o projeto de reforma neste quesito, alegando que haveria maior confiança por parte de investidores estrangeiros para investirem no país, o que por sua

vez, daria novo impulso ao crescimento econômico. Apesar disso, depois de muito debate, o Congresso Nacional do Povo, em caráter excepcional, acabou não aprovando a lei que garantiria maior transparência sobre o conceito de propriedade privada em benefício tanto das propriedades industriais e urbanas, como das rurais. Os outros importantes projetos de lei aprovados pelo Congresso naquele ano foram o “Programa de desenvolvimento científico e tecnológico de médio e longo prazo”, que garantiria um investimento da ordem de 2,5% do PIB da China em pesquisa e desenvolvimento até 2020, com o intuito de diminuir em até 70% a dependência do país em mão de obra estrangeira e também, superar um grave problema da economia do país: a dependência de mão de obra barata, que impedia um aumento significativo da renda dos trabalhadores, através da qualificação da mão de obra chinesa (QUAGIO, 2009: 221).

No âmbito internacional, o mercado pressionava por uma valorização do Yuan, que estava subvalorizado em 40% em relação ao dólar (BERGSTEN, 2010: 74). Desde o período das reformas econômicas ao final da década de 1970, a China já iniciava uma transição de seu regime cambial, no qual evoluiu de um sistema de controle centralizado para um sistema dual de taxa de câmbio, passando por uma flutuação administrada em meados dos anos 1990 e, finalmente, cedendo às pressões internacionais por uma flexibilização do regime cambial na década de 2000, mesmo que com a adoção de um regime de bandas cambiais com flutuações consideravelmente restritas. Ainda em 2005, sem alternativa, o governo chinês anunciou o fim do regime de câmbio fixo no país e a adoção de bandas cambiais com variação permitida de 0,5% a partir de 2007, além de uma valorização administrada de 5% ao ano em relação a uma cesta de moedas estrangeiras (QUAGIO, 2009: 222).

A medida teve efeito imediato na economia, uma vez que as empresas estrangeiras começavam a migrar para outros mercados emergentes na Ásia, como o Vietnã. Para impedir que essa mudança pudesse afetar o crescimento econômico do país, o governo se apoiou nas medidas de qualificação da mão de obra e no desenvolvimento da indústria de alto padrão tecnológico do país, que empregava esse novo contingente de profissionais qualificados. Essas medidas acabaram aumentando o padrão de vida dos trabalhadores e a renda da população, aquecendo o mercado interno e aquecendo a economia (QUAGIO, 2009: 224).

Em 2007, outro fator que contribuía para o contínuo crescimento da indústria e das empresas chinesas em geral, era o *boom* do mercado de ações. A principal bolsa de valores da

China, a de Xangai (Shanghai Composit Index), já existia desde 1990, mas a prática de investir em ações ainda era pouco difundida até o início da década de 2000, principalmente pelo fato de haver pouca transparência e confiabilidade por parte dos resultados e balanços das empresas listadas e da baixa liquidez de suas ações, que tornava o retorno desse investimento ainda irrisório, principalmente se comparado ao retorno do mercado imobiliário em elevada expansão e que ainda tinha a preferência da parcela da sociedade com capacidade de investimento. Com a melhora na qualificação da gestão das empresas chinesas e a regulamentação do mercado de ações em 2005, houve uma considerável transferência de recursos para a bolsa de valores que já resultava em ganhos mais significativos. A partir de então, deu-se início a um fenômeno de transferência de fundos por uma parcela cada vez mais crescente da sociedade, que usava os recursos de suas poupanças para investir em ações, o que passou a preocupar o governo, uma vez que a poupança era o principal financiador das altas taxas de investimento do governo. A valorização de 130% do índice da Bolsa de Xangai em 2006 alertou o governo pelo fato desse fenômeno fazer surgir um mercado inchado, com elevada possibilidade de quebra, que por sua vez faria desaparecer a economia de anos de famílias chinesas, até então investidas em poupanças. Desta forma com o aval do governo, a crença de que o mercado de ações não se sustentaria, fez com que houvesse uma forte desaceleração e contração do índice da bolsa de Xangai, administrada diretamente pelo governo, através da compra de ações para que a desaceleração fosse gradual (QUAGIO, 2009: 237).

Com o fim da bolha especulativa do mercado de ações da China, a principal preocupação do governo passou a ser com o crescente índice de inflação, puxado principalmente pelos alimentos, que atingia taxas anuais 23% em 2007 (QUAGIO, 2009: 244). O mercado imobiliário também contribuía em grande parcela para o aumento da inflação, devido ao retorno dos investimentos em substituição ao mercado de ações e alimentados pela oferta de crédito em expansão dos bancos chineses. É importante observar que a acelerada expansão do mercado imobiliário, fez com que houvesse uma supervalorização do preço das terras, inflacionando assim as estimativas agregadas de investimentos. Essa análise contribui para o argumento de que, apesar do indiscutível papel do investimento no crescimento da economia da China, houve uma substancial superestimação dos números a ele atribuídos (MEDEIROS, 2009: 9).

Em termos de política monetária, a irrisória valorização do Yuan não contribuiu para a diminuição do superávit comercial da China, que cresceu para USD 400 bilhões, excedendo

11% do PIB em 2007 (BERGSTEN, 2010: 74) e assim, aumentando o nível de dinheiro em circulação e puxando ainda mais a inflação, que no mesmo ano chegou a 8,7% nos últimos doze meses, o maior patamar dos últimos doze anos (QUAGIO, 2009: 244).

Em 2008 o foco da China estava na realização dos Jogos Olímpicos de Pequim, e no intuito de se mostrar para o mundo como uma economia promissora, cheia de oportunidades para todos e capaz de alcançar o desenvolvimento e o padrão de estrutura do mundo desenvolvido. Para isso, o principal papel do governo e da organização dos Jogos, era realizar um evento impecável e mascarar todos os problemas e as inquietações sociais do país.

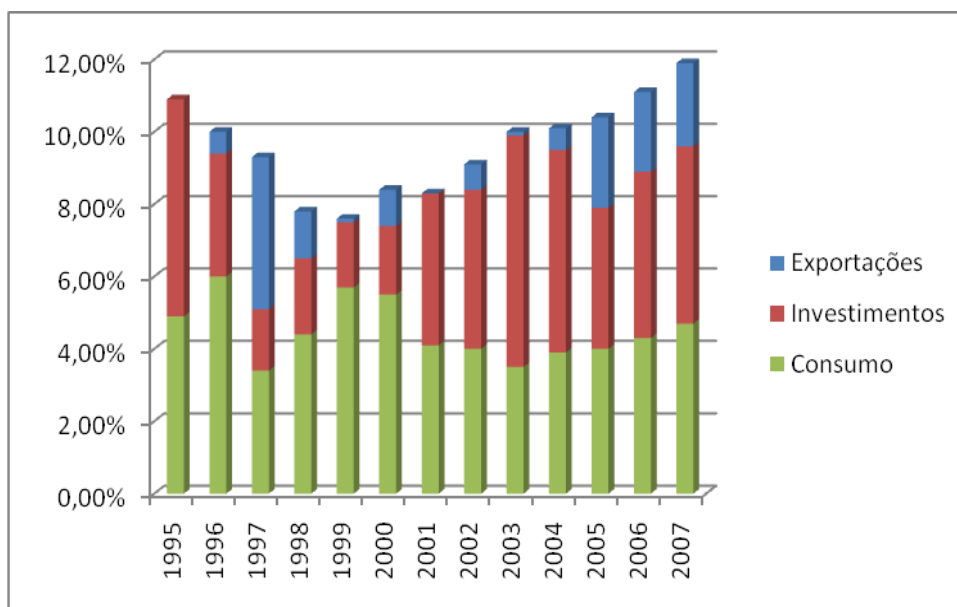
Enquanto isso, a crise financeira internacional de 2008 começava a ter efeitos diretos na economia chinesa. Apesar da imposição do governo de tratar a crise como algo que acontecia fora do país, não houve como negar que internamente a economia estava passando por um forte baque. Com uma economia fortemente voltada para a exportação – responsável por 40% do PIB da China – aliada a brusca contração da demanda internacional, inúmeras fábricas e empresas chinesas começaram a fechar suas portas. Estas empresas, em sua maioria as mais ineficientes, já vinham perdendo competitividade com a valorização do Yuan frente ao dólar e o aumento do nível salarial. Enquanto isso, as empresas com maior grau de eficiência produtiva e administrativa lutavam para sobreviver. Junto com a indústria em geral, o setor de construção foi um dos mais afetados pela crise. Com a expectativa inicial de que a haveria crescente aumento da demanda imobiliária, as construtoras acabaram por interromper inúmeros projetos e arquivar outros tantos, por conta da crise que esfriou a demanda. Em consequência disso, a produção de aço teve uma queda de 12% em 2008, em relação a 2007. Como as províncias na China eram concentradamente especializadas, aquelas que estavam mais voltadas para a exportação, foram as que mais sofreram com a crise, em muitos casos beirando um colapso total do setor produtivo (QUAGIO, 2009: 265).

Para amenizar a situação o governo chinês orientou que as empresas renegociassem os salários de seus funcionários e que evitassem ao máximo as demissões, o que em geral, não foi aceito pelos empregadores nem pelos empregados. Junto a isso, a massa de recém-formados não pode ser absorvida pelo mercado, o que acarretou em um aumento ainda mais significativo do desemprego. Mostrando eficiência no processo de remediação da crise que assolava a economia chinesa, o Partido Comunista Chinês lançou um pacote de estímulo de mais de 4 trilhões de yuans (aproximadamente USD 600 milhões) que seriam injetados na economia do país em dez diferentes projetos, de maneira a impulsionar os setores mais

afetados pela crise internacional. O pacote era sim, um Plano Estratégico do governo para diminuir a dependência da China ao modelo desenvolvimentista com forte participação do setor exportador, que até então representava cerca de 40% do PIB do país, e que mantinha uma elevada vulnerabilidade de sua economia em relação à volatilidade do mercado internacional.

Apesar dessa dependência, já era notável que a influencia das exportações como propulsoras do crescimento do PIB não era tão significativa quanto a participação dos investimentos e do consumo interno, o que justifica o destino do pacote de estímulo do governo chinês para manter o crescimento da economia. No gráfico abaixo, que contempla o período de 1997 a 2007, fica clara a análise da participação das exportações no crescimento do PIB na China, em contraposição ao papel dos investimentos e do consumo como propulsores de tal fenômeno, principalmente em consequência dos altos níveis de acumulação e de estoque de capital da economia chinesa, que permitiam os investimentos maciços na economia, em sua maioria em infraestrutura.

Gráfico 12 – Participação das Exportações, Investimentos e Consumo no Crescimento do PIB da China entre 1995 e 2007 (em %)



Fonte: Belluzzo, s/d, mimeo

A vulnerabilidade de uma economia que cresce principalmente puxada pelas importações poderia afetar drasticamente o desenvolvimento do país no sentido de impedir as transformações sociais que já haviam tirado centenas de milhões de pessoas da pobreza. Estima-se que a China precisaria ter um crescimento econômico acima da ordem de 8% do

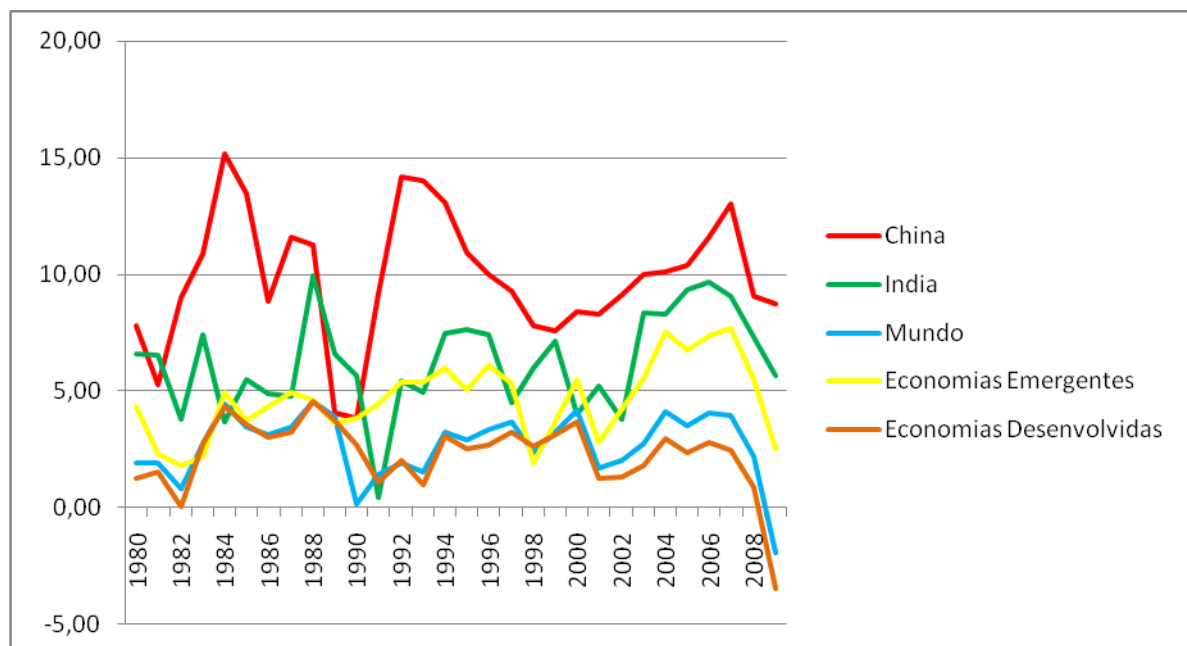
PIB anualmente, para que assim pudesse absorver toda a mão de obra de recém-formados e dos migrantes dos campos, evitando um desemprego em larga escala. Visando sanar essa questão do emprego, os investimentos foram voltados massivamente no setor de infraestrutura, principalmente em transportes, como na malha rodoviária, ferroviária, melhorias no setor portuário e em modernos aeroportos no interior da China, como meio de estímulo ao crescimento das cidades interioranas, e para que a mão de obra dessas regiões não fosse totalmente dependente da capacidade de absorção das áreas urbanas mais bem desenvolvidas.

O quadro da China no início da nova década mostra uma tendência onde, seguindo uma linha conceitual, as altas taxas de investimento apresentadas, fazem com que haja níveis elevados de acumulação e estoque de capitais, como apresentado no gráfico 12. Do ponto de vista teórico, espera-se que a produtividade do capital sofra desaceleração enquanto aumenta a produtividade do trabalho, pois há um aumento do produto potencial. Esses fatores, em tese, levariam a uma queda paulatina da taxa de lucro, que se tornariam cada vez menos expressivos, em contraposição a salários cada vez maiores. *Ceteris Paribus*, ao longo do tempo, isto implicaria em uma queda da participação do lucro na renda nacional (BARBOSA, 2008: 64). Fica aqui apresentado o desafio da economia chinesa para as próximas décadas que, em tese, deveria encontrar uma maneira de compensar os desequilíbrios da produtividade do capital, enquanto uma das principais vantagens comparativas da China é prejudicada, justamente aquela relacionada à produtividade do trabalho.

Entretanto, importa destacar que no caso da China, o crescimento econômico apresentado nas últimas décadas deverá ser, por muito tempo, sustentável, uma vez que as principais fontes desse crescimento continuam presentes e continuarão a impactar sobre o crescimento econômico de maneira similar àquela a qual influenciou nas últimas décadas. Dentre essas fontes está o enorme potencial de agentes a serem incorporados na estrutura de consumo da China – um país com passado pobre e população imensa. Desta forma, um longo ciclo de crescimento econômico acelerado que, em outra economia se esgotaria em torno de duas décadas, na China as perspectivas são de que esse ciclo dure no mínimo até o meio do século XXI. Em outras palavras, o esgotamento técnico do investimento e a queda do efeito multiplicador (relação entre investimento e consumo através da renda) ainda está temporalmente muito distante.

Como se poderá observar no gráfico a seguir, a China já desempenha o papel de principal força propulsora do crescimento econômico mundial, superando inclusive o desempenho da Índia, outra importante força emergente, como explicitado no capítulo anterior. Desta forma, mantendo-se essa tendência, temos clara a precisão que corrobora o fato de passarmos a entender a dinâmica do desenvolvimento econômico da China como essencial para a compreensão de como se portará a economia mundial em um ambiente em que seja hegemônica a liderança chinesa no plano econômico.

Gráfico 13 – Evolução do PIB da China e da Índia em comparação com as outras economias



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Fundo Monetário Internacional

## CONCLUSÃO

Ao avaliarmos o desempenho e a trajetória das duas principais economias emergentes atuais, é possível identificar notáveis diferenças e similaridades na forma como dois países com grande contingente populacional, conduziram este potencial de forma a consolidá-lo como uma força transformadora que, aliada a políticas assertivas de desenvolvimento econômico e social, vêm garantindo o bem estar de uma parcela cada vez maior de suas populações.

A classificação dada à Índia e à China como as principais economias emergentes atuais, fato que justifica o objeto de estudo da presente monografia, pode ser explicada pela contribuição que estas economias têm dado para o crescimento da economia mundial nas últimas décadas, que pode ser observado no gráfico 13, no capítulo anterior.

Tendo apresentado os desafios de ambas as economias de forma objetiva, é importante que possamos analisar de que forma estas estarão inseridas em um contexto mais abrangente, ou seja, no relacionamento e na influência que terão sobre a economia internacional e, principalmente com as atuais potências econômicas.

Enquanto a Índia, através de suas reformas acabou por incorporar-se ao modelo econômico vigente, no sentido de resposta a demanda mundial por serviços, acaba por se colocar em uma posição de elevada subordinação, uma vez que não consegue se desvencilhar do modelo com a qual ditou as suas reformas econômicas e que impedira sua economia de alcançar certa autonomia, passando assim a ser classificada como prestadora de serviços ao capital mundial.

Como observado no capítulo 1, o processo de estruturação da recente economia indiana foi principalmente influenciado pelos investimentos, estrangeiros e domésticos, voltados para a demanda das empresas multinacionais, principalmente americanas, por serviços que pudessem ser prestados por uma mão de obra que fosse ao mesmo tempo, de baixa remuneração e com melhor qualificação, características as quais classificam um grande contingente de trabalhadores na Índia. Desta forma, o desenvolvimento econômico do país teve um viés exportador, no sentido de suprir as necessidades das grandes potências econômicas, ao invés de estruturar-se de forma a permitir permear-se nos interesses da economia nacional e assim, construir uma estrutura única, capaz de ditar suas próprias demandas à economia internacional.

Enquanto isso, no caso da China, é plausível afirmar que o país desde a Revolução de 1949, quando teve início a construção da economia chinesa atual, se desenvolveu sob um modelo singular, adaptado às necessidades de sua sociedade. Apesar disso, em vários aspectos os chineses se utilizaram de modelos e experiências econômicas de outras economias, de maneira a inseri-las em seu contexto doméstico, aproveitando-se dos fatores que as tornaram bem sucedidas, mas que não seriam sustentáveis se não fossem aplicadas aos interesses e às demandas de uma sociedade com características distintas daquela onde foram inicialmente implementadas. Seja no modelo de desenvolvimento do setor privado, mesmo que voltado para as exportações, ou então nas políticas de planejamento econômico, o tom da China foi mais próximo do socialismo, no sentido do bem estar coletivo e, ao mesmo tempo, do capitalismo, em sua orientação pragmática de alcançar um crescimento econômico mesmo que materialista, para que se garantisse o bem estar individual, porém comum.

No âmbito internacional, essa orientação se aplica em várias frentes de atuação. Dentre elas: o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), e o modelo com que a China se utiliza principalmente, dos resultados positivos de sua Balança Comercial. No que tange a inserção oficial no conjunto de normas que regem o comércio internacional através da OMC, é notável a análise de que apesar de fazer parte da instituição, a China ainda está longe de ser um exemplo ideal de respeito a essas regras de comum acordo entre os países membros, muito pelo contrário, se aproximam mais da infração de muitas delas. No entanto, com o destacado peso que as exportações e importações do país vêm demonstrando nas últimas décadas, torna-se impossível, e eu ainda consideraria inviável, não ter participado das negociações acerca do tema do comércio internacional, uma economia que sozinha representa 9,6% e 7,9% das exportações e importações mundiais de bens, respectivamente (OMC, 2009).

Adicionalmente, conforme apresentado nos gráficos 8 e 11, o governo chinês passou a destinar grande parte de seu superávit comercial para a acumulação de reservas internacionais, principalmente em títulos do tesouro americano, o que demonstra uma atuação complacente com o sistema financeiro internacional, porém incompatível com o modelo com que a China atua em relação à abertura de seu próprio sistema em relação a outras economias. Todos os fatores da economia chinesa, como política monetária, de juros e de câmbio, e o conseguinte controle ao crédito, ainda são totalmente subordinados às decisões do governo chinês, de maneira a blindar-se de quaisquer interferências e choques externos que possam abalar a

estrutura da economia chinesa, da maneira como vem se desenvolvendo. A China tornou os Estados Unidos dependentes de sua economia, uma vez que são seus principais credores, com isso são estes que passam a ter que condicionar parte de sua política econômica internacional aos interesses da economia chinesa.

Com isso, conclui-se que a China participa do jogo capitalista do sistema econômico internacional, porém passa a adquirir uma capacidade de ditar as regras dessa dinâmica, a partir do momento que se utiliza das principais forças desse sistema para o benefício de sua economia interna e, conseqüentemente, do alcance do bem estar de sua população.

As tendências mais esperadas são as de que o mundo deve reagir a essa atuação agressiva da China, que acaba por prejudicar grande parte das economias de outros países. Essa reação pode, inclusive, ser uníssona, mas a China já cria uma estrutura capaz de blindar-se contra quaisquer ações nesse sentido, uma vez que instituiu um elevado grau de dependência em relação a sua economia, que impede que os países adotem medidas efetivas de controle das políticas comerciais e econômicas em gerais da China, sem que acabem por atingirem a si mesmos. Outro fator que corrobora esta dinâmica é o fato de que já se fala em uma “mancha asiática”, que caracteriza toda uma região geopolítica no continente, envolvendo a Índia e o Japão, inclusive, que não permite uma separação completa das economias regionais da dinâmica econômica chinesa e, na qual estão inter-relacionadas questões de emprego, comércio e investimentos.

No que diz respeito ao papel da Índia nesse contexto, o país deverá continuar a subordinar-se às demandas das grandes potências econômicas, incluindo a economia chinesa como potência hegemônica, mas que pela magnitude de seu contingente populacional e pelo sucesso de seu desenvolvimento econômico terá um posto destacada, mesmo que secundário, nos rumos da economia mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, L. C. de. *China: Políticas de Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico*. Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília. Junho de 2004.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org) Acessado em 20 de Novembro de 2010.
- BARBOSA, M. J. Crescimento econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- BERGSTEN, C. F. Quanto vale 1 iuane? Revista Exame CEO, edição 6, junho de 2010, p. 74-77.
- BROOKS, A. *The Law of Civilization and Decay. An Essay on History*. New York, 1896
- CHINESE GOVERNMENT'S OFFICIAL WEB PORTAL. Disponível em: [www.gov.cn](http://www.gov.cn) Acessado em 18 de Novembro de 2010.
- FRIEDMAN, G. Os próximos 100 anos: uma previsão para o século XXI. Rio de Janeiro: Best Business, 2009.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org) Acessado em: 16 de Outubro de 2010.
- HUNT & SHERMAM. História do pensamento econômico, Petrópolis, ED. Vozes, 1990, p. 149-153.
- MASIERO, G. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. Revista de Economia Política, volume 26, Nº 3 – julho a setembro de 2006, p. 425-444.
- MEDEIROS, C. A. A China Como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. In: Revista de Economia Política, v. 26, n. 3 (103), jul/set de 2006.
- MEDEIROS, C. A. de. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. Observatório da economia global. Textos avulsos, nº 3, junho de 2010.
- MEZZETTI, F. De Mao a Deng: a transformação da China. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. P. 538.
- NASSIF, A. A economia indiana no período 1950-2004 – da estagnação ao crescimento: lições para o Brasil? Rio de Janeiro: BNDES, 2006.
- NETO, R. S. de L. Os fluxos de investimento direto externo para os BRICs. Campinas: Faculdades de Campinas, 2008, p. 30-39.

OLIVEIRA, C. T. de. China: o que é preciso saber. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

OLIVEIRA, G. C. de. (2007). O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. In: XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo. Disponível em: [www.sep.org.br/artigo/\\_760\\_315cbc596d01e69dce68b544518b15ef.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/_760_315cbc596d01e69dce68b544518b15ef.pdf). Acesso em 20 de abril de 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. Disponível em: [www.wto.org](http://www.wto.org) Acessado em 19 de Novembro de 2010.

PEI, M. Por que os capitalistas deveriam se importar com a democracia? Revista Exame CEO, edição 6, junho de 2010, p. 68-73

PIANNA, A. O desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial recente da Índia: origens, causas e perspectivas. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2007.

PRATES, D. M.; CINTRA, M. A. M. A estratégia de desenvolvimento da Índia: da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: Cardoso Jr., J. C.; Acioly, L.; Matijascic, M.. Trajetórias recentes de Desenvolvimento: estudo de experiências internacionais selecionadas. Livro 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2009, p. 397-453.

QUAGIO, I. Olhos abertos: a história da nova China da morte de Mao à crise econômica. São Paulo: Francis, 2009. P. 272.

RESERVE BANK OF INDIA: India's Central Bank. Disponível em: [www.rbi.org.in](http://www.rbi.org.in) Acessado em 16 de Setembro de 2010.

STARBATTY, J. Os maiores vendedores do mundo. Revista Exame CEO, edição 6, junho de 2010, p. 62-66.

TREVISAN, C. China: o renascimento do império. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

UNCTAD. China in a Globalizing World. Nova York e Genebra, 2005.

VELASCO, S. Reformas econômicas na Índia: discurso e processo. In: BRIC. Economia Política Internacional. Nº 7 – outubro a dezembro de 2005, p. 32-43.

VIEIRA, F. V. China: Crescimento Econômico de Longo Prazo. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), julho-setembro/2006, p. 401-424.